



Programa de Pós-Graduação em
LINGUÍSTICA

**A CONSTRUÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO INSTITUTO
FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP): UMA PESQUISA DOCUMENTAL**

São Carlos
2025



RAFAELA SILVA DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**A construção da internacionalização no Instituto Federal de São Paulo (IFSP): uma
pesquisa documental**

RAFAELA SILVA DE SOUZA
Bolsista: CAPES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos para a obtenção do Título
de Doutora em Linguística.
Área de concentração: Ensino e aprendizagem de
Línguas.
Orientadora: Profa. Dra. Isadora Valencise
Gregolin

Souza, Rafaela Silva de

A construção da internacionalização no Instituto Federal de São Paulo (IFSP): uma pesquisa documental / Rafaela Silva de Souza -- 2025.

149f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Isadora Valencise Gregolin

Banca Examinadora: Nelson Viana, Valeska Virgínia

Soares Souza, Viviane Cristina Garcia de Stefani,

Wagner Eduardo Rodrigues Belo

Bibliografia

1. Internacionalização . 2. Instituto Federal de São Paulo

. 3. Linguística Aplicada . I. Souza, Rafaela Silva de. II.

Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Rafaela Silva de Souza, realizada em 04/12/2025.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Isadora Valencise Gregolin (UFSCar)

Profa. Dra. Valeska Virgínia Soares Souza (UFU)

Prof. Dr. Wagner Eduardo Rodrigues Belo (IFSP)

Prof. Dr. Nelson Viana (UFSCar)

Profa. Dra. Viviane Cristina Garcia de Stefani (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Em especial, à minha mãe que sempre foi luz no meu caminhar.

La utopía está en el horizonte. Camino dos pasos, ella se aleja dos pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. ¿Entonces para qué sirve la utopía? Para eso, sirve para caminar.

Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais; aos meus irmãos e às minhas sobrinhas pelo amor incondicional dedicado a mim – a recíproca é verdadeira.

Ao meu companheiro *Yuri*, que leu e releu tantas vezes este trabalho. Obrigada por ser meu par na vida. É bom te ter por perto.

Aos *meus sogros*, por me receberem e me tratarem sempre tão bem.

Às amigas-irmãs *Paula e Roana*, que foram – e continuam sendo – fontes incessantes de amor e inspiração ao longo de todos esses anos de amizade.

À *Ana Paula e à Gabrielle*, pela tríade que soubemos cultivar com amor, respeito e companheirismo.

À *Amanda, Bianca, Cinthia, Miriam, Tainara e Tamyres*, por serem um lugar seguro para (com quem) estar. Compartilhar a vida com vocês é fácil e leve.

Aos amigos do IFSP – Campus Itaquaquecetuba, *Luis, Renan e Suelen*, por me receberem de forma tão acolhedora.

Ao *Gustavo*, pela amizade carinhosa e pela tradução do resumo; e à *Ana*, por ser sempre tão querida e por ter revisado as normas da ABNT deste trabalho.

Aos *alunos e alunas* que se tornaram amigos e amigas, e que me fazem – e fizeram – ser feliz sendo professora.

Aos *professores e colegas que formam o grupo GPLIES*, um espaço de intercâmbio de conhecimento e de boa convivência acadêmica. Poder fazer parte desse grupo contribuiu de forma significativa para este trabalho e para minha formação.

Ao coordenador do curso de Letras, Prof. Dr. *Rodrigo Faqueri*; à diretora educacional, Prof.^a Ma. *Juliana Lucia Molnr*; e ao diretor-geral do IFSP – Campus Itaquaquecetuba, Prof. Me.

Aumir Antunes, pelo apoio desde minha chegada ao campus até o meu afastamento para a licença do doutorado.

Aos *técnicos administrativos e professores do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar*, que despertaram em mim um imenso senso de gratidão. Ter passado os últimos quinze anos da minha vida nesse espaço foi uma grande oportunidade – um presente.

À *UFSCar e ao IFSP*, que representam o acesso à educação pública e de qualidade. Em especial à *UFSCar*, que em todos esses quinze anos foi (e continuará sendo) um dos meus lugares preferidos para estar.

Ao *IFSP* pela oportunidade de realizar esta pesquisa por meio da licença capacitação.

À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, pelo financiamento desta pesquisa.

Aos *professores* de toda a minha jornada escolar, que reforçaram minha convicção de que a educação é o caminho e de que vale a pena ser professora (e também estudante). Hoje, em especial, aos membros desta banca:

Ao Prof. Dr. *Wagner Belo*, pela disposição e colaboração para que eu desenvolvesse esta pesquisa – e pelo engajamento enérgico em pensar a internacionalização no contexto do IFSP.

À Prof.^a Dra. *Valeska Virgínia Soares Souza*, que – mesmo sem saber – me encorajou a aceitar o desafio de pensar a internacionalização. Sua humanidade me inspira de maneira especialmente singular.

À Prof.^a Dra. *Viviane Garcia de Stefani*, que foi inspiração para o desenvolvimento desta pesquisa e contribuiu de forma significativa para as discussões aqui propostas. Sua generosidade e leveza são especiais.

Ao Prof. Dr. *Nelson Viana*, por sua capacidade singular de cativar, pela dedicação a tudo que faz, pela excelência das aulas e das pesquisas, pelo trato com as pessoas e forma querida de ser.

À Prof.^a Dra. *Flavia Hatsumi*, por tantas vezes – e de tantas formas – ter me inspirado na vida acadêmica e profissional. Que oportunidade poder ter compartilhado tantos espaços de (boa) vivência com você.

À Prof.^a Dra. *Rosa Yokota*, pela dedicação como professora e orientadora de iniciação científica, TCC e mestrado, por ter contribuído (e seguir contribuindo) para minha formação. Sua trajetória como pessoa, professora e orientadora me inspira. Obrigada pela boa relação que seguimos cultivando.

À Prof.^a Dra. *Isadora Valencise Gregolin*, pela orientação, encorajamento e palavras de apoio durante todo o desenvolvimento desta pesquisa – e de minha jornada acadêmico-profissional. Por ter me aberto tantas portas e me colocado em cena sempre que possível. Sua leveza, compromisso e dedicação como professora, orientadora e gestora me inspiram. Obrigada por sua imensa generosidade.

A Deus, à Maria e ao universo, pelos pedidos atendidos e também pelos não atendidos.

RESUMO

Por meio deste trabalho, teoricamente fundamentado no campo da Linguística Aplicada, em sua vertente crítica (Moita Lopes, 2006; Pennycook, 2006; Rajagopalan, 2003, 2006), buscamos compreender o processo de internacionalização (Knight, 2020; Beelen, Jones, 2015; Hudzik, 2011) no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) a partir da análise de concepções e práticas presentes em documentos institucionais. Metodologicamente, a investigação é caracterizada como uma pesquisa qualitativa e interpretativista (Chizzotti, 2014; Moita Lopes, 1994) de base documental (Krippa; Scheller; Bonotto, 2015; Bardin, 1977), uma vez que o *corpus* de análise é constituído por documentos institucionais de acesso público do IFSP, a saber: Política de Internacionalização (PI), Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão (PLEPE), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Relatórios de Gestão (RGs). São objetivos da pesquisa: i) identificar as concepções e práticas de internacionalização presentes nos documentos do IFSP; ii) compreender de que modo o princípio da verticalização integra esse processo; e iii) refletir sobre as demandas linguísticas e culturais da instituição. A relevância da pesquisa reside na necessidade de compreender os valores que moldam as concepções e práticas de internacionalização em um contexto educacional singular no cenário brasileiro. As análises dos documentos selecionados no recorte temporal proposto (2019–2023) revelam que a internacionalização no IFSP se encontra em processo de construção, ainda marcada por fragmentações e tensões conceituais e identitárias. Nesse contexto, as concepções e práticas de internacionalização expressas nos documentos institucionais mostram-se, por vezes, pouco sistematizadas e, em alguns momentos, sustentam uma narrativa que tende a reduzir o IFSP apenas à condição de instituição de ensino superior, minimizando seu traço identitário de instituição verticalizada. No que se refere às demandas linguísticas e culturais, os resultados indicam dissonâncias significativas entre documentos que deveriam ser complementares, o que evidencia a necessidade de revisão desses textos institucionais. Além disso, destacamos a relevância de um mapeamento linguístico dos atores sociais do IFSP, bem como das ofertas de cursos de línguas, como estratégia para a construção de práticas linguísticas mais situadas e alinhadas às demandas contextuais. Por fim, é importante ressaltar que, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, foram identificados movimentos significativos da gestão institucional voltados à redefinição conceitual de internacionalização, à revisão da PI e da PLEPE e ao reconhecimento do IFSP como instituição verticalizada. Esses movimentos podem ser compreendidos como indícios de um avanço em direção a uma internacionalização contra-hegemônica e decolonial, mais alinhada à missão institucional de democratização do conhecimento e de transformação social. Por outro lado, ainda observamos a presença de discursos dominantes que privilegiam abordagens técnicas e quantitativas em detrimento de perspectivas qualitativas, o que nos exige seguir refletindo, resistindo e insistindo, sem desconsiderar os avanços já alcançados.

Palavras-chave: Instituto Federal de São Paulo; verticalização; internacionalização; Linguística Aplicada.

RESUMEN

Por medio de este trabajo, fundamentado teóricamente en el campo de la Lingüística Aplicada, en su vertiente crítica (Moita Lopes, 2006; Pennycook, 2006; Rajagopalan, 2003, 2006), buscamos comprender el proceso de internacionalización (Knight, 2020; Beelen; Jones, 2015; Hudzik, 2011) en el Instituto Federal de São Paulo (IFSP) a partir del análisis de las concepciones y prácticas presentes en documentos institucionales. Metodológicamente, la investigación es caracterizada como un estudio cualitativo e interpretativista (Chizzotti, 2014; Moita Lopes, 1994) de base documental (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015; Bardin, 1977), dado que el *corpus* de análisis está constituido por documentos institucionales de acceso público del IFSP, a saber: Política de Internacionalización (PI), Política Lingüística de Enseñanza, Investigación y Extensión (PLEPE), Plan de Desarrollo Institucional (PDI) e Informes de Gestión (RGs). Los objetivos de la investigación son: i) identificar las concepciones y prácticas de internacionalización presentes en los documentos del IFSP; ii) comprender de qué modo el principio de la verticalización integra este proceso; y iii) reflexionar sobre las demandas lingüísticas y culturales de la institución. La relevancia de la investigación reside en la necesidad de comprender los valores que moldean las concepciones y prácticas de internacionalización en un contexto educativo singular en el escenario brasileño. Los análisis de los documentos seleccionados en el recorte temporal propuesto (2019–2023) revelan que la internacionalización en el IFSP se encuentra en proceso de construcción, aún marcada por fragmentaciones y tensiones conceptuales e identitarias. En este contexto, las concepciones y prácticas de internacionalización expresadas en los documentos institucionales se muestran, en ocasiones, poco sistematizadas y, en algunos momentos, sostienen una narrativa que tiende a reducir al IFSP únicamente a la condición de institución de educación superior, minimizando su rasgo identitario de institución verticalizada. En lo que se refiere a las demandas lingüísticas y culturales, los resultados indican disonancias significativas entre documentos que deberían ser complementarios, lo que evidencia la necesidad de revisión de estos textos institucionales. Además, destacamos la relevancia de un mapeo lingüístico de los actores sociales del IFSP, así como de la oferta de cursos de lenguas, como estrategia para la construcción de prácticas lingüísticas más situadas y alineadas con las demandas contextuales. Por último, es importante resaltar que, a lo largo del desarrollo de esta investigación, se identificaron movimientos significativos de la gestión institucional orientados a la redefinición conceptual de la internacionalización, a la revisión de la PI y de la PLEPE y al reconocimiento del IFSP como institución verticalizada. Estos movimientos pueden ser comprendidos como indicios de un avance hacia una internacionalización contrahegemónica y decolonial, más alineada con la misión institucional de democratización del conocimiento y de transformación social. Por otro lado, aún observamos la presencia de discursos dominantes que privilegian enfoques técnicos y cuantitativos en detrimento de perspectivas cualitativas, lo que nos exige seguir reflexionando, resistiendo e insistiendo, sin desconsiderar los avances ya alcanzados.

Palabras-clave: Instituto Federal de São Paulo; verticalización; internacionalización; Lingüística Aplicada.

RÉSUMÉ

À travers ce travail, théoriquement fondé dans le champ de la linguistique appliquée, dans sa perspective critique (Moita Lopes, 2006; Pennycook, 2006; Rajagopalan, 2003, 2006), nous cherchons à comprendre le processus d'internationalisation (Knight, 2020; Beelen; Jones, 2015; Hudzik, 2011) à l'Institut fédéral de São Paulo (IFSP) à partir de l'analyse des conceptions et des pratiques présentes dans les documents institutionnels. Sur le plan méthodologique, la recherche est caractérisée comme une étude qualitative et interprétative (Chizzotti, 2014; Moita Lopes, 1994) à base documentaire (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015; Bardin, 1977), dans la mesure où le corpus d'analyse est constitué de documents institutionnels d'accès public de l'IFSP, à savoir : la Politique d'internationalisation (PI), la Politique linguistique d'enseignement, de recherche et d'extension (PLEPE), le Plan de développement institutionnel (PDI) et les Rapports de gestion (RG). Les objectifs de la recherche sont les suivants : i) identifier les conceptions et les pratiques d'internationalisation présentes dans les documents de l'IFSP ; ii) comprendre de quelle manière le principe de la verticalisation s'intègre à ce processus ; et iii) réfléchir aux demandes linguistiques et culturelles de l'institution. La pertinence de cette recherche réside dans la nécessité de comprendre les valeurs qui façonnent les conceptions et les pratiques d'internationalisation dans un contexte éducatif singulier du paysage brésilien. Les analyses des documents sélectionnés dans le découpage temporel proposé (2019–2023) révèlent que l'internationalisation à l'IFSP est en cours de construction, encore marquée par des fragmentations et des tensions conceptuelles et identitaires. Dans ce contexte, les conceptions et les pratiques d'internationalisation exprimées dans les documents institutionnels apparaissent, par moments, peu systématisées et, dans certains cas, soutiennent un discours qui tend à réduire l'IFSP à la condition d'institution d'enseignement supérieur, en minimisant son trait identitaire d'institution verticalisée. En ce qui concerne les demandes linguistiques et culturelles, les résultats indiquent des dissonances significatives entre des documents qui devraient être complémentaires, ce qui met en évidence la nécessité de réviser ces textes institutionnels. En outre, nous soulignons la pertinence d'une cartographie linguistique des acteurs sociaux de l'IFSP, ainsi que de l'offre de cours de langues, comme stratégie pour la construction de pratiques linguistiques plus situées et alignées sur les demandes contextuelles. Enfin, il est important de souligner que, tout au long du développement de cette recherche, des mouvements significatifs de la gestion institutionnelle ont été identifiés, orientés vers la redéfinition conceptuelle de l'internationalisation, la révision de la PI et de la PLEPE, ainsi que la reconnaissance de l'IFSP comme institution verticalisée. Ces mouvements peuvent être compris comme des indices d'une avancée vers une internationalisation contre-hégémonique et décoloniale, plus alignée sur la mission institutionnelle de démocratisation du savoir et de transformation sociale. D'autre part, nous observons encore la présence de discours dominants qui privilégient des approches techniques et quantitatives au détriment de perspectives qualitatives, ce qui nous oblige à continuer à réfléchir, à résister et à insister, sans négliger les avancées déjà réalisées.

Mots-clés: Institut Fédéral de São Paulo; verticalisation; internationalization; Linguistique Appliquée.

ABSTRACT

Through this study, theoretically grounded in the field of Applied Linguistics, in its critical perspective (Moita Lopes, 2006; Pennycook, 2006; Rajagopalan, 2003, 2006), we seek to understand the process of internationalization (Knight, 2020; Beelen; Jones, 2015; Hudzik, 2011) at the Federal Institute of São Paulo (IFSP) through the analysis of conceptions and practices expressed in its institutional documents. Methodologically, the investigation is characterized as a qualitative and interpretive (Chizzotti, 2014; Moita Lopes, 1994) document-based study (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015; Bardin, 1977). The corpus of analysis comprises publicly accessible institutional documents of the IFSP, specifically: the Ordinance on Internationalization Policy (PI), the Ordinance on Language Policy for Teaching, Research, and Community Outreach (PLEPE), the Institutional Development Plan (PDI), and the Management Reports (RGs). The objectives of the study are: (i) to identify the conceptions and practices of internationalization present in IFSP documents; (ii) to understand how the principle of verticalization is integrated into this process; and (iii) to reflect on the institution's linguistic and cultural demands. The relevance of this research lies in the need to understand the values that shape conceptions and practices of internationalization in an educational context that is unique within the Brazilian setting. Analyses of the documents selected within the proposed time frame (2019–2023) reveal that internationalization at IFSP is an ongoing process of construction, still marked by fragmentation and conceptual and identity-related tensions. In this context, the conceptions and practices of internationalization expressed in institutional documents are, at times, poorly systematized and, in some moments, support a narrative that tends to reduce IFSP to the condition of simply a higher education institution, minimizing its identity trait as a vertically structured institution. With regard to linguistic and cultural demands, the results indicate significant dissonances among documents that should be complementary, which highlights the need to revise these institutional texts. Moreover, we emphasize the relevance of mapping the linguistic profiles of IFSP's social actors, as well as the provision of language courses, as a strategy for constructing more situated linguistic practices aligned with contextual demands. Finally, it is important to emphasize that, throughout the development of this research, significant movements in institutional management were identified, aimed at redefining the concept of internationalization, revising the PI and the PLEPE, and recognizing IFSP as a vertically structured institution. These movements can be understood as indications of progress toward a counter-hegemonic and decolonial internationalization, more closely aligned with the institutional mission of democratizing knowledge and promoting social transformation. On the other hand, we still observe the presence of dominant discourses that privilege technical and quantitative approaches over qualitative perspectives, which compels us to continue reflecting, resisting, and insisting, without disregarding the advances already achieved.

Keywords: Federal Institute of São Paulo (IFSP), verticalization, internationalization, Applied Linguistics.

SUMÁRIO

MEU CAMINHAR ACADÊMICO-PROFISSIONAL.....	17
INTRODUÇÃO.....	23
Apresentação da pesquisa	23
Trabalhos sobre internacionalização: breve estado da arte.....	24
Objetivos e perguntas de pesquisa	31
Objetivos específicos	31
Perguntas de pesquisa	31
Relevância e principais contribuições da pesquisa	32
Organização da Tese	33
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	34
1.1 Globalização e educação para transformação social	34
1.2 Internacionalização e caminhos para internacionalizar	40
1.3 O princípio da verticalização dos Institutos Federais: uma noção ampliada.....	50
1.4 O lugar da língua-cultura no processo de internacionalização: entre a apropriação e o questionamento	54
1.5 O que internacionalização tem a ver com Linguística Aplicada? Localizando internacionalização no campo da LA.....	60
2. PERCURSO METODOLÓGICO	65
2.1 Natureza da pesquisa	66
2.2 Método e procedimentos da pesquisa documental	68
2.3 Etapas da pesquisa	71
2.4 Contexto de pesquisa: Instituto Federal de São Paulo (IFSP).....	76
3. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO IFSP DE ACORDO COM DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	84
3.1 Uma leitura qualitativa e interpretativista de documentos institucionais do IFSP que se vinculam à internacionalização	84
3.2 Uma leitura panorâmica de documentos institucionais do IFSP que se vinculam à internacionalização	107
4. DA TEORIA À PRÁTICA: MOVIMENTOS DE UMA GESTÃO ENGAJADA E COMPROMETIDA.....	111
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
5.1 Síntese das reflexões da pesquisa	118
5.2 Limitações e sugestões de encaminhamentos.....	121
5.3 Reflexões finais.....	123
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICE A – Pré-análise do <i>corpus</i>	136

ANEXO A – Comissão para Reformulação dos documentos norteadores das ações de Internacionalização do IFSP, sendo eles a Política de Internacionalização (PI), Política Linguística (PL) e Regulamento do Centro de Línguas do IFSP (CeLin)	148
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percurso acadêmico-profissional	22
Figura 2 - Dois pilares da internacionalização: mobilidade acadêmica “em casa” e internacional	46
Figura 3 - Percurso metodológico	65
Figura 4 - Tipos de documento.....	69
Figura 5 - Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	77
Figura 6 - Mapa do Instituto Federal de São Paulo (atualizado em 2023).....	79
Figura 7 - Organograma Instituto Federal de São Paulo (IFSP)	80
Figura 8 - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - setor de alocação da ARINTER	81
Figura 9 - Funções da ARINTER no IFSP	82
Figura 10 - Índice de Internacionalização IFSP	87
Figura 11 - Linha do tempo: ações de internacionalização	91
Figura 12 - Organograma Instituto Federal de São Paulo (IFSP)	92
Figura 13 - Linha do tempo: recorte temporal dos documentos selecionados para a pesquisa	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas sobre internacionalização nos Institutos Federais: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES	26
Quadro 2 - Pesquisas sobre internacionalização nos Institutos Federais no Portal de Periódicos CAPES.....	28
Quadro 3 - Documentos de diretrizes e documentos de saída.....	74
Quadro 4 - Indicadores de busca para o corpus em análise	75
Quadro 5 - Conceções de internacionalização: PI, PEPE e PDI.....	86
Quadro 6 - Ações de internacionalização PI, PEPE e PDI	87
Quadro 7 - Objetivos de Internacionalização Portaria Política de Internacionalização (PI)...	88
Quadro 8 - Ações de internacionalização RG 2020, 2021, 2022 e 2023	90
Quadro 9 - Objetivos de Internacionalização Portaria de Internacionalização (PI) (destaque público-alvo).....	96
Quadro 10 - Exemplos PEPE.....	97
Quadro 11 - Exemplo PEPE	97
Quadro 12 - Exemplo PDI.....	97
Quadro 13 - Ações de internacionalização RG 2020, 2021, 2022 e 2023 (destaque público-alvo).....	98
Quadro 14 - Exemplos PI.....	101
Quadro 15 - Exemplo PI	101
Quadro 16 - Exemplos PEPE.....	102
Quadro 17 - Exemplo PEPE	102
Quadro 18 - Exemplo PDI.....	103
Quadro 19 - Resolução CeLin.....	105
Quadro 20 - Internacionalização abrangente PDI (2019-2023)	113
Quadro 21 - Internacionalização abrangente PDI (2024-2028)	113
Quadro 22 - Ações de internacionalização PDI (2024-2028)	114
Quadro 23 - Ações de internacionalização PDI (2024-2028)	114
Quadro 24 - Ações de internacionalização PDI (2024-2028)	114
Quadro 25 - Ações de internacionalização PDI (2024-2028)	115
Quadro 26 - Ações de internacionalização PDI (2024-2028)	115
Quadro 27 - Quadro base para análise da Portaria de Internacionalização (PI).....	136
Quadro 28 - Quadro base para análise da Portaria de Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEPE)	137
Quadro 29 - Quadro base para análise de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023.....	138
Quadro 30 - Quadro base para análise de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2028).....	139
Quadro 31 - Quadro base para análise do Relatório de Gestão (RG) 2020	140
Quadro 32 - Quadro base para análise do Relatório de Gestão (RG) 2021	141
Quadro 33 - Quadro base para análise do Relatório de Gestão (RG) 2022	142
Quadro 34 - Quadro base para análise do Relatório de Gestão (RG) 2023	144
Quadro 35 - Quadro base para análise do Relatório de Gestão (RG) 2024	145
Quadro 36 - Quadro base para análise da Resolução que regulamenta os Centros de Línguas (Celin).....	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Teses e dissertações que tematizam internacionalização escritas entre 1987 e 2025	25
Gráfico 2 - Teses e dissertações que tematizam internacionalização na área de Linguística, Letras e Artes.....	26
Gráfico 3 Produções científicas no Portal de Periódicos da CAPES.	28

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AC – Análise de Conteúdo
- ACE - *American Council on Education*
- ARINTER – Assessoria de Relações Internacionais
- ATD - Análise Textual Discursiva
- AUGM - Associação de Universidades Grupo de Montevideú
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica
- CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- FORINTER – Fórum de Relações Internacionais
- IA – Inteligência Artificial
- IES – Instituição de Ensino Superior
- IF – Instituto Federal
- IFSP – Instituto Federal de São Paulo
- IsF – Idiomas Sem Fronteiras
- NAFSA - *Association of International Educators*
- MEC – Ministério da Educação
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
- PLEPE – Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão
- PLE – Português Língua Estrangeira
- PI – Política de Internacionalização
- PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
- RG – Relatório de Gestão
- TCU – Tribunal de Contas da União
- UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
- UFU – Universidade Federal de Uberlândia
- UNR – Universidade Nacional de Rosário
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

MEU CAMINHAR ACADÊMICO-PROFISSIONAL¹

A vida acadêmica começa para mim em 2010, ano de ingresso no curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Lembro-me que meu interesse primeiro, o motivo pelo qual escolhi o curso de Letras, foi o gosto pela literatura, a qual continuo apreciando muito, mas que já nos primeiros anos da graduação foi cedendo seu lugar para outros interesses mais relacionados com discussões sobre o ensino e a aprendizagem de línguas.

Logo no início do curso, participei como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), sob a coordenação da Profa. Dra. Isadora Valencise Gregolin, orientação da Profa. Dra. Maria Silvia Cintra Martins e de professores da escola municipal de ensino básico Prof.^a Dalila Galli – na qual o projeto era realizado, o que me possibilitou ter experiências com a elaboração de materiais didáticos e com o desenvolvimento de aulas de língua materna em escolas públicas de Educação Básica.

Simultaneamente, tive a oportunidade de atuar em projetos de extensão de língua espanhola e portuguesa como língua não materna nos quais preparava materiais didáticos e ministrava aulas para a comunidade universitária.

Em 2012, fui contemplada com uma bolsa para realizar Intercâmbio Estudantil pela *Asociación de Universidades Grupo Montevideo* (AUGM) e pude cursar parte da graduação de Letras na *Universidad Nacional de Rosario* (UNR), Argentina, na qual tive experiências únicas de aprendizagem tanto no que se refere a aspectos acadêmicos quanto linguísticos e culturais. Esse intercâmbio foi muito significativo na minha formação pessoal e profissional e me rendeu um capítulo de livro no qual narro essa experiência à luz de aportes teóricos sobre internacionalização².

Durante o curso de licenciatura também desenvolvi duas pesquisas de Iniciação Científica³ sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Yokota, sobre as representações de falantes de

¹ Nesta seção escrevo em primeira pessoa para narrar experiências pessoais da vida acadêmica e profissional.

² Cf. SOUZA, Rafaela Silva de. Internacionalização: impactos da mobilidade acadêmica na formação profissional e social de uma estudante de Letras. In: BORGES, Kelio Junior Santana; MAIA, Rejane Maria Gonçalves; CAVALCANTE, Tatiana do Nascimento (orgs.). Internacionalização: experiências, desafios e perspectivas. Goiânia: Editora IFG, 2025. p.123-140. Disponível em: <https://editora.ifg.edu.br/editoraifg/catalog/view/internacionalizacao/internacionalizacao/1820>. Acesso em: 22 out. 2025.

³ As pesquisas orientadas pela profa. Dra. Rosa Yokota intitulam-se *Representações e constatações sobre a dificuldade e a facilidade de hispano falantes aprendizes de Português como Língua Estrangeira (PLE)*, desenvolvida de 2013 a 2014, com financiamento CNPq, e *O processo de aprendizagem formal de Português como Língua não materna: Representações e constatações sobre a dificuldade e a facilidade de hispano-falantes*, desenvolvida de 2014 a 2015, com financiamento FAPESP.

espanhol no que tange ao processo de aprendizagem de português como língua não materna, cujos resultados evidenciaram que as representações dos estudantes falantes de espanhol aprendizes de português não necessariamente se materializam como inadequações em suas produções escritas.

Apreendi, ainda, que muitos eram os fatores envolvidos no sucesso do aluno em relação à produção efetiva na língua-alvo, como os anseios, medos, afetividade, prazer e comodidade; já no que diz respeito aos fatores de ordem linguística, notei que algo que influenciava na produção escrita adequada/inadequada dos estudantes, segunda a norma padrão, era o gênero textual, bem como o contexto em que a produção havia sido solicitada (produção livre, avaliação, produção em sala de aula/em casa).

A partir dessas discussões, desenvolvi uma pesquisa de Mestrado⁴, também sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Yokota, sobre as representações de professores de línguas estrangeiras no que diz respeito às concepções e produções de materiais didáticos e pude identificar, por um lado, que a face convencional e prescritiva do livro didático, em relação a outros materiais, é bastante presente no imaginário dos professores, mas, por outro lado, que havia uma real objetivação (materialização) de outros materiais que não apenas o livro didático em sala de aula, ou seja, por mais que ao falar de materiais didáticos o mais mencionado fosse o livro didático, na prática, a partir dos exemplos cedidos pelos professores-participantes, o que se notava era o uso de outros materiais como: músicas, filmes, jogos, imagens, vídeos etc.

De 2016 a 2022, atuei como professora de espanhol na rede privada de educação básica, ministrando aulas para alunos do 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, e em cursos particulares *online*, preparados e oferecidos por mim para alunos adultos do setor empresarial e acadêmico. Essas experiências distintas e complementares contribuíram para que eu pudesse aprimorar minhas competências profissionais à medida que diferentes contextos de ensino e aprendizagem de línguas me faziam repensar as abordagens, as metodologias e as materialidades do ensinar.

Em 2018, fui aprovada em uma seleção da Rede Federal de ensino e atuei como professora substituta de português e espanhol no Instituto Federal de São Paulo - *campus* Matão, no qual além de ministrar aulas para alunos do ensino médio também pude ter minha primeira experiência como professora no ensino superior. Essa prática foi complementar às experiências docentes anteriores, contribuindo também para que eu ressignificasse o processo de ensino e

⁴ A pesquisa, orientada pela Profa. Dra. Rosa Yokota, intitula-se *Representações de professores de Línguas Estrangeiras em formação: materiais didáticos utilizados em práticas de ensino*, desenvolvida de 2016 a 2018.

aprendizagem, tanto de línguas estrangeiras quanto de língua materna, além de me proporcionar um contato, no papel de professora, com a pesquisa e a extensão.

No decorrer de 2021, muito motivada pelas questões experimentadas por mim e outros colegas de profissão durante o ensino remoto emergencial (Joye, Moreira; Rocha, 2020) em razão da pandemia de COVID-19, decidi que, após dois anos distante das oficialidades acadêmicas, começaria a estruturar um projeto de doutorado, cujo tema inicial foi se transformando à medida que minha vida ganhava novas roupagens. Como diria Machado (1999) “*caminante, no hay camino se hace camino al andar*”, e, caminhando, diferentes questões foram transbordando-me.

Em 2021, quando fui aprovada no Doutorado em Linguística da UFSCar, o tema inicial do projeto voltava-se para discussões relacionadas ao *Letramento digital de professores de línguas*. Sua elaboração foi motivada pela minha própria sensação como professora-pesquisadora durante a pandemia de sentir-me desatualizada e distante de possíveis discussões que contribuíssem para minhas ações profissionais em sala de aula, de forma a pensar a prática também orientada pela teoria no processo de ensinar mediado pelo digital.

O contexto de pesquisa seria a escola privada de educação básica onde até então eu atuava como professora e, ali, eu coletaria dados junto aos professores por meio de entrevistas e questionários, a fim de compreender suas concepções e as práticas de formação digital implementadas. Minha expectativa com o projeto consistia em ouvir os professores acerca da relação estabelecida e das necessidades percebidas diante da nova demanda social associada ao universo digital.

De forma concomitante ao doutorado e à minha atuação como professora de espanhol na escola privada, continuava também ministrando aulas *online* particulares e aguardando a convocação para assumir o cargo de professora efetiva do IFSP, pois havia sido aprovada em concurso e constava em lista de classificação.

No final do primeiro ano do doutorado, 2021, tive a oportunidade de realizar um curso de extensão coordenado pelo prof. Dr. Nelson Viana, em parceria com o Ministério de Relações Exteriores, intitulado *Diplomacia cultural e difusão do português pelo Brasil no exterior: história, vertentes e contextos*, que contou com a participação de especialistas no assunto. A realização do curso me despertou para a importância do próprio conceito de *diplomacia cultural* e para o importante papel dos professores de línguas na difusão de línguas e culturas nas instituições.

No mesmo período, efetivei meu credenciamento como especialista de espanhol junto à Rede ANDIFES Idiomas sem Fronteiras (IsF) e participei como voluntária em 2 (dois) pilotos

de cursos de espanhol oferecidos pelo Nucli IsF da UFSCar e pude conhecer melhor a proposta de formação de professores de línguas estrangeiras com foco em internacionalização. Naquele momento, me surpreendi, pois, apesar de não estar há tanto tempo longe da universidade, notei que minha hipótese quanto a estar desatualizada se confirmava: a proposta didática da professora e do curso eram outras, as aulas menos engessadas e preparadas a partir de materiais didáticos autênticos, além do uso de aplicativos que mobilizassem conhecimentos linguísticos e culturais e um direcionamento de trabalho menos eurocentrado e com foco em internacionalização.

No segundo semestre de 2022, surgiu a oportunidade de cursar, como aluna especial, a disciplina *Tópicos em Linguística Aplicada: políticas e práticas linguísticas e de internacionalização*, oferecida pelo Prof. Dr. Waldenor de Barros de Moraes Filho e pela Profa. Dra. Valeska Virgínia Soares Souza pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFU, que foi decisiva para que eu pudesse compreender o conceito de internacionalização e aprofundar leituras sobre o papel das línguas estrangeiras nesse processo. O trabalho final da disciplina resultou em um capítulo de livro escrito por mim e mais três colegas⁵.

Em dezembro de 2022 finalmente fui convocada para assumir o cargo de docente efetiva de língua portuguesa e espanhola no IFSP, *campus* Itaquaquecetuba e, a partir de então, passei a dedicar-me com exclusividade a esse contexto. Essa mudança profissional também acarretou a modificação do projeto inicial de doutorado, que a partir de 2023 passou a focalizar o processo de internacionalização do meu novo contexto profissional, inclusive motivando-me a assumir a representação do meu *campus* na Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) do IFSP. Conforme reformulava o projeto de doutorado e me aprofundava em leituras sobre o conceito de internacionalização, atuei como professora tanto na educação básica quanto na educação superior do referido *campus* e pude conhecer na prática a proposta de *verticalização*⁶ do Instituto Federal (IF).

Os caminhos percorridos por mim me trouxeram à pesquisa desenvolvida. Primeiramente, o acesso a uma língua estrangeira que transformou a minha realidade pessoal e

⁵ Cf. SÁ, Kelly Karoline Ferreira Moraes de; SOUZA, Rafaela Silva de; MAIA, Rejane Maria Gonçalves; MOURA; Monithelli Aparecida Estevão de. Internacionalização e validação de diplomas de refugiados: uma breve análise do Portal Carolina Bori. In: SOUZA, Valeska Virgínia Soares; MORAES FILHO, Waldenor Barros. Políticas e práticas de internacionalização: desafios e perspectivas. Uberlândia: Editora Edufu, 2025. p.137-166. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/47724/1/PoliticapraticasInternacionalizacao.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2026.

⁶ Embora se trate de um conceito complexo e multifacetado, nesta pesquisa enfatizaremos o princípio da verticalização dos Institutos Federais, considerando a proposta institucional de oferta de ensino, pesquisa e extensão em diferentes níveis de escolaridade, da educação básica profissional ao ensino superior.

profissional desde o início da graduação, como aluna, e mais tarde como professora-pesquisadora; depois, o intercâmbio internacional, quando eu sequer havia ouvido falar em internacionalização e, por fim, o IF/IFSP que foi, desde o primeiro contato, uma maneira de alavancar minhas esperanças na educação como forma de transformação social.

No início de 2024, obtive a aprovação do meu pedido de afastamento remunerado e, durante os anos de 2024 e 2025, pude me dedicar exclusivamente ao desenvolvimento do projeto de doutorado, à escrita desta tese e às demandas relacionadas ao universo acadêmico: escrita de artigo, organização e participação em eventos, além de outras atividades importantes para minha formação. Destaco, dentre essas importantes atividades de formação no campo da internacionalização, minha atuação nos anos de 2024 e 2025 junto ao posto aplicador da UFSCar do exame de proficiência Celpe-Bras (importante instrumento de internacionalização), minha atuação voluntária em 2025 no Programa de Estágio Supervisionado de Capacitação Docente (PESCD), em uma disciplina de português para estrangeiros (PLE) oferecida pelo prof. Dr. Nelson Viana e minha participação como uma das professoras responsáveis pela oferta de um curso de espanhol para contextos de internacionalização na oferta coletiva do Idioma sem Fronteiras (IsF) em 2025.

Desde junho de 2024, integro, como estudante-pesquisadora, o Grupo de Pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização do Ensino Superior (GPLIES)⁷, coordenado pelo prof. Dr. Waldenor de Barros de Moraes Filho (UFU) e prof. Dr. Lucas Araújo Chagas (UEMS), o que foi decisivo no meu percurso para que eu pudesse aprofundar leituras e compreensões sobre a temática da pesquisa em diálogo com pesquisadores do país todo, participantes do mesmo grupo.

A fim de ilustrar e sintetizar o caminho percorrido até aqui, compartilho, a seguir, a minha linha do tempo acadêmico-profissional nos últimos 15 anos, que também evidencia a importância de diferentes políticas públicas para a democratização da internacionalização.

⁷ Para informações sobre o grupo, sugiro o seguinte artigo, que descreve detalhadamente sua dinâmica e elaborações conceituais: ARAUJO CHAGAS, Lucas. Da convivência à elaboração teórica: propostas conceituais de língua(s), política(s) linguística(s) e política(s) de internacionalização na visão do grupo de pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior (GPLIES). *Revista Leitura, [S. l.]*, v. 1, n. 83, p. 107-127, 2024. DOI: 10.28998/2317-9945.202483.107-127. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/18021>. Acesso em: 23 out. 2025.

Figura 1 - Percurso acadêmico-profissional



Fonte: Elaboração própria.

INTRODUÇÃO

Nesta seção expomos a apresentação da pesquisa, um breve panorama de investigações sobre internacionalização, os objetivos e as perguntas que orientam este trabalho, a relevância da pesquisa proposta e a organização da tese.

Apresentação da pesquisa

Nas últimas décadas, a internacionalização da educação tem se consolidado como um dos principais eixos de discussão e de ação no âmbito das políticas educacionais em diferentes países. Inicialmente associada à mobilidade estudantil e à ampliação de parcerias internacionais, a internacionalização passou a ser entendida, gradativamente, como um processo mais amplo e *abrangente*, que envolve dimensões culturais, linguísticas, sociais e políticas. Tal ampliação de sentidos revela que a internacionalização não se limita à presença de estudantes estrangeiros ou à assinatura de convênios, mas se manifesta nas práticas institucionais cotidianas, nos documentos institucionais, nos currículos, nas políticas linguísticas e nos modos de produção e circulação do conhecimento.

No contexto brasileiro, esse debate ganha particular relevância diante dos desafios históricos de desigualdade social e de acesso e permanência no cenário educacional. Ao mesmo tempo em que a globalização intensifica os fluxos de informação, pessoas e saberes, ela também reforça assimetrias, hierarquias e exclusões. Por isso, discutir a internacionalização na educação pública brasileira implica pensar sobre quais sujeitos e instituições têm acesso a essas oportunidades e de que forma esses processos se articulam às finalidades sociais da educação.

É nesse cenário que se insere o presente estudo, voltado à análise das concepções e práticas de internacionalização registradas em documentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), com vistas a compreender o processo de internacionalização da instituição.

O IFSP, enquanto instituição pública federal de ensino, tem como missão promover a democratização do conhecimento e a transformação social. Sua estrutura multicampi e sua oferta de cursos em diferentes níveis – da educação básica ao ensino superior – conferem-lhe características singulares no cenário da educação pública brasileira. Assim, analisar o modo como o processo de internacionalização vem se configurando no âmbito do IFSP significa também refletir sobre as diversas possibilidades de uma internacionalização que seja democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

Para compor o *corpus* de análise desta pesquisa, foram selecionados os seguintes documentos institucionais do IFSP: o *Plano de Desenvolvimento Institucional* (PDI 2019-2023), a *Política de Internacionalização* (PI), a *Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão* (PLEPE) e os *Relatórios de Gestão* (RGs). Vale destacar que, neles, a internacionalização aparece como um objetivo estratégico, relacionado à formação de cidadãos capazes de atuar em contextos globais.

Assim, a escolha por investigar documentos institucionais justifica-se pelo entendimento de que eles não são meros registros administrativos, mas formas de compartilhar valores e visões de mundo orientadores de decisões pedagógicas e administrativas. A partir da perspectiva da *Linguística Aplicada, em sua vertente crítica*, compreendemos que nosso papel como pesquisadores não consiste em buscar as ‘verdades’ nos documentos, mas em nos posicionarmos criticamente em relação a eles, levando em consideração o papel discursivo-performativo das práxis, das pessoas, dos grupos, das identidades, das relações de poder e das formas de participação na vida social.

Examinar os documentos do IFSP significa, portanto, examinar também os modos pelos quais a instituição se representa, se posiciona e se projeta em relação à internacionalização, reafirmando ou tensionando determinados paradigmas. Nesta pesquisa, inserida, então, no campo das Ciências Humanas e Sociais, com base na Linguística Aplicada, em sua vertente crítica, reconhecemos a centralidade das práticas sociais situadas e o compromisso ético-político do pesquisador com os contextos em que atua (Moita Lopes, 2006). Essa perspectiva orienta nossa discussão, indicando que o processo de internacionalização não é um fim em si mesmo, mas uma prática social.

Trabalhos sobre internacionalização: breve estado da arte

Em escala global, a internacionalização da educação tem sido defendida como uma prioridade em diferentes contextos de formação, especialmente diante da necessidade de preparar cidadãos para atuar de forma crítica e intercultural em um mundo interconectado. Knight (2004, p. 11) define internacionalização como “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária”.

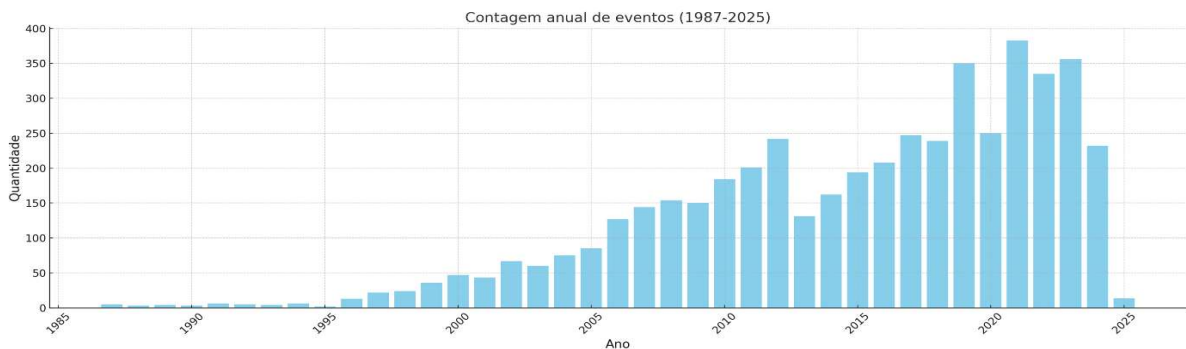
Nesta pesquisa, contudo, buscamos compreender o processo de internacionalização para além da educação superior, considerando a singularidade do IFSP, cuja atuação se pauta pelo

princípio da verticalização – isto é, pela oferta de ensino, pesquisa e extensão, da educação básica profissional à superior.

Em uma breve busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao pesquisar pelo termo *internacionalização*, foram encontrados 4.813 trabalhos sobre o tema, sendo 2.550 dissertações e 1.153 teses, produzidos entre 1987 e 2025.

Ao representar graficamente a produção anual sobre internacionalização no Brasil, notamos que nos primeiros anos (1987-1995) ainda eram poucas as produções sobre o tema, mas a partir de 1996 podemos observar uma tendência de crescimento mais consistente. Esse crescimento não é exatamente constante, uma vez que há flutuações no número de produções ano a ano. Entretanto, a tendência geral é de aumento no número de pesquisas desenvolvidas sobre a temática, como podemos visualizar no Gráfico 1.

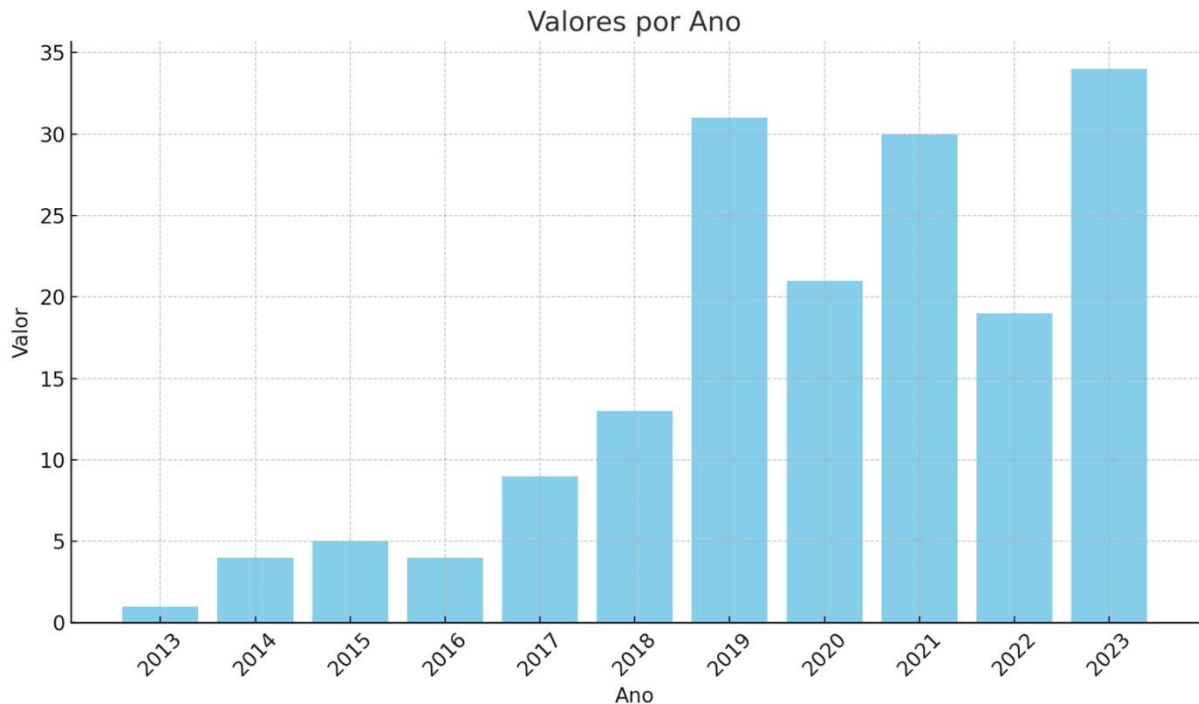
Gráfico 1 - Teses e dissertações que tematizam internacionalização escritas entre 1987 e 2025



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Catálogo CAPES e utilizando a ferramenta ChatGPT.

Os dados apresentados no Gráfico 1 se referem a pesquisas realizadas em diferentes grandes áreas do conhecimento, como Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes, além da área Multidisciplinar. Dessa forma, ao filtrar os resultados considerando apenas a grande área de Linguística, Letras e Artes, o número de trabalhos que discutem o tema da internacionalização passa a 171 produções, sendo 89 dissertações e 81 teses, defendidas entre 2013 e 2023, o que indica um interesse mais recente dessas áreas pela temática.

De modo semelhante ao Gráfico 1, o Gráfico 2 – que contempla apenas a produção vinculada à grande área Linguística, Letras e Artes – também apresenta flutuações no número anual de dissertações e teses sobre internacionalização. No entanto, observamos, de forma geral, uma tendência de crescimento nas discussões acerca do tema, como podemos verificar a seguir.

Gráfico 2 - Teses e dissertações que tematizam internacionalização na área de Linguística, Letras e Artes

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Catálogo CAPES utilizando a ferramenta ChatGPT.

A análise dos títulos dessas pesquisas na área de Linguística, Letras e Artes mostra a diversidade de contextos e perspectivas explorados no âmbito da internacionalização: instituições de ensino superior, Institutos Federais, programas de intercâmbio, projetos de língua, programas de pós-graduação, produções textuais acadêmicas, tecnologias digitais, exames de proficiência, convênios internacionais, narrativas de experiências internacionais, formação de professores, políticas linguísticas, multiculturalismo, interculturalidade, racismo, materiais didáticos, percepções docentes, inglês como língua franca, programa Idiomas sem Fronteiras, práticas de letramento, políticas de inserção e acolhimento, difusão cultural, entre outros. Dentre tais pesquisas, entretanto, apenas três mencionam explicitamente os Institutos Federais, como apresentamos no Quadro 1.

Quadro 1 - Pesquisas sobre internacionalização nos Institutos Federais: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES

COSTA, Roberta Rafaela Sotero. POLÍTICAS E IDEOLOGIAS LINGÜÍSTICAS NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ: um olhar autoetnográfico. 2021. 289 f. Tese (Doutorado em LETRAS) -UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Paraná, 2021.
PICCIN, Gabriela Freire Oliveira. O IFES NA PRODUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS DO SUL. 2021. 299 f. Tese (Doutorado em LINGÜÍSTICA) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Espírito Santo, 2021.

GUIMARÃES, Renata Mourão. **PRAXIOLOGIAS FRONTEIRIÇAS EM POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO CRÍTICO A PARTIR DOS INSTITUTOS FEDERAIS.** 2023 309 f. Tese (Doutorado em LINGÜÍSTICA- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília, 2023.

Fonte: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES.

Os trabalhos em questão apresentam contribuições significativas a partir de diferentes abordagens temáticas e metodológicas, como indicam seus respectivos resumos.

No estudo de Costa (2021), a autora discute as políticas linguísticas do Instituto Federal do Paraná (IFPR) sob uma perspectiva dialógico-discursiva, inspirada no Círculo de Bakhtin, e fundamenta-se em uma metodologia autoetnográfica docente, considerando seu papel de professora de espanhol. As análises evidenciam a interferência de uma hegemonia neoliberal e de uma lógica gerencial nas políticas institucionais, alinhadas a agendas nacionais de internacionalização e à centralidade do inglês. A autora observa também a ausência de debate democrático com a comunidade escolar, caracterizando uma política linguística *de facto* pouco participativa. Os resultados apontam riscos à diversidade linguística, à produção de conhecimentos locais e ao papel público da instituição. Defende-se, por fim, uma política linguística decolonial, multilíngue e regionalmente situada, com ênfase na integração latino-americana e no fortalecimento do espanhol.

No trabalho de Piccin (2021), analisa-se o papel do IFES na produção de saberes com comunidades locais a partir das epistemologias do Sul e de perspectivas decoloniais. Com base na concepção bakhtiniana de linguagem, a autora utiliza a pesquisa narrativa para examinar dados produzidos em rodas de conversa inspiradas em Paulo Freire. Os resultados indicam que o IFES é discursivamente construído como representante do progresso científico moderno, mas também como espaço de articulação com movimentos sociais por meio da extensão. A produção epistemológica ocorre em espaços dialógico-fronteiriços, mediada pela tradução intercultural. Por fim, o trabalho destaca a necessidade de decolonizar políticas linguísticas, curriculares e de internacionalização.

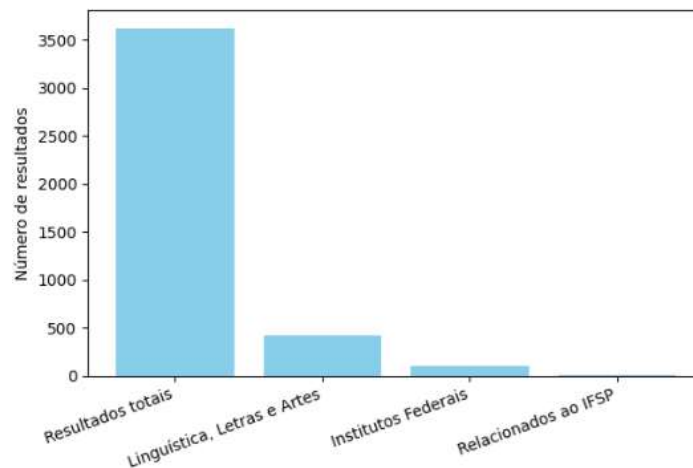
Já Guimarães (2023), valendo-se dos referenciais da Linguística Aplicada Crítica, analisa as Políticas Linguísticas para a Internacionalização da Educação (PLI) nos Institutos Federais, com foco no Instituto Federal de Brasília (IFB). A partir de revisão bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de questionários a docentes e especialistas, o estudo mostra que as PLI assumem um caráter metadecolonial: ao mesmo tempo em que reproduzem colonialidades, também abrem espaço para práticas transformadoras nas fronteiras institucionais. Os resultados indicam que repensar as PLI, desvinculando-as do pensamento

moderno/colonial, constitui um caminho possível e necessário para uma internacionalização mais crítica e inclusiva.

Com base nesse levantamento, observamos que, nos últimos dez anos, há uma tendência crescente de pesquisas de mestrado e doutorado sobre internacionalização na área de Linguística, Letras e Artes, explorando diferentes temáticas. Esse movimento sinaliza a relevância do tema no contexto educacional brasileiro. Contudo, é importante ponderar que grande parte das pesquisas encontradas enfatiza o ensino superior, especialmente em cursos de graduação e pós-graduação, enquanto outros contextos, como os Institutos Federais – que além da educação superior, também ofertam educação básica – ainda constituem minoria.

Reconhecemos, ainda, que outras formas de produção científica – para além de teses e dissertações – também têm tematizado a internacionalização. Ao realizar uma busca por produções científicas no Portal de Periódicos da CAPES, foram encontrados 3621 resultados, dos quais 414 pertencem à área de Linguística, Letras e Artes, 105 referem-se ao contexto dos Institutos Federais e 5 (cinco) possuem relação direta com o IFSP, como vemos ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 3 Produções científicas no Portal de Periódicos da CAPES.



Fonte: Elaboração própria com base no Portal de Periódicos da CAPES utilizando a ferramenta ChatGPT.

Os 5 (cinco) trabalhos encontrados no último recorte estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Pesquisas sobre internacionalização nos Institutos Federais no Portal de Periódicos CAPES

<p>GUIRAU, Marcelo Cizurre; MARTINS, Teresa Helena Buscato Martins. A adaptação de um curso de inglês do formato EAD para o formato semipresencial: relato de uma experiência com o curso e-Tec Idiomas de língua inglesa. Linguatéc, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves v. 5, n. 2, p. 296-309, nov. 2020. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/4468. Acesso em: 02 nov. 2025.</p>
<p>PIZZI, Maria Claudia Bontempi; PISANELLI, Felipe Augusto. Tradução de ementas e histórico escolar para o inglês: contribuição para participação de discentes do curso técnico em informática</p>

para internet integrado ao ensino médio em programas de mobilidade acadêmica / Translation of summary and school records into english: contribution to the participation of high school with associate technical degree on web development students in academic mobility programs. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 115197–115207, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n12-335. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/41050>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BOSCHINI, Fernanda Ferreira; FISCHER, Cynthia Regina; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. A internacionalização das instituições de educação profissional e tecnológica: o Instituto Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Comparada**, vol. 3, 2021. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/rbec/article/view/14768>. Acesso em: 02 nov.2025.

MARTINS, Tânia Barbosa; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. A política de internacionalização da educação em institutos politécnicos de Portugal e as parcerias com instituições brasileiras de educação profissional e tecnológica. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022028, 2022. DOI: [10.20396/riesup.v8i00.8661804](https://doi.org/10.20396/riesup.v8i00.8661804). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8661804>. Acesso em: 02 nov. 2025.

STEFANI, Viviane Cristina Garcia de; GREGOLIN, Isadora Valencise. Internacionalização na Rede Federal Tecnológica: Uma análise das ações previstas na política de internacionalização do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 158–178, 2022. DOI: 10.46230/2674-8266-14-8365. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/8365>. Acesso em: 02 nov. 2025.

STEFANI, Viviane Cristina Garcia de. Diversidade cultural da língua espanhola em ações de extensão na pandemia: contribuições para a internacionalização: Cultural Diversity of the Spanish Language in extension actions during the pandemic: contributions to internationalization. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, [S. l.], v. 51, n. 2, 2023. DOI: 10.21165/el.v51i2.3284. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/3284>. Acesso em: 02 nov. 2025.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal de Periódicos da CAPES.

Entre essas produções, o texto de Guirau e Martins (2020) discute o Programa e-Tec Idiomas sem Fronteiras, criado a partir de uma demanda do FORINTER por cursos de idiomas destinados a capacitar estudantes e servidores da Rede Federal para a mobilidade internacional e a internacionalização dos Institutos Federais. Oferecido como curso FIC⁸ no IFSP – *campus* São Paulo-Pirituba, o programa passou por adaptações, como o aumento da carga horária presencial e a redefinição do papel do formador, que se aproximou do professor tradicional. Os autores descrevem o trabalho como um estudo de caso, de caráter descritivo e exploratório, que analisa dados quantitativos e qualitativos e aponta que a heterogeneidade dos alunos e a pouca familiaridade com o ensino a distância motivaram tais ajustes, revelando a necessidade de adequar a proposta original às demandas locais.

No artigo de Pizzi e Pisanelli (2021), são apresentados os resultados de um projeto cujo objetivo foi realizar a tradução para a língua inglesa de ementas e a elaboração de formulário digital editável para composição de históricos escolares referentes ao curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio do IFSP – *campus* São Carlos. A iniciativa, desenvolvida como atividade de iniciação à pesquisa e reflexão tradutória, contribuiu

⁸ Curso de Formação Inicial e Continuada.

para a formação linguística em inglês dos alunos e para o processo de internacionalização institucional.

Boschini, Fischer e Batista (2021) apresentam análises a partir de pesquisa bibliográfica e documental, sobre a internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica no IFSP, com foco na atuação da Assessoria de Relações Internacionais, criada em 2016. A partir das políticas e ações descritas em documentos institucionais, concluem que a formalização dessas diretrizes tem fortalecido a estrutura de internacionalização da instituição.

O texto de Stefani e Gregolin (2022) apresenta uma análise da Política de Internacionalização do IFSP com base em pesquisa documental, visando analisar os processos institucionais que orientam a internacionalização na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Fundamentado na Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) e em referenciais teóricos propostos por Hudzik (2011) e pelo grupo GPLIES, o estudo discute a internacionalização como um movimento articulado de compartilhamento de saberes, culturas e práticas inovadoras, sustentado por uma perspectiva crítica e decolonial, que reposiciona as demandas locais diante do contexto global.

Por fim, em seu artigo, Stefani (2023) apresenta os resultados do projeto de extensão *Diversidade Cultural: expandindo culturas por meio do espanhol*, desenvolvido no IFSP, com o objetivo de incentivar o aprendizado do idioma por meio de atividades virtuais, como saraus e cinedebates, voltadas à diversidade cultural dos países hispano-falantes. Fundamentado em teorias sobre internacionalização (De Wit, 2013; Hudzik, 2011), o estudo mostra que o projeto contribuiu para promover a internacionalização na extensão e ampliar o interesse pela língua e cultura espanhola.

Esse panorama reforça a relevância social e acadêmica da presente pesquisa, que busca contribuir para o debate sobre o processo de internacionalização no contexto dos Institutos Federais, em especial no Instituto Federal de São Paulo, reconhecendo a importância das investigações realizadas em momentos anteriores, como as de Boschini, Fischer e Batista (2021), Guimarães (2023) e Stefani e Gregolin (2022), que alicerçam a fundamentação teórica deste trabalho.

Diante do escopo dos estudos anteriormente realizados sobre internacionalização por outros pesquisadores no contexto dos Institutos Federais e, mais particularmente, do IFSP, apresentamos, a seguir, os objetivos e as perguntas que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Objetivos e perguntas de pesquisa

Considerando o cenário apresentado, o objetivo geral desta pesquisa é compreender o processo de internacionalização no IFSP, a partir da análise das concepções e práticas⁹ presentes em documentos institucionais, buscando entender o papel do princípio da verticalização¹⁰, bem como o lugar das línguas e culturas nesse processo, a fim de propor caminhos para uma internacionalização mais inclusiva e solidária, capaz de reafirmar a missão social do IFSP de democratizar o acesso ao conhecimento e promover transformação social.

Objetivos específicos

- a) identificar as concepções e práticas de internacionalização presentes nos documentos institucionais do Instituto Federal de São Paulo (IFSP);
- b) compreender de que forma essas concepções e práticas dialogam com o princípio da *verticalização*;
- c) identificar e problematizar as demandas linguísticas e culturais relacionadas à internacionalização presentes nos documentos institucionais.

Perguntas de pesquisa

- 1) Quais concepções e práticas de internacionalização estão presentes nos documentos institucionais do IFSP?
- 2) De que forma o princípio da *verticalização* é considerado no processo de internacionalização da instituição?
- 3) Quais demandas linguísticas e culturais referentes à internacionalização são identificadas nos documentos institucionais?

Ao delimitar esses objetivos e perguntas de pesquisa, buscamos avançar na compreensão sobre a internacionalização no contexto do IFSP, considerando que ainda há poucos estudos que abordam esse cenário.

⁹ Neste trabalho, o termo *práticas* de internacionalização refere-se às ações e iniciativas de internacionalização tal como previstas ou descritas nos documentos institucionais analisados, não abrangendo a análise de sua implementação empírica no contexto institucional.

¹⁰ Nesta pesquisa, trabalhamos com uma noção ampliada de verticalização, que considera, para além do ensino, a oferta articulada de pesquisa e extensão em diferentes níveis de escolaridade – da educação básica ao ensino superior.

Apresentamos, a seguir, a relevância e as potenciais contribuições desta investigação para o campo da internacionalização da educação em instituições públicas no Brasil.

Relevância e principais contribuições da pesquisa

A relevância deste estudo reside na possibilidade de ampliar as discussões teóricas e promover reflexões que repercutam na prática dos sujeitos envolvidos no processo de internacionalização do IFSP, enfatizando a identidade institucional e a importância de práticas contextualmente situadas. Levando em consideração a função social dos Institutos Federais no Brasil, consideramos que falar de internacionalização, em específico, nesse contexto, não pode ser apenas uma campanha de visibilidade ou um movimento voltado à competitividade e ao ranqueamento institucional. É preciso tomá-la como um compromisso ético e político de acesso ao conhecimento com vistas à transformação social, reposicionando os atores institucionais – e sempre sociais – de modo que tenham acesso ao processo de internacionalização e globalização por meio de línguas, culturas e oportunidades outras que os permitam transitar, responsável e criticamente, pelo globo.

Ao adotar uma perspectiva ancorada na Linguística Aplicada Crítica e na pesquisa documental, buscamos compreender a internacionalização como prática social, observando como ela é enunciada, legitimada e operacionalizada nos documentos institucionais do IFSP. Tal olhar permite identificar tensões, deslocamentos e silenciamentos, contribuindo para a problematização das concepções e práticas de internacionalização presentes nos documentos institucionais do IFSP.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa pode contribuir para a ampliação do escopo teórico da internacionalização ao focalizar um contexto educacional que extrapola o ensino pós-secundário e que, por sua natureza, evidencia o caráter plural e democrático da Rede Federal Tecnológica. Essa ampliação teórica pode subsidiar novas leituras sobre os processos de internacionalização em instituições que, como o IFSP, têm como missão a inclusão social, a formação integral e o compromisso com o desenvolvimento local e regional.

Do ponto de vista institucional, o estudo poderá fomentar a revisão e (re)organização de documentos institucionais e fortalecer ações relacionadas à política de internacionalização, promovendo uma coerência maior entre a missão institucional e as práticas efetivamente desenvolvidas. Ao identificar lacunas, sobreposições e contradições narrativas, a pesquisa poderá subsidiar a formulação de diretrizes mais alinhadas à missão, à identidade e aos valores

do IFSP, de modo que a internacionalização possa contribuir como meio para a formação crítica, cidadã e intercultural.

Por fim, do ponto de vista social, o estudo oferece subsídios para a construção de propostas de internacionalização mais inclusivas, solidárias e comprometidas com a democratização do acesso ao conhecimento. Tais propostas podem contribuir para que estudantes, servidores e comunidades locais participem ativamente de processos de internacionalização, valorizando línguas, culturas e epistemologias diversas. Assim, a pesquisa busca colaborar para a consolidação de um modelo de internacionalização que reconheça as singularidades do contexto do IFSP, reforçando o papel dessa instituição de ensino como agente de transformação social. A partir dessas considerações, apresentamos, a seguir, a organização da tese.

Organização da Tese

Este trabalho está organizado em quatro seções.

Na primeira seção, dedicada à fundamentação teórica, desenvolvemos o referencial teórico que embasa a pesquisa, focalizando os conceitos de globalização, internacionalização e verticalização, além do papel das línguas e das culturas e da relação da Linguística Aplicada com a internacionalização.

Na segunda seção, dedicada à metodologia, descrevemos a natureza da pesquisa, as etapas de coleta e análise dos dados, e o contexto ao qual o estudo está vinculado.

Na terceira seção, apresentamos as discussões e os resultados das análises e retomamos e respondemos as perguntas que orientaram a pesquisa.

Na quarta seção, apresentamos as considerações finais, destacando algumas lacunas e encaminhamentos a partir da pesquisa, seguidas das referências bibliográficas, apêndices e anexo.

Apresentada a introdução, iniciamos a seguir as discussões que fundamentam teoricamente este estudo.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, discutimos o referencial teórico que embasa a pesquisa, focalizando os principais conceitos mobilizados. Iniciamos com uma breve contextualização sobre globalização, uma vez que compreendemos que este é um conceito intrinsecamente relacionado à internacionalização. Em seguida, discutimos o que é internacionalização e suas principais abordagens. Posteriormente, apresentamos uma noção ampliada do princípio da verticalização que estrutura os Institutos Federais. Na sequência, tecemos reflexões sobre o papel das línguas e culturas no processo de internacionalização. Por fim, buscamos refletir sobre a possível relação entre internacionalização e Linguística Aplicada.

1.1 Globalização e educação para transformação social

Nesta pesquisa entendemos que a internacionalização está intrinsecamente relacionada à globalização (e vice-versa). Para Bauman (1999, p. 7):

[A] globalização está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, “globalização” é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, “globalização” é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível.

A partir do que nos aponta Bauman (1999), depreendemos que, ao ser a globalização um destino irremediável e irreversível, estamos todos participando desse processo, estejamos ou não conscientes disso. Dessa forma, entendemos que a globalização é um fenômeno de natureza impositora que não se pode, por livre escolha, rejeitar, o que fortalece seu aspecto desigual. A este respeito Bauman (1999, p. 7) defende que:

Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança. E, no entanto, os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais. Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente “globais”; alguns se fixam na sua “localidade” – transe que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os “globais” dão o tom e fazem as regras do jogo da vida.

Nesse sentido, cabe-nos refletir sobre esse fenômeno, denominado por Held e McGrew (2001) como a *trilha sonora de nossas vidas*, a fim de entendermos possíveis caminhos que nos

ajudem a minimizar sua face desigual e perversa e potencializar o que pode nos oferecer de melhor na construção de cidadãos globalizados (UNESCO, 2015) e mais humanos.

Ao ponderar, por um lado, sobre a globalização inevitável e, por outro, sobre a globalização desigual, Bauman (1999) nos obriga a refletir sobre este fenômeno, pois ao concordarmos com o autor sobre ambas as colocações, entendemos que ignorá-lo, principalmente no contexto educacional, prejudica o debate sobre a importância de refletirmos acerca de temas como democratização do conhecimento, justiça e transformação social, produzindo mais assimetrias sociais.

Em outras palavras, evitar refletir sobre globalização no contexto educacional, em especial no contexto dos IFs, é restringir o acesso desse público a decisões que também dizem respeito a eles e, se por eles não forem tomadas, por outros serão. Não basta apenas estar imbricado no processo de globalização, é preciso pensar o fenômeno de forma crítica, engajando-nos na busca de uma outra globalização mais justa e solidária (Santos, 2000).

Nessa direção, Santos (2000) também identifica as contradições de uma globalização perversa, sustentada pelo grande capital sobre bases técnicas universais – a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. No entanto, o autor abre espaço para pensar em uma globalização mais humana, possível se tais bases forem orientadas por outros fundamentos sociais e políticos e, nessa perspectiva:

Podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa de que falamos anteriormente. Mas essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos (Santos, 2000, p. 25).

De acordo com Held e McGrew (2001), ainda que haja dificuldades consideráveis na compreensão desse fenômeno, impossibilitando definições concludentes e fixas, e aceitando a heterogeneidade da discussão, é possível identificar dois conjuntos de argumentos no que diz respeito à globalização. De um lado estariam os céticos e de outro os globalistas, dualidade apontada pelos próprios autores como grosseira, uma vez que “destaca duas interpretações conflitantes dentre diversas teses e opiniões” (Held; McGrew, 2001, p. 9). Os céticos seriam os que “concebem [a globalização] como uma construção primordialmente ideológica ou mítica de valor explicativo marginal” (Held; McGrew, 2001, p. 9) e os globalistas aqueles que veem a globalização como “um acontecimento histórico real e significativo” (Held; McGrew, 2001, p. 9).

Ao analisar esses polos, percebemos que minimizar a globalização como mito ou aceitá-la como destino neutro produz riscos igualmente graves: ambos os caminhos podem invisibilizar desigualdades e ampliar as assimetrias sociais. Retomamos, assim, a ideia de Bauman (1999) e Held e McGrew (2001) que afirmam, respectivamente, que a globalização está na ordem do dia, é como a trilha sonora de nossas vidas. Dessa forma, segundo Held e McGrew (2001, p. 13), “as limitações do tempo social e do espaço geográfico, que são coordenadas vitais da vida social moderna, já não parecem impor barreiras fixas a muitas formas de interação ou organização social”.

Os autores apontam ainda que “a globalização gera uma certa mudança cognitiva, que se expressa numa conscientização popular crescente do modo como os acontecimentos distantes podem afetar os destinos locais (e vice-versa), bem como em percepções públicas da redução do tempo e do espaço geográfico” (Held; McGrew, 2001, p. 13).

Esses apontamentos levantados por Held e McGrew (2001) colocam-nos diante de um cenário em que os sujeitos passam a se relacionar com o ‘outro’ independentemente de sua localização espaço-temporal, estabelecendo conexões de diferentes ordens, por múltiplos caminhos e núcleos sociais, seja no ambiente familiar, no trabalho, na escola, entre outros. Contudo, os próprios autores alertam que tais conexões não pressupõem “uma sociedade mundial harmoniosa, ou um processo de interação global em que haja uma convergência crescente de culturas e civilizações” (Held; McGrew, 2001, p. 13).

Essa tensão entre interconexão global e resistência ao contato intercultural manifesta-se de forma explícita nos discursos e nas práticas políticas contemporâneas. Para ilustrar esse movimento, o discurso do presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 2025, evidencia a defesa do fechamento de fronteiras e da contenção do contato entre culturas e civilizações, a partir de uma perspectiva hierárquica e hegemônica. Ao afirmar que “as nações orgulhosas devem ter permissão para proteger suas comunidades e impedir que suas sociedades sejam sobrecarregadas por pessoas que nunca viram antes, com costumes, religiões e tudo mais diferentes” (Trump, 2025), Trump reforça uma lógica de exclusão e homogeneização cultural. Tendência semelhante pode ser observada em diferentes países europeus, que têm registrado protestos contra migrantes, sejam refugiados ou não, o que reafirma a atualidade e a relevância global da temática.

É, então, em vista disso, que não desprezamos ou descartamos a perspectiva dos cétricos, posto que compreendemos seus argumentos e indagações como: “o que é o global na globalização?” (Hirst, 1997 *apud* Held; McGrew, 2001, p.14). Para os cétricos:

Um segmento significativo da população mundial não é diretamente afetado pela globalização, ou fica basicamente excluído de seus benefícios [...]. A desigualdade da globalização garante que ela fique longe de ser um processo universal, uniformemente experimentado por todo o planeta (Held; McGrew, 2001, p. 14).

Pensar na globalização a partir apenas da lógica de comunicação global, ou seja, de saber o que acontece do outro lado do mundo, ou interagir com pessoas do outro lado do mundo, não coloca nenhum ator social no cenário globalizado. Nessa lógica há, majoritariamente, pessoas recebendo informação de todo o mundo, mas não interagindo com esse mundo de maneira direta, consciente e benéfica à sua existência.

Dessa maneira, entendemos o dever de não tomar o conceito de globalização como pronto, determinado e neutro, mas como um fenômeno desigual e processual que afeta a sociedade como um todo, e o núcleo educacional faz parte dessa tessitura.

Atestamos, ainda, baseando-nos em Held e McGrew (2001, p. 19), que “os padrões da globalização cultural, por exemplo, [não] reproduzem necessariamente os padrões da globalização econômica” e, conseqüentemente, tampouco padrões de globalização econômica ou cultural reproduzem ou são movimentados pelo mesmo ritmo dos padrões de globalização no campo da educação.

O que se sabe é que, como apontado por Sobrinho (2005, p. 164), tratar de educação¹¹, sociedade e democracia, “obriga-nos a refletir sobre globalização”, uma vez que: “[instituições de ensino] não [estão] fora, separada[s], mas [estão] dentro da tessitura complexa e contraditória da sociedade, em relações de mútuas interatuações” (Sobrinho, 2005, p. 164). Nesse cenário, a educação emerge como espaço privilegiado de debate pois, segundo esse autor:

[As instituições de ensino] faz[em] parte da totalidade da vida social. A globalização invade todos os cantos do mundo, seja as microdimensões do cotidiano ou as grandes manifestações cada vez mais multiculturais das sociedades, influencia as novas configurações societais, altera as velhas noções de espaço e tempo na comunicação, expande as estruturas de informação, potencializa a mobilidade, imprime novos perfis no mundo do trabalho, impulsiona o acúmulo exponencial dos conhecimentos, gera mudanças nos campos das ciências e das tecnologias, produz o declínio das certezas, aumenta a complexidade nas relações humanas e na vida em geral (Sobrinho, 2005, p. 165).

Diante das dualidades e complexidades advindas do processo de globalização, entendemos que não se trata de um movimento democrático que chega a todos da mesma

¹¹ Faz-se importante esclarecer que Sobrinho (2005) faz uma discussão no campo da educação direcionada especificamente para a universidade. Nós, neste trabalho, usaremos a discussão proposta pelo autor para pensar em educação em diferentes etapas da vida escolar, envolvendo diferentes atores. Assim, é possível que em diferentes momentos desta seção redirecionemos o olhar do autor da universidade para outras fases de escolarização.

maneira, mas que afeta a todos, estejamos ou não conscientes dessa onipresença. Assim, vislumbramos a necessidade de compreensão de que as instituições de ensino, básico e superior, como um núcleo social, devem se preparar para esse debate, conscientizando todos os seus atores desse fenômeno social que pode gerar diferentes experiências a depender de diferentes fatores.

Daí a importância de observá-lo com criticidade a fim de que não o vejamos como um fenômeno neutro de um lado só, visão essa que não deve se restringir a uma lógica individual, mas permear a coletividade social. Entendemos, assim, que “não perder sua vocação crítica e sua capacidade de visão de conjunto é muito importante para a universidade [e demais instituições de ensino]” (Sobrinho, 2005, p. 164). Assim, faz-se necessário refletir que:

De um lado, é possível [defender a globalização] em razão de todos os avanços obtidos nos conhecimentos, nas técnicas, na imediatização e facilitação das comunicações e das informações. Não há dúvida de que os avanços da globalização carregam as potencialidades de construção de um mundo mais desenvolvido, graças às conquistas nos campos científicos e técnicos. Por exemplo, não se pode negar algumas notáveis conquistas, como, dentre outras, aumento da longevidade humana, maior produtividade agrícola e industrial, comunicação imediata e sem fronteiras, maior mobilidade, vitória sobre algumas doenças antes consideradas sem cura. Por outro lado, para os críticos da globalização, é ela a principal responsável pelo aprofundamento das assimetrias entre pobres e ricos, Sul e Norte, excluídos e incluídos, seja do ponto de vista social, econômico, racial e, agora, também “digital” (Sobrinho, 2005, p. 165-166).

É na esteira dessa discussão que, nesta pesquisa, buscamos compreender o processo de internacionalização nos Institutos Federais de São Paulo (IFSP), a partir da análise de suas concepções e práticas em documentos institucionais, a fim de identificar o lugar e papel das línguas e culturas e para que possamos pensar caminhos para uma globalização e internacionalização mais inclusivas e solidárias, que sejam capazes de reafirmar a missão social do IFSP de democratizar o acesso ao conhecimento e evitar processos excludentes.

Entendemos que se, por um lado, a globalização está dada, ainda, de maneira desigual, por outro, a internacionalização na educação pode ser construída e organizada como uma ferramenta de minimização dessa desigualdade, possibilitando o acesso ao conhecimento, posto que, se “a exclusão social, em boa proporção, ocorre mediante a negação do direito e das possibilidades de acesso ao conhecimento” (Sobrinho, 2005, p. 169), o acesso ao conhecimento pode ser uma possibilidade de inclusão social. Assim, Sobrinho (2005, p. 170) defende que:

Para sair dessa armadilha que produz a exclusão, os países latino-americanos precisam fazer investimentos massivos na educação de qualidade, de todos os níveis, criando políticas voltadas à ampliação e à melhoria das relações de seus cidadãos com o conhecimento, como produtores e beneficiários.

Há uma década, a UNESCO publicou um importante documento sobre o desenvolvimento de cidadania global que defendia que a educação deveria facilitar “a cooperação internacional e promover a transformação social de uma forma inovadora em direção a um mundo mais justo, pacífico, tolerante, inclusivo, seguro e sustentável. (UNESCO, 2015, p. 11).

No artigo apresentado pela UNESCO, fica claro que o termo *cidadania global* ou *cidadão global* não é um entendimento comum entre estudiosos. Alguns preferem *cidadania global sem fronteira*, outros *cosmopolitismo*, por parecerem termos mais amplos e inclusivos, e outros preferem ainda *cidadania planetária*, por apontar a responsabilidade global em relação ao Planeta Terra. Apesar das diversas possíveis interpretações e defesas de perspectivas sobre o melhor termo, há um consenso de que *cidadania global* refere-se a um sentimento de pertencimento a um lugar comum (UNESCO, 2015):

Apesar de diferenças de interpretação, existe um entendimento comum de que cidadania global não implica uma situação legal. Refere-se mais a um sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla e à humanidade comum, bem como de promover um “olhar global”, que vincula o local ao global e o nacional ao internacional. Também é um modo de entender, agir e se relacionar com os outros e com o meio ambiente no espaço e no tempo, com base em valores universais, por meio do respeito à diversidade e ao pluralismo. Nesse contexto, a vida de cada indivíduo tem implicações em decisões cotidianas que conectam o global com o local, e vice-versa (UNESCO, 2015, p. 15).

Assim, compreendemos que a internacionalização da educação, especialmente no contexto dos Institutos Federais, se pensada apenas em termos de cumprimento de metas previstas pelos *rankings* para dar visibilidade institucional, corre o risco de reproduzir as desigualdades da globalização. Entretanto, se orientada para ampliar o acesso ao conhecimento e democratizar oportunidades para a comunidade, pode se tornar um mecanismo de enfrentamento às assimetrias sociais que atravessam a realidade dos IFs. Essa é a perspectiva que orienta nossas discussões e análises no presente trabalho.

Nesse sentido, na próxima subseção discutimos algumas abordagens sobre internacionalização a fim de que, posteriormente, possamos considerá-la no contexto específico do IFSP.

1.2 Internacionalização e caminhos para internacionalizar

Compreendemos, neste trabalho, que a internacionalização está intrinsecamente relacionada à globalização, podendo, contudo, ser construída de maneira menos desigual e influenciando novas perspectivas de globalização. Assim, faz-se importante considerar os entendimentos de internacionalização a fim não só de promovê-la, mas também de democratizá-la, compreendendo como ela funciona em diferentes contextos, como afeta direta ou indiretamente os envolvidos e como eles podem tomar consciência, participar ativamente e de forma benéfica desse processo.

Para começar a discussão, é relevante salientar que os principais autores que discutem internacionalização na educação discutem-na especificamente no ensino superior (Beelen e Jones, 2015; Hudzik, 2011; Knight, 2020) e outros, tais como Woicolesco, Hatsek e Rosso (2023, p. 71), compreendem que “na educação básica, a internacionalização é um conceito a ser construído”.

Do ponto de vista teórico, grande parte da literatura volta-se para a internacionalização no ensino superior e, nesse sentido, ainda que a educação superior não represente, integralmente, nosso contexto de pesquisa, sendo apenas uma parte dele, é dessa literatura que partiremos para começar a pensar nas abordagens de internacionalização, uma vez que a explanação do conceito nessa conjuntura educacional já está bastante difundida e consolidada e certamente contribui para o desenvolvimento desta pesquisa. Posteriormente, tentaremos colaborar com a problematização do conceito também para o contexto da educação básica.

De acordo com Knight (2020, p. 20) “o termo ‘internacionalização’ é empregado de muitas formas na medida em que significa coisas diferentes para pessoas diferentes”. Segundo a autora:

Para algumas pessoas, significa uma série de atividades internacionais, tais como mobilidade acadêmica para estudantes e docentes; conexões, parcerias e projetos internacionais; novos programas acadêmicos e iniciativas de pesquisa em nível internacional. Para outras, significa oferecer educação a outros países usando uma variedade de técnicas presenciais e à distância e outras como campi filiais no exterior, franquias ou universidades internacionais conjuntas. Para muitas pessoas, significa incluir uma dimensão internacional, intercultural e/ou global no currículo e no processo de ensino/aprendizagem. Outras ainda veem como internacionalização projetos internacionais de desenvolvimento ou, alternativamente, a ênfase crescente na educação transfronteiriça comercial. Mais recentemente o foco incide sobre aprendizagem colaborativa internacional online usando salas de aula e estágios virtuais. Por fim, a palavra é usada para descrever polos regionais de educação, zonas, hot spots, cidades educacionais, aldeias do conhecimento (Knight, 2020, p. 20).

Essa elasticidade do termo deve-se, provavelmente, ao espaço que a discussão sobre internacionalização vem ganhando nas últimas décadas, contudo, para Knight (2020), é preciso estar atento e questionar se tudo isso faz parte do processo de internacionalização ou trata-se apenas de uma campanha de marketing.

Antes de propor uma definição para o termo internacionalização, Knight (2020) faz algumas colocações importantes e lembra-nos que o termo não é novo, ainda que tenha sido popularizado no setor educacional apenas na década de 80. De acordo com a autora, “educação internacional tem sido uma expressão muito utilizada ao longo dos anos e ainda é um termo preferencial em muitos países, mas os processos de internacionalização, globalização, regionalização e agora planetarização¹² são conceitos debatidos ativamente” (Knight, 2020, p. 21).

Nesse sentido, Knight (2020, p. 23) faz uma reflexão sobre a morfologia da palavra internacionalização, apontando que “um aspecto central na compreensão de internacionalização é vê-la como uma ‘ização’, que é um processo de mudança, e não como um ‘ismo’ ou uma ideologia”. Segundo ela, “a globalização também é um processo, ainda que diferente da internacionalização por abordar a ideia de dimensão mundial ou global, e não a noção de relações entre países, como indica o termo ‘internacionalização’” (Knight, 2020, p. 23).

Ainda antes de propor uma conceitualização de internacionalização, Knight (2020) busca diferenciar o que seria uma definição e uma descrição terminológica. Para a autora, a definição explica o significado, que não muda e é mais genérico, enquanto a descrição explica atributos, inclui características e detalhes mais específicos e pode ser alterada de acordo com o contexto. Knight (2020, p. 23) enfatiza, assim, que propor uma definição é um desafio significativo, posto que “é contrário ao espírito do internacionalismo [internacionalização] ter uma definição com um viés voltado para um determinado país ou perspectiva cultural”. Ainda de acordo com a autora, “a parte desafiante do desenvolvimento de uma definição é a necessidade de que ela seja suficientemente genérica para ser aplicada a muitos países, culturas e sistemas educacionais diferentes e não seja normativa ou descritiva em sua intenção” (Knight, 2020, p. 23).

Dito isso, Knight (2004) propõe a definição operacional de internacionalização nos níveis nacional/setorial/institucional como “o processo de integração de uma dimensão

¹² A noção de cidadania planetária (mundial ou global) advém da noção da complexidade ambiental e se sustenta na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. Trata-se de uma concepção de cidadania que não implica aventar a ideia de uma cidadania de pertencimento e de participação a um governo uno, mas de sentimento de pertencimento e de participação enquanto sujeitos políticos ao presente e o futuro da humanidade: o pertencimento na própria humanidade (Grubba; Rodrigues; Fabris, 2012, p.8).

internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária” (Knight, 2004 *apud* Knight, 2020, p. 24). Essa definição é atualizada por De Wit *et al* (2015, p. 29, grifos do autor) como:

O processo intencional de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções e na oferta da educação pós-secundária *a fim de fomentar a qualidade da educação e da pesquisa para todo o corpo discente, docente e funcional, e dar uma contribuição significativa à sociedade.*

No entanto, apesar de reconhecer a boa intenção dos autores, Knight (2020, p. 24) afirma que “uma definição neutra permite maior universalidade, uma pauta de pesquisa mais ampla sobre o fenômeno, e um conjunto mais diversificado de razões, atores, políticas, atividades e resultados” enquanto especificar uma definição, apesar de deixá-la mais atrativa, “limita sua neutralidade e universalidade e se torna outra descrição da internacionalização” (Knight, 2020, p. 27).

A partir da discussão proposta por Knight (2020), entendemos que a autora pretende preservar a diferença entre definição e descrição vinculada à ideia de que a primeira é algo mais genérico e universal enquanto a segunda é algo mais específico e descritivo. Nesse sentido, a autora apresenta algumas descrições de internacionalização que, nesta pesquisa, também compreendemos como as faces, as abordagens, os tipos ou as perspectivas de internacionalização. São elas: internacionalização abrangente, internacionalização inteligente e internacionalização 5.0 *em casa* ou transfronteiriça.

O termo internacionalização abrangente é proposto por Hudzik (2011, p. 6) como:

Um compromisso, confirmado pela ação, de infundir perspectivas internacionais e comparativas em todo o ensino, pesquisa e missões de serviço do ensino superior. Ele molda o ethos e os valores institucionais e atinge todo o empreendimento de ensino superior. É essencial que seja abraçado pela liderança institucional, governança, corpo docente, alunos e todas as unidades acadêmicas de serviço e apoio. É um imperativo institucional, não apenas uma possibilidade desejável. A internacionalização abrangente não afeta apenas toda a vida do campus, mas também os quadros de referência, parcerias e relações externas da instituição. A reconfiguração global das economias, sistemas de comércio, pesquisa e comunicação, e o impacto das forças globais na vida local, expandem drasticamente a necessidade de internacionalização abrangente e as motivações e propósitos que a impulsionam.

Notamos que a proposta do autor é englobar todos aqueles que fazem parte de um *campus* universitário no compromisso de internacionalização. Para tanto, Hudzik (2011) propõe indicadores de internacionalização classificados em: medidas de entrada, de saída e de

resultado, que entendemos como uma forma de mensurar o que está sendo realizado, em termos de internacionalização.

As medidas de entrada e saída são aquelas diretamente relacionadas ao investimento realizado em determinada atividade, caso das medidas de entrada, e a sua execução, onde se enquadram as medidas de saída. Como medida de entrada, é possível citar, por exemplo, o número de bolsa de estudos para mobilidade e os recursos aplicados. Já como medidas de saída, é possível citar, por exemplo, número de estudantes em mobilidade, número de acordos de cooperação ou número de publicações internacionais. Em outro ponto tem-se as medidas de resultado, relacionadas ao impacto das atividades internacionais desenvolvidas pelas instituições como, por exemplo, a posição da instituição em rankings globais e o número de alunos que alcançam uma competência pré-determinada em um idioma (Gazzoni, 2021, p. 63).

Em momento posterior, Hudzik e McCarthy (2012) sistematizam ainda quatro aspirações que poderiam caracterizar um conjunto de ações de internacionalização abrangente bem-sucedidas:

(1) Integrar a internacionalização abrangente para incluir o corpo docente e aumentar o impacto em todos os alunos para que a internacionalização toque a maioria e não apenas alguns; (2) Integrar a internacionalização abrangente ao núcleo de ensino institucional, de pesquisa e às missões de serviço; (3) Expandir o leque de partes interessadas em liderar, apoiar e contribuir para uma internacionalização abrangente distribuindo responsabilidades e incorporando o conceito dentro de uma ampla gama de unidades acadêmicas e de apoio; e (4) Interconectar atividades abrangentes de internacionalização para produzir sinergias e construir parcerias entre unidades em todo o campus para apoiar uma visão e resultados ousados e unificados (Hudzik e McCarthy, 2012, p. 4).

No mesmo sentido, o *American Council on Education* (ACE), apresenta um modelo cujo objetivo é orientar instituições de ensino a alcançar a proposta de internacionalização abrangente. De acordo com Gazzoni (2021, p. 64) o modelo proposto pelo ACE abrange “compromisso institucional articulado; liderança administrativa, estrutura e pessoal; currículo, co-currículo e resultados de aprendizagem; políticas e práticas do corpo docente; mobilidade estudantil; e colaboração e parcerias”.

Para o ACE (s.d, p. 1):

Internacionalização abrangente [é] uma estrutura estratégica e coordenada que integra políticas, programas, iniciativas e indivíduos para tornar as faculdades e universidades mais orientadas globalmente e conectadas internacionalmente. A fim de promover um envolvimento global sustentável e justo, o modelo de internacionalização abrangente abraça uma mentalidade de crescimento organizacional. Enquadra a internacionalização como um processo contínuo e não como um objetivo estático. Para esse fim, reconhece que todos os constituintes de uma faculdade ou universidade – estudantes, professores e funcionários – são aprendizes e são fundamentais para a transformação equitativa e intercultural da instituição.

Destacamos, ainda, o olhar do ACE para a diversidade, equidade e inclusão ao falar de internacionalização abrangente. Considera-se a importância do acesso de estudantes ao mundo globalizado – ainda que o engajamento da associação priorize o ensino superior – e a uma internacionalização pautada no diálogo entre o local e o global a partir de uma ótica anticolonial e antirracista.

A internacionalização orientada para a justiça é criticamente autorreflexiva. Exige que os líderes institucionais e internacionais considerem ativamente quem faz parte do planejamento e da tomada de decisões. Reconhece a grande importância da internacionalização no país – que todos os estudantes merecem ter acesso a uma educação global que os prepare para uma força de trabalho contemporânea e diversificada. Cultiva uma internacionalização que é anticolonial, antirracista e inclusiva global e localmente (ACE, s.d, p. 2).

Sobre a internacionalização abrangente (Hudzik, 2011), Knight (2020) aponta que a proposta caracteriza a passagem do compromisso para a ação e que o termo *abrangente* pode trazer prós e contras, uma vez que cada instituição deve identificar seus objetivos, necessidades e prioridades para, assim, pensar suas políticas e estratégias de internacionalização, caso contrário, aponta que “uma instituição pode ficar sobrecarregada e inclusive paralisada ao ser demasiado inclusiva ou abrangente e não adotar uma abordagem ‘estratégica’ da internacionalização” (Knight, 2020, p. 27).

De Wit (2013, p. 24), por sua vez, aponta que “internacionalização abrangente é uma tautologia, pois se a internacionalização não for abrangente será a velha educação internacional”.

Com base em Mace e Pearl (2019), Gazzoni (2021, p. 62) destaca que “é na multiplicidade de formas de internacionalização abrangente e na ausência de um modelo específico que reside umas das principais críticas à internacionalização abrangente, a sua mensuração e progresso ainda é um enigma para a maioria das instituições de ensino superior”.

Entendemos, assim, que apesar dos esforços de sistematizar internacionalização abrangente, pensá-la na passagem do compromisso para ação, envolvendo diferentes atores institucionais, assumindo diferentes responsabilidades e gerando diferentes resultados, ainda há entraves que não permitem avaliar sua funcionalidade em tudo o que ela se pretende significar segundo seus propositores.

No entanto, compreendemos que os esforços empenhados para pensar em uma internacionalização abrangente são de grande valia para as instituições educacionais, uma vez que apontam um caminho a ser seguido e, por mais que ainda não haja evidências de sucesso desse caminho, há um direcionamento. Apontamos ainda que a internacionalização abrangente

foi proposta há pouco mais de uma década e talvez o resultado esperado ainda esteja em curso. Contudo, ponderemos que, ao falar de internacionalização abrangente, haja mais espaço para dados qualitativos e não apenas quantitativos.

Por sua vez, a internacionalização inteligente, proposta por Rumbley (2015), é descrita como:

O desenvolvimento de uma aliança ponderada entre as comunidades de pesquisa, de prática profissional e de formulação de políticas. As pessoas participantes da elaboração de atividades e agendas da internacionalização devem ter acesso às informações, ideias e oportunidades de capacitação profissional que incrementarão sua condição de lidar com o complexo e volátil ambiente da educação superior nos próximos 20 anos (Rumbley, 2015, p. 17).

Poucas são ainda as reflexões sobre internacionalização inteligente. Por vezes, Rumbley (2015) é mencionada como voz que fortalece a discussão sobre a valorização e visibilidade da mobilidade acadêmica em detrimento de outras formas de internacionalização, bem como de discussões sobre a necessidade de mudanças geradas pela globalização nos âmbitos locais e globais, assim como acadêmico e profissional (Souza; Freire Junior, 2022), e outras vezes para, assim como Hudzik (2011), enfatizar as complexidades e as realidades políticas e econômicas do ensino superior (Echeverría-King; Hernandez-Pina; Vergara. 2021). Quando se discute especificamente internacionalização inteligente, fala-se “no amplo acesso a informação, ideias e oportunidades de formação profissional que aumentarão a capacidade de navegar no complexo e volátil ambiente do ensino superior” (Do Espírito Santo *et. al.* 2023, p. 159).

A ausência de trabalhos mais sistemáticos sobre essa perspectiva pode justificar a colocação de Knight (2020) sobre a descrição de internacionalização inteligente proposta por Rumbley (2015), pontuando que a autora, apesar de apontar “o que é necessário para planejar, orientar e monitorar o processo de internacionalização, não define a internacionalização *per se*” (Knight, 2020, p. 27-28).

Por fim, apresentamos a internacionalização 5.0 *em casa* e a internacionalização transfronteiriça. De acordo com Knight (2020), ainda que tratados como dois pilares da internacionalização, os termos internacionalização *em casa* e transfronteiriça são estreitamente vinculados e interdependentes. Para iniciar a discussão sobre essa perspectiva de internacionalização, Knight (2020) propõe a Figura 2 a seguir:

Figura 2 - Dois pilares da internacionalização: mobilidade acadêmica “*em casa*” e internacional



Fonte: Knight (2020).

Notamos, na Figura 2, que, assim como proposto nesta pesquisa, a discussão sobre internacionalização está diretamente ligada ao fenômeno da globalização. Entendemos que a relação entre globalização e internacionalização ocorre a partir de três elementos: 1) a internacionalização é um catalisador para a globalização, ou seja, uma substância adicionada à reação sem ser consumida no processo, mantendo sua identidade; 2) a internacionalização comporta-se como um reator para a globalização adequando sua tensão para um melhor funcionamento; e, por fim, 3) a globalização e a internacionalização atuam concomitantemente, em influência mútua. O esquema proposto pela autora reafirma a potencialidade da internacionalização como um elemento que pode contribuir para geração de mudanças no processo de globalização, como defendido neste trabalho.

Apresentada uma forma de pensar a relação entre globalização e internacionalização propomos a discussão sobre as duas outras perspectivas de internacionalização: internacionalização *em casa* e internacionalização transfronteiriça.

O termo internacionalização *em casa* foi cunhado por Bengt Nilsson em 1999, tornando-o conhecido como o pai da internacionalização *em casa*. Em entrevista concedida a Baumvol (2019), Jos Beelen afirma que Nilsson, diante de impossibilidades de enviar seus alunos para o estrangeiro, “teve que começar a buscar experiências de aprendizagem internacional e intercultural na cidade de Malmö e ele chamou isso de ‘*internacionalização em casa*’”

(Baumvol, 2019, p. 50). A nova forma de internacionalização demonstrou significativo potencial para que a internacionalização fosse além da pequena minoria móvel (Baumvol, 2019).

De acordo com Beelen e Jones (2015, p. 69), que propõem uma das definições mais difundidas da proposta de Nilsson, “internacionalização em Casa é a integração proposital de relações internacionais e interculturais nas dimensões do currículo formal e informal para todos os alunos dentro do país em ambientes de aprendizagem”.

Por sua vez, Knight (2020, p. 32) aponta que:

O conceito “em casa” foi desenvolvido para dar maior proeminência a estratégias situadas no *campus* a fim de contrabalançar a ênfase crescente na mobilidade acadêmica internacional. Estas estratégias “em casa” podem incluir a dimensão intercultural e internacional no processo de ensino/ aprendizagem, pesquisa, atividades extracurriculares, relações com grupos culturais e étnicos locais da comunidade bem como a integração de estudantes e docentes estrangeiros na vida e nas atividades do *campus*.

Segundo a autora, a quantidade de estudantes que têm alguma experiência de estudo no exterior é *frustrantemente* baixa, o que demanda atenção institucional e esforços para pensar em uma internacionalização situada no *campus* do estudante, possibilitando que de alguma maneira ele possa experimentar o mundo globalizado, interconectado e culturalmente diversificado.

Esse é o mundo em que vivemos agora, e o será ainda mais no futuro. As universidades, portanto, têm a responsabilidade e o desafio de integrar perspectivas internacionais, interculturais e comparativas na experiência de estudantes através de atividades virtuais e situadas no *campus* além de experiências de mobilidade acadêmica internacional (Knight, 2020, p. 33).

No que tange à internacionalização transfronteiriça, Knight (2020, p. 35) afirma que “a educação transfronteiriça, muitas vezes denominada de mobilidade acadêmica internacional, diz respeito ao movimento de pessoas, programas, provedores, políticas, conhecimentos, ideias, projetos e serviços que cruzam fronteiras nacionais”.

É importante salientar que não é incomum que se relacione internacionalização à mobilidade acadêmica internacional. Para Luce, Fagundes e González Mediel (2016) é possível considerar que a mobilidade internacional seja uma das facetas mais emblemáticas da internacionalização; no entanto, é necessário ponderar que não é a única.

Para Souza (2022, p. 15):

Em termos de relação entre internacionalização em casa e internacionalização transfronteiriça, é importante pontuar que as ações de internacionalização em casa podem fornecer insumos para ampliar as condições de participação de estudantes em situação de vulnerabilidade em mobilidade internacional, por exemplo, a preparação linguística e cultural pode ser feita em ambiente doméstico de forma democrática e inclusiva.

Beck e Ilieva (2019 *apud* Souza, 2022, p. 14) chamam a atenção

para a importância de práticas de internacionalização norteadas por princípios éticos, como equidade, justiça social e econômica, reciprocidade, sustentabilidade global e conscientização e respeito intercultural. Nessa linha, é necessário nos perguntarmos quais são os valores educacionais que moldam as práticas de internacionalização e que ideologias e discursos influenciam nossas razões para internacionalizar a Educação Superior.

Souza (2022) pontua, ainda, a importância do envolvimento do corpo administrativo e docente na compreensão do processo de internacionalização. Para a autora, “apenas com um engajamento abrangente as instituições caminharão para a internacionalização ética e inclusiva” (Souza, 2022, p. 16).

Nesse sentido, notamos que as definições de internacionalização e suas perspectivas não são um consenso na literatura. No entanto, também fica claro que não se trata de forças opositoras, mas de forças que se complementam no esforço de pensar uma internacionalização que seja cada vez mais acessível para diferentes atores de diferentes contextos educacionais.

Assim, defendemos uma adaptação da definição de internacionalização proposta por Knight (2020), considerando a própria expectativa da autora no que diz respeito à universalidade do termo. Se originalmente a autora define internacionalização como “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária” (Knight, 2004 *apud* Knight, 2020, p. 24), nesta pesquisa propomos compreender internacionalização como “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação” (Knight, 2004 *apud* Knight, 2020, p. 24)”, apagando o termo pós-secundário. A adaptação da definição nos permite pensar na internacionalização para além da educação pós-secundária, considerando-a no cenário educacional de modo geral, da educação básica à superior.

Como discutido por Woicolesco, Hatsek e Rosso (2023, p. 71) “na educação básica, a internacionalização é um conceito a ser construído”. No Brasil, o passo inicial para essa discussão foi a publicação, em 2022, dos *Parâmetros nacionais para a internacionalização na educação básica no Brasil*, apresentada pela Secretária de Educação Básica do Ministério da

Educação (SEB/MEC), em parceria com especialistas que contemplam o tema e o consideram segundo diversas áreas do conhecimento.

O documento enfatiza a relevância de se pensar a internacionalização desde a formação inicial, a partir do binômio ensino-aprendizagem. Intenciona-se por meio do documento contribuir para a promoção da consciência de que qualquer processo educacional deve começar pela educação básica, “afinal, a formação do cidadão – e aqui falamos de cidadãos globais, cosmopolitas e conscientes de seu papel nos âmbitos local e global – deve sempre começar pela base” (Brasil, 2022a, p. 8).

No documento proposto, a internacionalização é definida como:

Um processo que internaliza a perspectiva de abertura para o mundo para todas as crianças e adolescentes, jovens e adultos da Educação Básica, promovendo transformações nos ambientes educativos para uma educação de qualidade, e preparando os estudantes e demais atores para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho no cenário local, regional, nacional e internacional (Brasil, 2022a, p. 10).

A definição de internacionalização proposta apresenta características significativas sobre os aspectos que o documento quer destacar, como o público-alvo, a relação entre o local e o global/internacional, o exercício da cidadania e a qualificação profissional, ainda que não contemple outros aspectos de igual relevância que são destacados no decorrer do documento e, talvez, merecessem um lugar mais explícito nessa definição, como a interculturalidade, o plurilinguismo e a sustentabilidade. Os próprios eixos estruturantes sinalizam para a importância desses aspectos, pautados em: educação para cidadania global, internacionalização integral, interculturalidade e plurilinguismo.

De todo modo, os parâmetros representam um movimento significativo de reconhecer que qualquer processo formativo deve começar pela base – e estender-se à educação superior, possibilitando uma ponte entre esses lugares, sendo a ponte, neste caso, a internacionalização, que pode e deve ser pensada de maneira plural, mediada pelas tecnologias digitais ou *in lócus*, a partir do currículo formal, mas também informal, considerando possibilidades de mobilidades que vão além da internacional transfronteiriça, podendo ocorrer *em casa*, com vista à preparação linguística e cultural, por exemplo.

Em vista disso, fazemos coro a Luna e Stallivieri (2023, p. 130) que, se referindo à internacionalização como fio condutor, afirmam que ela “conduz a educação, do global para o local, do mundo para o Brasil, internacional e interculturalmente, em vias de mão dupla”, sendo um processo contínuo da educação básica à superior e que, segundo os autores, “quanto mais

cedo e mais seguidamente a escola tratar de saberes, por estratégias de ensino e aprendizagem variadas, por avaliações sensíveis culturalmente, mais preparados estarão os jovens para a vida em sociedade em suas múltiplas referências” (Luna; Stallivieri, 2023, p. 130).

É a partir dessas expectativas, de um processo de internacionalização para todos e todas, por meio de diferentes possibilidades, que, na próxima seção, engajamo-nos a refletir sobre o processo de internacionalização do IFSP à luz de seu princípio da *verticalização*, caracterizado por uma arquitetura institucional que oferece educação técnica e profissional em diferentes níveis de escolaridade, desde a educação básica até a educação superior, constituindo-se, então, como terreno fértil para o contínuo que pode e deve ser o processo de internacionalização da educação.

1.3 O princípio da verticalização dos Institutos Federais: uma noção ampliada

Os Institutos Federais (IFs), criados pela lei nº 11.892/2008, são um modelo inédito de educação pública e de qualidade (Pacheco, 2010, 2015, 2020). Define-se como finalidade dos IFs “oferecer educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades e promover a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (Otranto, 2010, p. 101).

Pacheco (2015, p. 14) aponta, ainda, que a proposta dos IFs “é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos”. Notamos, assim, um empenho para uma visão de ensino que visa à qualidade técnica, mas também à qualidade humana em consonância com o contexto social local, regional, nacional e, no momento histórico atual, inevitavelmente, global, em que os sujeitos estão inseridos. Dessa forma, segundo o autor:

Trata-se, portanto, de um espaço aberto e em movimento, de atuação regional, com bases em referenciais que expressam também uma missão nacional e universal. A reflexão sobre as relações de interação e compartilhamento que se estabelecem em uma rede social deve ter como pressuposto o fato de o conhecimento ser um dos elementos constituintes da cidadania. Considerando a tendência à hegemonização de determinadas trocas de saberes, isto é, da predominância de colaboração entre certas organizações ou indivíduos em detrimento de outros, é de suma importância, na busca do pleno exercício da cidadania, garantir o acesso à informação, impedindo o seu monopólio (Pacheco, 2010, p. 19).

Nesse sentido, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (Brasil, 2008, s.p).

Entre os objetivos apresentados, destacamos a oferta de ensino em diferentes níveis de escolaridade, da educação básica ao ensino superior. A essa estrutura curricular atribui-se a denominação de verticalização.

Em documento de orientação sobre as concepções e diretrizes dos Institutos Federais, publicado pelo Ministério da Educação (Brasil, 2010), consta que:

Os Institutos Federais validam a verticalização do ensino na medida em que balizam suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, tomando para si a responsabilidade de possibilidades diversas de escolarização como forma de efetivar o seu compromisso com todos.

No campo das pesquisas acadêmicas, Pacheco (2010, p. 13) afirma que:

A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado.

Quevedo (2016), ao entrevistar diferentes atores institucionais dos IFs, aponta que a verticalização do ensino pode ser compreendida “como oferta de cursos de mesma área em

diferentes níveis, o que possibilita, ao discente, fazer um percurso formativo na mesma instituição, mas não se limita a isto” (Quevedo, 2016, p. 10). Um dos entrevistados na pesquisa da autora pondera, por exemplo, que “os profissionais que atuam no mesmo espaço institucional podem construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, primando por metodologias que permitam estabelecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Entrevistado C, 2015, *apud* Quevedo, 2016, p. 8).

Com base no percurso investigativo desenvolvido por Quevedo (2016), transcende-se a compreensão da verticalização restrita à lógica de oferta e demanda de cursos, passando a concebê-la como uma ação administrativa e pedagógica sustentada por uma arquitetura curricular singular. Nessa perspectiva, a verticalização envolve a integração de sujeitos e saberes em diferentes níveis de escolarização, a interdisciplinaridade, a flexibilização curricular e o diálogo entre os atores institucionais, articulando formação integral, inclusão, educação continuada e práticas educativas contextualizadas, críticas e humanizadoras.

Bonfante e Schenckel (2020, p. 84), por sua vez, apontam que a verticalização, no contexto dos IFs, pode ser sintetizada como:

Uma organização curricular que tem por base a concepção de eixos tecnológicos, em torno dos quais são planejados e estruturados currículos em diferentes níveis de formação profissional e tecnológica, pluricurriculares, sintonizados com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais e que articulam ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, embora reconheçamos a predominância da compreensão da verticalização nos Institutos Federais como a oferta de cursos de uma mesma área em diferentes níveis de escolaridade, consideramos, conforme evidencia a pesquisa de Quevedo (2016), que esse princípio comporta outras leituras e interpretações possíveis.

Assim, neste trabalho, adotamos uma noção ampliada de verticalização, entendendo-a não apenas como a oferta de itinerários formativos que atravessam diferentes níveis de ensino, mas também como um princípio que, articulado à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2010), relaciona essas dimensões ao longo de toda a trajetória formativa nos Institutos Federais.

Nessa perspectiva, compreender a verticalização como princípio estruturante da arquitetura pedagógico-curricular dos Institutos Federais implica repensar também os modos pelos quais a internacionalização se constrói nessa instituição.

Diferentemente do contexto universitário, no qual a internacionalização se concentra no ensino superior, nos IFs ela precisa ser pensada de forma abrangente e longitudinal, atravessando os diferentes níveis de escolaridade. A verticalização, dessa forma, amplia o

alcance da internacionalização e problematiza concepções restritas do processo, ao exigir que ele seja concebido como um projeto institucional que considere todos os sujeitos e etapas da formação, da educação básica profissional ao ensino superior.

Nesse sentido, a verticalização assume papel central neste trabalho, uma vez que refletir sobre a internacionalização do IFSP requer considerar sua construção simbólica, vinculada ao compromisso com a transformação social por meio do acesso ao conhecimento, bem como sua arquitetura pedagógico-curricular, que ultrapassa os limites do ensino superior. Assim, destacamos que:

Os Institutos Federais, com uma proposta singular de organização e gestão, no diálogo com as realidades regional e local e em sintonia com o global, costuram o tecido de uma rede social capaz de gerar, em resposta às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, arranjos e tecnologias educacionais próprios. Vislumbra-se que se constituam um marco nas políticas educacionais no Brasil, pois desvelam um projeto de nação que se pretende social e economicamente mais justa. Na esquina do tempo, essas instituições podem representar o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento (Pacheco, 2010, p. 26).

Nesse contexto, à luz da noção ampliada de verticalização adotada nesta pesquisa, compreendemos a internacionalização como um processo contínuo, que pode se configurar como um dos fios condutores ao longo de toda a trajetória formativa nos Institutos Federais, em diálogo com o ensino, a pesquisa e a extensão, da educação básica profissional ao ensino superior. Tal perspectiva permite reconhecer os Institutos Federais – e, em particular, o IFSP – como um terreno fértil para a construção de processos de internacionalização abrangentes e inclusivos, comprometidos com a democratização do conhecimento e com o acesso aos saberes em circulação nos âmbitos local, regional, nacional e global.

Por fim, enfatizamos que, ao discutirmos o processo de internacionalização no IFSP, destacamos o princípio da verticalização, tanto em razão da carência de estudos que abordem essa estrutura curricular (Boschini; Fischer; Batista, 2021) quanto por constituir um traço identitário da instituição.

Diante dessas considerações acerca do entendimento de verticalização adotado nesta pesquisa, dedicamo-nos, a seguir, à reflexão sobre os aspectos linguísticos e culturais, uma vez que “ambientes de aprendizagem colaborativos, que privilegiem o acolhimento às diferentes manifestações linguísticas e culturais, devem ser ambicionados, com o objetivo maior de efetivar uma internacionalização para todos” (Luna; Stallivieri, 2023, p. 140).

Na próxima seção, exploramos o lugar da língua e da cultura no processo de internacionalização.

1.4 O lugar da língua-cultura no processo de internacionalização: entre a apropriação e o questionamento

Em um artigo em que discute o interesse do filólogo, a história da língua e sua relação com a história da cultura, Baldinger (1996, p. 37) afirma que “a língua [nos] leva a todos os campos do ser e do espírito do homem”. Segundo o autor, isso ocorre quando se quer ver a língua em relação ao homem e não como fim em si mesma. Nesse sentido, Paiva (2018, p. 34) afirma que “língua e cultura são indissociáveis”, pressupostos sobre os quais construímos esta seção e esta tese.

De acordo com Azevedo, Silva Júnior e Catani (2015), a internacionalização da educação e o compartilhamento de conhecimento em escala global são processos necessários para a interação entre os povos e para a difusão de culturas. Para os autores, “internacionalizar é acessar e tornar acessível, por meio da língua, materna ou estrangeira, a ciência e o conhecimento em uma escala que transcende a fronteira do nacional” (Azevedo; Silva-júnior; Catani, 2015, p. 65).

A língua, portanto, ocupa um lugar estruturante no processo de internacionalização (Guimarães; Silva, 2022). Essa constatação reforça a necessidade de políticas linguísticas articuladas às políticas de internacionalização, uma vez que “uma política de internacionalização [da educação] não pode ser concebida sem uma política linguística de acordo com seus propósitos” (Varela *et al.*, 2022, p. 328, tradução nossa¹³).

Em 2009, com a instituição do Fórum de Relações Internacionais (FORINTER) e a redação do documento de Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os IFs passaram a ter oficialmente uma agenda de internacionalização no seio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cujo objetivo foi regulamentar as políticas de internacionalização das instituições da Rede (Guimarães; Silva, 2022).

Em 2019, as instituições que compõem o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) foram convidadas a participar de um levantamento de dados sobre o processo de internacionalização institucional. Das 41 instituições convidadas, 31 responderam à pesquisa, e o Instituto Federal de São Paulo (IFSP) não consta na lista. Entre as perguntas propostas estavam: i) se a instituição possuía uma

¹³ Una política de internacionalización de la Educación Superior no puede concebirse sin una política lingüística acorde a sus fines.

política de internacionalização ou documento semelhante e ii) se possuía uma política linguística.

Das instituições respondentes, 14 declararam possuir documento de Política de Internacionalização, 15 responderam negativamente e 2 não souberam informar. Quanto às Políticas Linguísticas, 19 instituições afirmaram possuir uma política linguística e 11 não a possuíam (FORINTER, 2009). Pese não constar no relatório, sabemos que em dezembro de 2019 o IFSP instituiu sua Política de Internacionalização e sua Política Linguística.

Destacamos, ainda, que no relatório de ações de internacionalização, o CONIF pondera que “embora o ensino de idiomas não seja o fim do Conselho, há a compreensão de que a língua é uma ferramenta essencial ao processo de internacionalização” (CONIF, 2021, p. 3). Isso é reiterado pelas instituições respondentes, que apontam, entre as três ações prioritárias de internacionalização, “o fortalecimento do ensino de idiomas” (CONIF, 2021, p. 8).

No entanto, embora reconheçamos a centralidade das línguas no processo de internacionalização, é preciso atentar para o direcionamento empreendido pelas instituições de ensino em suas políticas linguísticas (Guimarães; Silva, 2022), compreendendo as concepções de língua que se empregam e de que maneira estas se relacionam com as particularidades contextuais e culturais em nível local, regional, nacional e global, a fim de não reproduzir assimetrias sociais.

Uma política linguística, segundo Varela (2007, p. 165, tradução nossa¹⁴), é:

(...) Um conjunto de decisões, missões e ações promovidas pelo poder público, cujo objetivo principal é [o ensino de] uma (ou mais) língua(s) de sua órbita, estando racionalmente orientada por objetivos que são tanto linguísticos (isto é, relacionados ao corpus da língua, seu estatuto e/ou sua aquisição) como não-linguístico. Por “objetivos não linguísticos”, refiro-me, por exemplo, à justiça e à coesão social que aumentam quando as diferenças linguísticas são reconhecidas e compreendidas, e os direitos das minorias são respeitados.

Nesse sentido, cabe lembrar que “a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder” (Bourdieu, 1996, p. 5-6), constituindo-se, assim, como capital cultural simbólico (Bourdieu, 2013). Bourdieu (2013) denomina esse capital de capital linguístico, e explica que ele não se restringe apenas ao

¹⁴ Conjunto de decisiones y acciones promovidas por el poder público, que tiene por objeto principal una (o más) lengua(s) de su órbita, y está racionalmente orientada hacia objetivos que son tanto lingüísticos (esto es, determinado efecto sobre el corpus de la lengua, su estatuto y/o su adquisición) como no lingüísticos. Con “objetivos no lingüísticos” me refiero, por ejemplo, a la justicia y la cohesión social que se incrementan cuando se reconocen y se comprenden las diferencias lingüísticas, y se respetan los derechos de las minorías

valor econômico, mas ao valor simbólico que adquire nas relações sociais em determinados contextos. Segundo o autor:

Toda diferença reconhecida, aceita como legítima, funciona por isso mesmo como um capital simbólico que obtém um lucro de distinção. O capital simbólico, com as formas de lucro e de poder que assegura, só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas como corpo correto, língua, roupa, mobília (cada uma delas obtendo seu valor a partir de sua posição no sistema das propriedades correspondentes) (Bourdieu, 2013, p. 111).

Da mesma forma que a marca de um carro ou o estilo de uma residência, a língua também tem seu valor e, portanto, constitui-se como um capital linguístico, assim como aponta Bourdieu (1996, p. 11):

A integração numa mesma "comunidade linguística" (dotada de instrumentos de coerção necessários para impor o reconhecimento universal da língua dominante: escola, gramáticos etc.) de grupos hierarquizados, animados por interesses diferentes, é a condição de instauração de relações de dominação linguística. Quando uma língua domina o mercado, é em relação a ela, tomada como norma, que se definem, ao mesmo tempo, os preços atribuídos às outras expressões e o valor das diferentes competências.

Ainda segundo o autor, as instituições de ensino ocupam, nesse jogo de valores simbólicos, lugar central, pois são protagonistas na produção, reprodução e difusão do conhecimento, incluindo o conhecimento linguístico.

O sistema de ensino só é um espaço de luta tão importante porque ele tem o monopólio da produção em massa de produtores e de consumidores – o monopólio, portanto, da reprodução do mercado de que depende o valor da competência linguística e sua capacidade de funcionar enquanto capital linguístico (Bourdieu, 1996, p. 10).

Diante desse cenário, compreendemos a necessidade de considerar língua, cultura e internacionalização como formas de poder simbólico e, conseqüentemente, como formas de inclusão ou exclusão social.

De acordo com Oregioni (2017), a internacionalização pode ser pensada sob duas perspectivas: a hegemônica, incentivada por projetos e interesses não regionais voltados à racionalidade econômica, e a não-hegemônica, orientada por relações de cooperação internacional de caráter regional e nacional, podendo tornar-se contra-hegemônica na medida em que se afasta das tendências dominantes.

Guimarães e Silva (2022), ao analisarem as políticas linguísticas e de internacionalização dos IFs, identificam nelas uma tendência híbrida:

As políticas linguísticas para internacionalização da educação (PLI), no contexto dos IFs, apresentam-se de forma híbrida, com a coexistência de sentidos e práticas hegemônicas, não-hegêmônicas e contra-hegêmônicas. Em outros termos, as PLI estão associadas à perspectiva crítica encapsulada no pensamento moderno/colonial/capitalista (Guimarães; Silva, 2022, p. 51).

A partir dessa constatação, os autores sugerem que os IFs desenvolvam um olhar decolonial sobre suas políticas linguísticas e de internacionalização.

O conceito de decolonialidade se torna útil para transcender a suposição de certos discursos acadêmicos e políticos, segundo os quais, com o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados-nação na periferia, vivemos agora em um mundo descolonizado e pós-colonial. Nós partimos, entretanto, do pressuposto de que a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações, formada durante vários séculos de expansão colonial europeia, não se transformou significativamente com o fim do colonialismo e a formação dos Estados-nação na periferia. Assistimos, pelo contrário, a uma transição do colonialismo moderno para a colonialidade global, processo que certamente tem transformado as formas de dominação implantadas pela modernidade, mas não a estrutura das relações centro-periferia em escala mundial (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 13, tradução nossa¹⁵).

No que diz respeito especificamente às línguas, Guimarães e Silva (2022, p. 52) apontam que:

Há de se pensar ainda que o ensino de línguas tem função social na medida em que permite a nossa compreensão do mundo, a reflexão sobre o contexto em que vivemos [...] logo, é importante garantir o conhecimento em línguas [...] capacitação para a interculturalidade e a promoção do plurilinguismo na tríade (ensino-pesquisa-extensão).

Consoante a isso, é urgente pensar “[no] esforço fundamental de desenvolver um delicado equilíbrio entre a apropriação adequada (e o questionamento) das línguas-culturas dominantes e a afirmação das línguas-culturas tradicionais” (Paiva; Viana, 2017, p. 235), reconhecendo a responsabilidade das instituições de ensino nesse processo, posto que podem ser instrumentos tanto de democratização do conhecimento quanto de exclusão naturalizada.

¹⁵ El concepto ‘decolonialidad’, que presentamos en este libro, resulta útil para trascender la suposición de ciertos discursos académicos y políticos, según la cual, con el fin de las administraciones coloniales y la formación de los Estados-nación en la periferia, vivimos ahora en un mundo descolonizado y poscolonial. Nosotros partimos, en cambio, del supuesto de que la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia. Assistimos, más bien, a una transición del colonialismo moderno a la colonialidad global, proceso que ciertamente ha transformado las formas de dominación desplegadas por la modernidad, pero no la estructura de las relaciones centro-periferia a escala mundial (Castro-Gómez, Grosfoguel, 2007, p. 13).

A relação entre o espaço de possibilidades e disposições podem funcionar como um sistema de censura e excluir de fato, sem sequer propor proibições, alguns caminhos [...]; o efeito restritivo é diretamente proporcional à extensão em que os agentes estão mais ou menos desprovidos de capital cultural simbólico específico (alguns podem ser pressionados a excluir como impossível – “isto não é para mim” - certas opções que podem ser postas com naturalidade absoluta para os outros) (Bourdieu, 2003, p. 109, tradução nossa¹⁶).

O acesso à língua-cultura no processo de internacionalização situa-se exatamente nesse espaço de possibilidades. Se não se pensam políticas linguísticas e de internacionalização que permitam o acesso ao capital cultural linguístico e internacional, reproduzem-se mecanismos de exclusão ainda que não se explicita o discurso da proibição. Nesse sentido, “cabe questionar-se(nos) sobre as políticas e os processos de gestão de línguas que participam na distribuição desse conhecimento na sociedade” (Varela, 2019, p. 6, tradução nossa¹⁷).

Nesse caminhar, propomos pensar como é possível engajar-se na (re)construção de um cenário em que as línguas não sejam tratadas apenas de forma instrumental, mas como meio de inserção no mundo e de acesso a outras culturas e perspectivas, em uma dinâmica de transformação mútua das relações sociais e culturais, sem ignorar as relações de poder implicadas no processo.

No modelo colonial, as categorizações e os status aplicados às línguas foram, senão, estratégias para controlar as diferenças linguísticas, classificando qualquer “desvio” ou “variedade” como pidgin ou crioulo, sem necessariamente se aterem às possibilidades de formações híbridas de linguagem ou cenários multilíngues. Uma vez apropriada pelo estado-nação, a língua passa a ser concebida como um meio de comunicação ou um sistema de códigos, entre outras conceituações, não sendo mais do que um “elemento discreto”, “neutro” e que “não afeta” o modo como construímos, ideológica e intersubjetivamente, o mundo. É, veladamente, a colonização linguística do saber (Rodrigues; Silvestre, 2020, p. 411-412).

Rodrigues e Silvestre (2020), com base em Pennycook (2010), falam da reinvenção das línguas e das culturas a partir de perspectivas localizadas, “o que implica considerar os repertórios linguísticos e culturais como posicionais e situados” (Rodrigues; Silvestre, 2020, p. 413). Essa reinvenção deve reconhecer realidades plurais, constantemente modificadas na relação com o outro e com as diferenças.

¹⁶ La relación entre el espacio de las posibilidades y las disposiciones puede funcionar como un sistema de censura y excluir *de facto*, sin ni siquiera plantear prohibiciones, unos caminos [...] el efecto restrictivo es directamente proporcional a la medida en que los agentes están más o menos es provistos de capital simbólico y de capital cultural específico (algunos pueden ser empujados a excluir como imposibles -esto no es para mí-). determinadas opciones que pueden imponerse con absoluta naturalidad a otros) (Bourdieu, 2003, p. 109).

¹⁷ Cabe interrogarse sobre las políticas y procesos de gestión de lenguas que participan en la distribución de este conocimiento en la sociedad (Varela, 2019, p. 6).

A noção de interculturalidade emerge, assim, como elemento essencial para compreender a língua não apenas como veículo de culturas, mas como espaço de encontro, negociação e transformação de sentidos, “assumida como uma prática política, societária e educativa de coexistência humana, como bem de inter-relação das práticas sociais e culturais” (Rodrigues; Silvestre, 2020, p. 414). Ainda segundo os autores:

[a interculturalidade é] um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações (Walsh, 2001 *apud* Rodrigues; Silvestre, 2020, p. 415).

Pensar a língua sob uma perspectiva intercultural, em contextos de internacionalização, significa deslocar o foco da mera reprodução de discursos engessados para uma abordagem crítica e relacional, que permita aos sujeitos compreender e agir diante das diferenças de modo ético, reflexivo e solidário, e não alinhando-se a uma interculturalidade funcional, cujos interesses são apropriadores e esvaziados em uma lógica retórica (Rodrigues; Silvestre, 2020). A interculturalidade crítica, portanto, é:

Ferramenta pedagógica que questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e seus padrões de poder, visibiliza maneiras diferentes de ser, viver e saber e busca o desenvolvimento e criação de compreensões e condições que não só articulam e fazem dialogar as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que – ao mesmo tempo – alentam a criação de modos “outros[/a]” – de pensar, ser, estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras (Walsh, 2009 *apud* Rodrigues; Silvestre, 2020, p. 421).

Consideramos, assim, que a internacionalização pode e deve ser inclusiva e acessível, não apenas para aqueles que participam de programas de mobilidade internacional, mas também para os que permanecem em seus contextos locais, igualmente imersos em um mundo globalizado.

Trazer para a cena educacional uma discussão sobre o lugar e papel das línguas e culturas no processo de internacionalização sob perspectivas decoloniais e não-hegemônicas é reconhecer a persistência de discursos dominantes na sociedade e nos próprios IFs. Como problematizam Guespin e Marcellesi (2021, p. 12):

Constatar de que modo se elaboram as políticas da língua é assumir o desejo de que as coisas mudem? Como apelar às forças reais, aos interessados, sejam eles quem for? Como obter um volume mais verdadeiro dos dados de linguagem? E como passar a uma negociação realmente aberta a todos os usuários e a todos os interesses de linguagem?

As respostas a essas perguntas não se esgotam, mas suscitam reflexões coletivas. Elaborar uma política linguística não necessariamente reflete desejo de mudança; trata-se de um documento situado em determinado contexto sócio-histórico que pode assumir tanto o caráter burocrático quanto transformador. Apenas neste último caso pode ser encarado como expressão de vontade de mudança da realidade.

Reconhecer os sujeitos em sua individualidade e abrir espaço de diálogo para que ouçam e sejam ouvidos, em um exercício constante de alteridade, pode parecer simples, mas é um caminho possível. Pensar em língua para além da proposta de língua oficial do Estado, como inscrição sócio-histórico-cultural que reconhece e valoriza línguas originárias, línguas de herança e de matrizes africanas (Lagares; Galli, 2024), não subjugadas ou em detrimento das hegemônicas, mas em diálogo crítico e reflexivo com estas, pode representar um caminho a ser trilhado.

Refletir sobre as línguas e culturas no contexto da internacionalização, sem perder de vista a democratização do conhecimento, a justiça e a transformação social, é uma tarefa contínua. As respostas não estão dadas: constroem-se à medida que refletimos criticamente sobre as realidades que nos cercam.

Por fim, considerando as línguas como fenômeno social permeado por representações e relações de poder que podem incluir ou excluir, compreendemos a necessidade de manter atenção constante às formas como as colocamos como possibilidade ou proibição.

Diante dessas discussões teóricas e metodológicas, adentramos, a seguir, uma seção teórico-reflexiva sobre a Linguística Aplicada Crítica, campo em que localizamos esta pesquisa.

1.5 O que internacionalização tem a ver com Linguística Aplicada? Localizando internacionalização no campo da LA

Desde o início deste trabalho, propusemo-nos a refletir sobre as concepções e práticas de internacionalização do IFSP, considerando, por um lado, sua estrutura verticalizada, que integra ensino, pesquisa e extensão desde a educação básica profissional até o ensino superior, e, por outro, sua missão institucional de democratização do conhecimento e de promoção da transformação social – princípios que dialogam diretamente com os pressupostos da Linguística

Aplicada Crítica (LAC), campo de estudo em que localizamos esta pesquisa. Pennycook (2006, p. 68) defende que:

A LAC é bem mais do que a adição de uma dimensão crítica à LA. Ao contrário, possibilita todo um novo conjunto de questões e interesses, tópicos tais como identidade, sexualidade, acesso, ética, desigualdade, desejo ou a reprodução de alteridade, que até então não tinham sido considerados como de interesse em LA.

Nesse sentido, vale destacar que, nas últimas décadas, a Linguística Aplicada tem apresentado significativo amadurecimento teórico e metodológico, refletindo sua crescente sensibilidade às transformações impostas pela globalização. O fortalecimento das pesquisas na área decorre da necessidade de compreender fenômenos sociais e educacionais atravessados por deslocamentos, plurilinguismo e mudanças nas políticas linguísticas. Assim, o campo tem buscado formular respostas críticas e contextualizadas às demandas da contemporaneidade (McKinley, 2020). Ao repensar o papel da Linguística Aplicada, Rajagopalan (2006, p. 163) afirma que “os pesquisadores entendem que suas atividades científicas têm uma dimensão política. Eles percebem que, ao proporem suas análises, estão tentando influenciar a forma como as coisas se apresentam, isto é, intervir na realidade que aí está”. Nesse sentido, o mesmo autor já alertava que:

Quando me refiro a uma lingüística crítica, quero, antes de mais nada, me referir a uma lingüística voltada para questões práticas. Não é a simples aplicação da teoria para fins práticos, mas pensar a própria teoria de forma diferente, nunca perdendo de vista o fato de que o nosso trabalho tem que ter alguma relevância. Relevância para as nossas vidas, para a sociedade de modo geral. As coisas podem ser diferentes da maneira em que se encontram. É possível mudar as coisas, ao invés de nos contentar em simplesmente descrevê-las e fazer teorias engenhosas a respeito delas. Acreditar numa lingüística crítica é acreditar que podemos fazer diferença (Rajagopalan, 2003, p.12).

Nas palavras de Pennycook (2006), a LAC constitui uma *práxis* em movimento, e não um campo fixo de conhecimento. Pensar a internacionalização a partir da Linguística Aplicada, especialmente em sua vertente crítica e transgressiva, implica reconhecer a centralidade das práticas sociais situadas, compreendendo contextos reais a partir das dimensões linguísticas, sociais, culturais, políticas e históricas dos sujeitos envolvidos. Como afirma Moita Lopes (2006, p. 22), “politizar o ato de pesquisar e pensar alternativas para a vida social é parte intrínseca dos novos modos de teorizar e fazer LA”.

Reconhecendo, portanto, a LA como uma área aplicada, é necessário articular teoria e prática de modo a compreender – e também intervir criticamente – nas realidades sociais. A

linguística crítica, conforme defende Rajagopalan (2003), veio para ficar, e o linguista aplicado recupera gradualmente seu papel de cientista social comprometido com a transformação da realidade e com a melhoria das condições de vida dos menos privilegiados. Tal concepção reafirma o compromisso ético da Linguística Aplicada com a produção de conhecimento socialmente relevante, voltado à equidade e à justiça social.

Inserido nessa perspectiva, e reconhecendo o interesse da LAC pela relação entre o local e o global (Pennycook, 2006), Moita Lopes (2006), em consonância com Bauman (1999), observa que a contemporaneidade tem sido marcada pelo discurso de uma nova ordem mundial que atravessa todas as esferas sociais por meio da globalização – processo desigual em que as elites passam a experimentar vivências transnacionais, enquanto sujeitos localizados nas margens são relegados à imobilidade, às restrições e aos *restos* simbólicos do mundo globalizado.

A globalização constitui, portanto, uma condição inerente ao mundo contemporâneo e afeta todos os sujeitos de maneira irremediável (Bauman, 1999). No entanto, seus efeitos variam amplamente a depender de fatores como classe social, gênero, raça, idade, profissão e localização geográfica, evidenciando as desigualdades que estruturam as relações globais – discussões intrinsecamente relacionadas ao escopo da Linguística Aplicada Crítica.

No contexto do IFSP, a discussão sobre globalização e internacionalização assume contornos específicos, vinculados à missão institucional de promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão em diferentes níveis de escolaridade e de democratizar o acesso ao conhecimento, problematizando discursos hegemônicos e relações de poder. A Linguística Aplicada, enquanto campo voltado à reflexão crítica sobre práticas sociais e sobre o papel da linguagem nas dinâmicas institucionais, oferece um olhar profícuo para compreender como as políticas e ações de internacionalização são formuladas, implementadas e ressignificadas nas práticas cotidianas.

Nessa perspectiva, investigar a internacionalização a partir da LAC significa analisar as concepções e práticas que revelam como a instituição compreende esse conceito e quem efetivamente participa desse processo. Assim, ao reconhecer a realidade contextual na qual se insere este trabalho, defendemos uma proposta de internacionalização situada – que não reproduza discursos externos e descolados da realidade social, nem se restrinja a campanhas institucionais de visibilidade, mas que se engaje na produção, circulação e compartilhamento de saberes de modo crítico, solidário e coerente com o compromisso público do IFSP.

Trata-se, portanto, de compreender a internacionalização como forma de promover diálogos entre saberes locais e globais, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente democrática e socialmente transformadora.

Ainda que não nos ocupemos de analisar dados relativos, exclusivamente, a fenômenos linguísticos, reconhecemos a essencialidade das línguas e das culturas nos processos de internacionalização, e situamos este trabalho no campo da Linguística Aplicada Crítica. Fazemo-lo por reconhecer a urgência de refletir e problematizar a internacionalização em um contexto tão singular no Brasil como são os Institutos Federais, em especial o IFSP. Nossa intenção, ao longo da discussão proposta, é lançar luz sobre a necessidade de pensar a internacionalização de forma a minimizar as assimetrias sociais, evitando encobri-las sob discursos institucionalmente idealizados.

Dessa forma, reconhecemos na análise documental um caminho significativo de investigação, uma vez que os documentos institucionais funcionam como balizadores não apenas do que se propõe fazer em termos de internacionalização, mas também do que efetivamente tem sido registrado. Localizar a discussão sobre internacionalização no campo da Linguística Aplicada, portanto, é assumir a responsabilidade de não a tratar como mera estratégia de marketing institucional, mas de compreendê-la como um potencial transformador da realidade – capaz de ampliar o acesso ao conhecimento e promover uma inserção mais simétrica e ética no mundo globalizado, com vistas à transformação social.

Nesse cenário, pensar a internacionalização a partir da Linguística Aplicada implica reconhecê-la como um fenômeno social, atravessado por práticas de linguagem que produzem identidades, legitimam saberes e constroem sentidos sobre o que é ser *internacional* no contexto educacional. Assim, mais do que um processo administrativo ou institucional, a internacionalização deve ser entendida como uma *práxis* em movimento, constituindo-se como objeto legítimo de investigação no campo da Linguística Aplicada

O que, então, internacionalização tem a ver com a Linguística Aplicada? No recorte proposto neste trabalho, além de considerar a língua como elemento essencial no processo de internacionalização, enfatizamos o potencial do IFSP como espaço de democratização do conhecimento e de transformação social, tendo em vista sua identidade institucional verticalizada, que vai além do ensino pós-secundário.

Do ponto de vista metodológico, por meio da pesquisa documental, justificamos a importância de se observar os documentos institucionais, uma vez que é a partir deles que as práticas se institucionalizam e se materializam. Do ponto de vista teórico, destacamos a relevância de reconhecer o fenômeno da globalização e de compreender que, conscientes ou

não, estamos imersos nesse processo. Assim, é necessário buscar formas de torná-lo menos desigual, entendendo a internacionalização como uma possibilidade de enfrentamento crítico, desde que situada contextualmente – neste caso, pensada para a comunidade do IFSP, uma instituição verticalizada e não exclusivamente de ensino superior. Por fim, refletimos sobre o lugar das línguas, indispensáveis ao processo de internacionalização, não como um fim em si mesmas, mas como práticas sociais permeadas por ideologias e relações de poder.

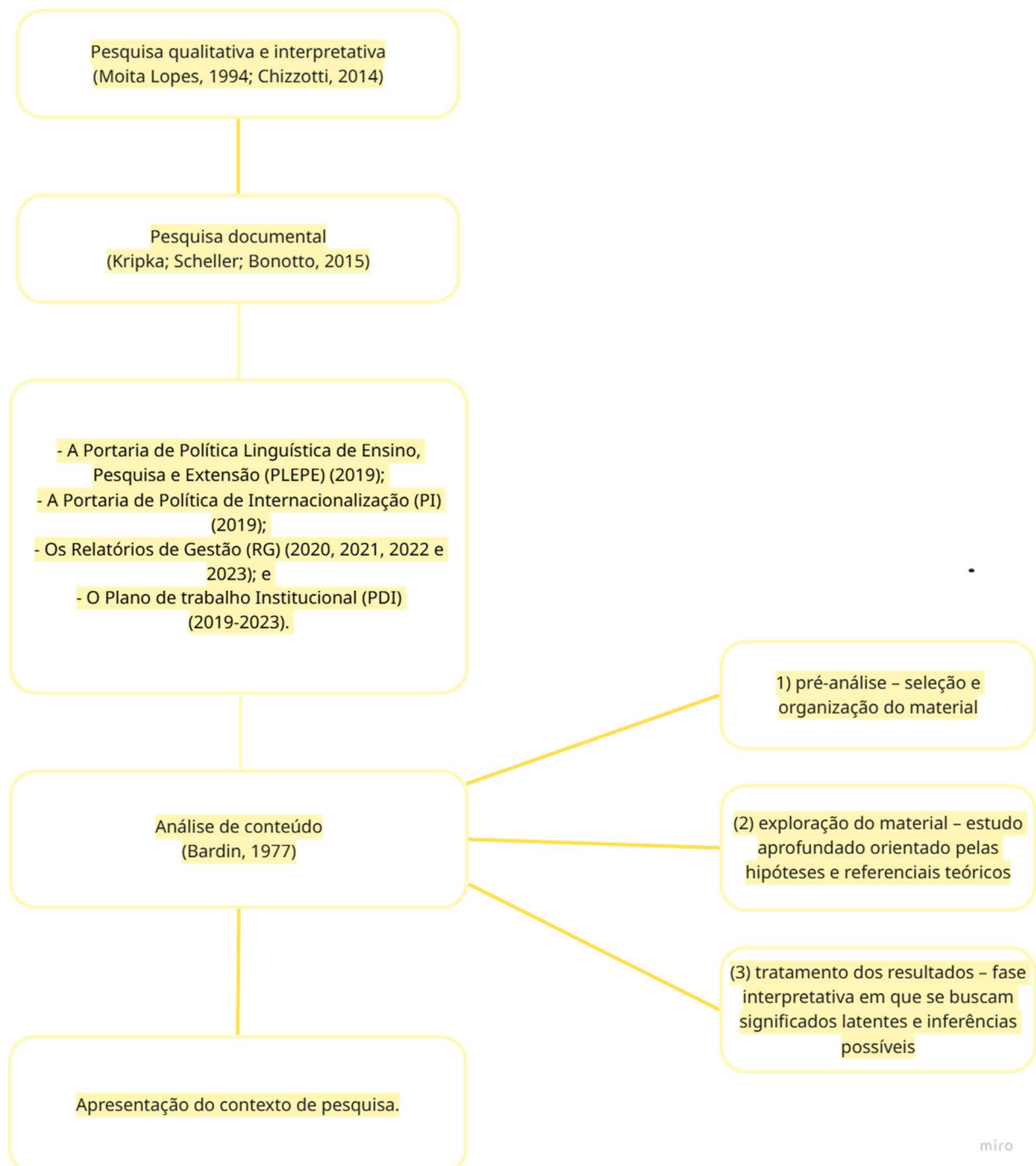
Olhar para essa realidade, afinal, não seria já uma forma de fazer Linguística Aplicada?

Delineada a fundamentação teórica, descrevemos, a seguir, os procedimentos metodológicos que orientam este estudo, bem como as estratégias utilizadas para coleta e análise dos dados.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, apresentamos a natureza da pesquisa, o método e os procedimentos da pesquisa documental, as etapas de coleta e análise de dados e, por fim, o contexto ao qual se vincula este estudo. O percurso metodológico, cuja explicitação será desenvolvida neste capítulo, encontra-se sintetizado na Figura 3 a seguir.

Figura 3 - Percurso metodológico



Fonte: Elaboração própria.

2.1 Natureza da pesquisa

Considerando que esta pesquisa busca analisar as concepções e práticas de internacionalização presentes em documentos institucionais do IFSP, tomando como base a identidade singular da instituição e sua missão de democratizar o acesso ao conhecimento e promover a transformação social, situamos o estudo no campo das Ciências Humanas e Sociais, a partir da Linguística Aplicada (LA), em sua vertente crítica. Essa perspectiva reconhece a centralidade das práticas sociais situadas e o compromisso ético-político de compreender e intervir nos contextos em que essas práticas se realizam. Conforme aponta Moita Lopes (2006), pesquisar em Linguística Aplicada implica pensar alternativas para a vida social, articulando teoria e prática de modo a compreender as dimensões sociais, linguísticas, culturais, históricas e políticas dos fenômenos estudados. Compartilhamos do pressuposto de que:

São necessárias teorizações que dialoguem com o mundo contemporâneo, com as práticas sociais que as pessoas vivem, como também desenhos de pesquisa que considerem diretamente os interesses daqueles que trabalham, agem etc. no contexto de aplicação - uma dimensão que o campo da LA raramente contempla (...) É preciso que aqueles que vivem as práticas sociais sejam chamados a opinar sobre os resultados de nossas pesquisas, como também a identificar nossas questões de pesquisa como sendo válidas de seus pontos de vista: uma dimensão essencial em áreas aplicadas (Moita Lopes, 2006, p. 23).

Assim, compreendemos que a pesquisa está, individual e coletivamente, entrelaçada à vida do pesquisador, que observa seu entorno e reflete sobre os problemas ou particularidades que ali se apresentam, não necessariamente com o intuito de solucioná-los, mas de agir e intervir naquele contexto para (co)construir ou (re)pensar formas que possam contribuir para experiências outras, antes não pensadas. Assim, compartilhamos do pressuposto de que:

A pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para esta atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no mundo para construí-lo adequado à sua vida [à sociedade] (Chizzotti, 2000, p. 11).

Chizzotti (2014) afirma, ainda, que diferentes autores têm defendido a ideia de que a ciência possui diversos caminhos para procurar, justificar e comunicar uma investigação. Nesse sentido, considerando que nos localizamos no campo da LA, e que temos como objetivo compreender aspectos contextuais – e não comprovar hipóteses ou prover generalizações,

enfatizamos o alinhamento deste trabalho com os pressupostos da pesquisa de natureza qualitativa e interpretativista, pois, segundo o autor:

As pesquisas qualitativas não têm um padrão único porque admitem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem também do observador – sua concepção, seus valores, seus objetivos. Para este, a epistemologia significa os fundamentos do conhecimento que dão sustentação à investigação de um problema (Chizzotti, 2014, p. 26).

O caráter interpretativista, por sua vez, é complementar à pesquisa qualitativa porque enfatiza que o fator mais importante é o qualitativo. Enquanto na visão positivista, as variáveis do mundo social são passíveis de padronizações e generalizações, “na visão interpretativista, os múltiplos significados que constituem as realidades só são passíveis de interpretação. É o fator qualitativo, particular, que interessa” (Moita Lopes, 1994, p. 332). Ainda segundo o referido autor:

É justamente a intersubjetividade que possibilita chegarmos mais próximo da realidade que é constituída pelos atores sociais; ao contrapormos os significados construídos pelos participantes do mundo social. O foco é, então, colocado em aspectos processuais do mundo social em vez do foco em um produto padronizado (Moita Lopes, 1994, p. 332).

Assim, mais do que o conhecimento absoluto, são as interpretações do mundo que contam, situações sociais, políticas e historicamente situadas (Hughes, 1990 *apud* Moita Lopes, 1994). Para Moita Lopes (1994, p. 336) “este talvez seja um modo de fazer ciência mais adequado aos dados com que nos deparamos em LA”.

O estudo sobre a internacionalização no IFSP que desenvolvemos inscreve-se, assim, em uma perspectiva qualitativa e interpretativista, uma vez que não intencionamos prover padronizações ou generalizações, mas interpretar o processo de internacionalização dessa instituição de forma contextualmente situada em recorte temporal específico. Nessa direção, compreender é também problematizar as intencionalidades e contradições presentes, sem perder de vista que toda leitura é mediada pela visão de mundo do pesquisador. Por meio dessa postura, que encontra respaldo na Linguística Aplicada Crítica, entendemos a pesquisa como um ato social, comprometido com a produção de conhecimentos capazes de (re)pensar, problematizar e se dispor a transformar realidades.

Com base nesses fundamentos epistemológicos, passamos à descrição do método e dos procedimentos adotados.

2.2 Método e procedimentos da pesquisa documental

Considerando que “toda e qualquer instituição pública é criada e orientada a partir de documentos, desde aqueles que instituem sua criação, missão e valores, até os que orientam as diversas práticas institucionais do cotidiano” (Souza, 2024, p. 181), propomo-nos a analisar documentos institucionais do IFSP por meio dos quais se orienta, planeja e relata, ainda que não exclusivamente, o processo de internacionalização da instituição.

No início desta investigação, questionamo-nos se a análise documental seria o caminho mais adequado para discutir o processo de internacionalização no âmbito do IFSP, uma vez que a internacionalização é um processo dinâmico e cambiante. Contudo, à medida que avançamos no levantamento bibliográfico e no exame preliminar dos documentos, compreendemos que esse caminho se mostrava não apenas pertinente, mas essencial ao alcance dos objetivos propostos.

A pesquisa documental, sobretudo em uma instituição pública como o IFSP, assume relevância significativa, uma vez que são os documentos que formalizam e legitimam as decisões e práticas institucionais, seja de orientação, planejamento ou prestação de informações aos atores institucionais e à sociedade. Assim, concebemos os documentos institucionais não como ato *proforma*, mas como forma de comunicação que expressa e constrói sentidos e ações. No recorte temático desta tese, tais documentos comunicam como o IFSP tem concebido, conduzido e praticado seu processo de internacionalização.

Como método de pesquisa, entendido como o percurso investigativo em direção a determinado objetivo e à produção de conhecimento, “a pesquisa documental consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que não foram utilizados para nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos” (Guba; Lincoln, 1981 *apud* Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 58).

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, s.d), o termo *documento* pode ser compreendido como:

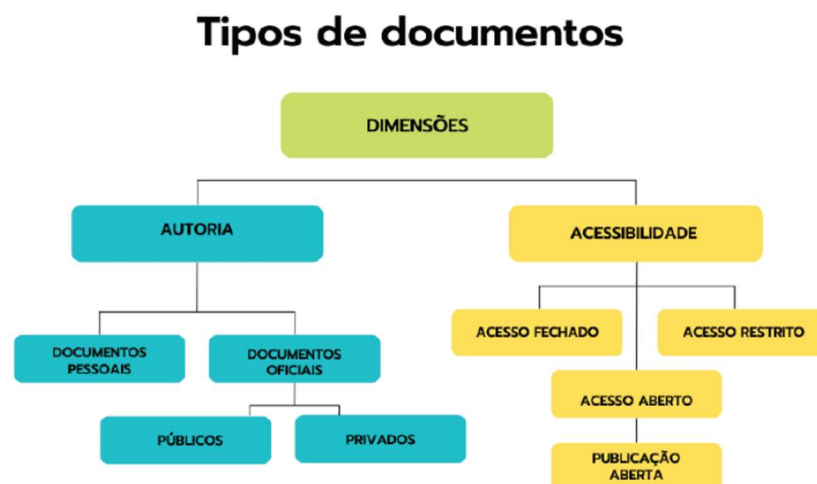
Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade que possa servir para consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens, sem modificações, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação (ABNT, s.d).

Phillips (1974 *apud* Sá Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 6) pondera que documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Para Lüdke e André (1986, p. 38), esses documentos abrangem “leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão, até livros, estatísticas e arquivos escolares”.

No que se refere às especificidades desse tipo de pesquisa, Kripka, Scheller e Bonotto (2015), baseadas em Flick (2009), destacam que, além de compreender o que é ou pode ser um documento, o pesquisador deve considerar quem o produziu, para quem foi produzido e com que finalidade, uma vez que os documentos devem ser entendidos como *meios de comunicação* voltados a interlocutores específicos.

Yonaha (2024), ao discutir a relevância desse tipo de pesquisa no campo da Linguística Aplicada, enfatiza que o primeiro passo da pesquisa documental consiste na seleção dos documentos, conforme apresentado na Figura 4. A autora ressalta que “o conhecimento acerca dos tipos de documentos é fundamental no processo da pesquisa documental, por ser considerado uma fase principal no delineamento desse tipo de investigação” (Yonaha, 2024, p. 6).

Figura 4 - Tipos de documento



Fonte: (Yonaha, 2024)

Compreendemos, assim, de acordo com a figura 4, que a dimensão *autoria* refere-se à origem dos documentos, distinguindo-se entre documentos pessoais, produzidos por sujeitos individuais, e documentos oficiais, elaborados no âmbito institucional. Os documentos oficiais subdividem-se em públicos, quando destinados à ampla circulação e acesso social, e privados,

quando restritos a determinados setores ou instâncias institucionais. Já a dimensão *acessibilidade* diz respeito às condições de acesso aos documentos, contemplando acesso fechado, quando não há disponibilidade pública; acesso restrito, quando o acesso é limitado a públicos específicos; e acesso aberto, quando os documentos podem ser livremente consultados. A categoria publicação aberta enfatiza a disponibilização dos materiais em meios digitais ou institucionais, ampliando sua circulação e potencial de uso acadêmico e social.

Segunda a perspectiva de Gil (2002), na pesquisa documental, devem ser observadas as seguintes fases:

- a) determinação dos objetivos;
- b) elaboração do plano de trabalho;
- c) identificação das fontes;
- d) localização e obtenção do material;
- e) tratamento dos dados;
- f) elaboração das fichas e redação do trabalho;
- g) construção lógica e redação final.

Já Cellard (2008) sugere que, na análise documental, devem ser considerados: o contexto (período histórico, social e político, autor e destinatário), a autoria (quem produziu o documento, seus interesses e motivações), a autenticidade e confiabilidade do texto, a natureza do material (gênero, tipo textual, suporte), os conceitos-chave e a lógica interna. Na etapa analítica propriamente dita, cabe ao pesquisador sintetizar, interpretar e identificar tendências que possibilitem inferências significativas.

Moraes e Galiuzzi (2016), ao tratarem da Análise Textual Discursiva (ATD), compreendem a análise documental como um processo composto por dois movimentos: o primeiro, de desconstrução, realizado por meio da unitarização e fragmentação do texto em unidades elementares; e o segundo, de reconstrução e categorização, que consiste em ordenar, organizar, sintetizar e interpretar as informações. As autoras ressaltam que essa análise pode seguir um método dedutivo (análise *a priori*) ou indutivo (emergente), podendo inclusive combinar ambos em uma abordagem mista.

Por fim, Bardin (1977), ao apresentar sua proposta de Análise de Conteúdo, organiza a análise documental em três etapas principais: (1) pré-análise – seleção e organização do material; (2) exploração do material – estudo aprofundado orientado pelas hipóteses e

referenciais teóricos; e (3) tratamento dos resultados – fase interpretativa em que se buscam significados latentes e inferências possíveis.

Considerando os objetivos desta pesquisa e a diversidade metodológica apresentada pelos autores, optamos por adotar o referencial de Bardin (1977) para a organização e análise dos dados, cujas etapas contemplam tanto os procedimentos de organização quanto os de análise, garantindo coerência entre o *corpus* selecionado, os objetivos e o percurso investigativo, conforme será detalhado a seguir.

2.3 Etapas da pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida em três etapas, seguindo a metodologia proposta por Bardin (1977):

1ª Etapa: organização da pesquisa, delimitação do tema e levantamento bibliográfico;

2ª Etapa: coleta de dados documentais;

3ª Etapa: análise e categorização dos dados coletados.

A primeira etapa, desenvolvida nos anos de 2021 a 2023, consistiu na organização da pesquisa, delimitação do tema e na revisão sobre dados bibliográficos de artigos publicados e pesquisas anteriormente desenvolvidas sobre a temática de internacionalização e sobre a pesquisa documental. Para tanto, procedemos ao levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da CAPES¹⁸ e no Portal CAPES de Teses e Dissertações¹⁹.

De posse desses resultados, procedemos à leitura dos títulos e resumos das pesquisas e dos artigos científicos para identificarmos se apresentavam discussões sobre o processo de internacionalização do IFSP e, nos casos em que as pesquisas cumpriam com esses requisitos, procedemos à leitura na íntegra dos textos com objetivo de sintetizar os achados que pudessem contribuir com nossas análises e discussões.

A segunda etapa da pesquisa foi iniciada no primeiro semestre de 2023 e consistiu na coleta de dados documentais junto à Comissão de Relações Internacionais, bem como em portais²⁰ oficiais do IFSP. Nessa etapa, estabelecemos como critério para a seleção dos

¹⁸ Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/v>. Acesso em: 31 ago. 2024.

¹⁹ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

²⁰ Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

documentos oficiais a disponibilização pública e referência explícita à internacionalização e, assim, foram selecionados para compor nosso *corpus* de análise os seguintes documentos:

- 1) A Portaria de Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão (PLEPE) (2019);
- 2) A Portaria de Política de Internacionalização (PI) (2019);
- 3) Os Relatórios de Gestão (RG) (2020, 2021, 2022 e 2023); e
- 4) O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2019-2023).

Na terceira etapa da pesquisa, procedemos à análise e categorização dos dados coletados partindo, inicialmente, da proposta de análise documental de Bardin (1977) que é dividida em três momentos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Segundo Bardin (1977, p. 95) a fase de pré-análise, considerada a fase de organização propriamente dita, tem três missões: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”. Para tanto, Bardin (1977, p. 95-101) propõe um direcionamento que consiste das seguintes etapas:

- a) Leitura *flutuante* inicial dos documentos, para propiciar intuições;
- b) Definição do *corpus* a ser analisado;
- c) Formulação das hipóteses e dos objetivos;
- d) Referenciação dos índices para elaboração de indicadores e categorização;
- e) Preparação do material.

Considerando o caminho proposto por Bardin (1977), expomos o percurso de pré-análise desta pesquisa²¹:

- a) Leitura *flutuante*

De acordo com Bardin (1977), esta etapa consiste em conhecer os documentos que podem ser analisados, alimentando as primeiras impressões e intuições. Para a autora, é nessa fase que a leitura vai se tornando mais precisa em função de hipóteses emergentes.

²¹ Considerando a natureza da pesquisa, nem todas as etapas serão abordadas neste trabalho.

Assim, nesta etapa, dedicamo-nos a conhecer os documentos disponibilizados pela Assessoria de Relações Internacionais do IFSP, via *drive* compartilhado, bem como a verificar os documentos públicos que se relacionassem, direta ou indiretamente, à temática desta pesquisa.

Foram observados convênios de cooperação internacional, apresentações sobre a ARINTER em reuniões e congressos, parcerias da ARINTER-IFSP com plataformas de idiomas, cursos livres oferecidos em *campi* do IFSP, portarias, relatórios de gestão, entre outros. Notamos, no entanto, que nem todos os documentos estavam completos ou mantinham regularidade periódica nas pastas da comissão, ou foram descontinuados, ou ainda não estavam públicos. Nesse sentido, optamos por selecionar como *corpus* de análise documentos públicos que já tivessem sido publicados no portal do IFSP. Esses documentos serão apresentados na próxima etapa.

b) Definição do *corpus*²²

Bardin (1997, p. 96-97) define *corpus* como “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras”. Em nosso contexto, utilizamos como critério de seleção do *corpus* de análise documentos do IFSP que pudessem conter informações sobre concepções e práticas de internacionalização. Dentre os registros escolhidos na fase de *leitura flutuante*, foram selecionados para análise os documentos a seguir:

1) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2019-2023)²³.

Documento por meio do qual se define a missão da Instituição e as estratégias para atingir as metas e os objetivos dentro de um período de cinco anos (Brasil, 2022b).

2) Portaria de Política de Internacionalização (PI)²⁴.

Documento que orienta e oferece diretrizes para o planejamento e implementação de ações no que diz respeito à efetivação do processo de internacionalização do IFSP (Brasil, 2019a).

²² Os documentos que compõem o *corpus* de pesquisa estão disponíveis online e em *drive* criado pela pesquisadora. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1IultKRsofaxIEbbPyE_jAnnaFJJe2zpG?usp=drive_link. Acesso em: 31 ago. 2024.

²³ Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/GPiZPubKP5caCrI#pdfviewer>. Acesso em: 31 ago. 2024.

²⁴ Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/arinter/docs/DEZ_PORT_4557_Poltica_de_internacionalizacao_IFSP_2019_Arinter_GAB_2.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

3) Portaria de Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão (PLEPE)²⁵.

Documento que orienta e oferece diretrizes para o planejamento e implementação de ações no que diz respeito a línguas, tanto no âmbito do ensino, quanto da pesquisa e extensão (Brasil, 2019b).

4) Relatórios de Gestão (RGs 2020, 2021, 2022 e 2023)²⁶.

Documentos produzidos anualmente como uma forma de prestação de contas tanto ao Tribunal de Contas da União (TCU), quanto à sociedade, que pode acompanhar como a instituição atende suas demandas (Brasil, 2021, 2022c, 2023, 2024a).

Justificamos que a escolha dos documentos selecionados seguiu como critérios a adequação e pertinência do documento em relação ao tema da pesquisa; a completude/integridade do documento; a representatividade temporal dos documentos; a possibilidade de diálogo que se pode estabelecer entre os documentos selecionados e o caráter público de acesso aos documentos.

Para fim de análise, os documentos selecionados foram inicialmente divididos em dois grupos: 1) documentos de diretrizes e 2) documentos de saída (ou resultados), como indica o Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 - Documentos de diretrizes e documentos de saída

Documentos de diretrizes (entrada)	Documentos de saída (resultados)
A Portaria de Política de Internacionalização (PI)	Relatórios de Gestão (2020, 2021, 2022 e 2023)
A Portaria de Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão (PLEPE).	-
O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2019-2023)	-

Fonte: Elaboração própria.

Classificamos como documentos de diretrizes aqueles que tanto evidenciam concepções quanto orientam e contribuem para o planejamento das ações institucionais, e como documento de saída aqueles que apresentam tanto o processo quanto os resultados de ações e mobilizações institucionais no âmbito de um recorte temporal.

d) Referenciação dos índices

²⁵ Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/arinter/docs/DEZ_PORT_4722_Institui_Politica_Linguistica_de_Ensino_Pesquisa_e_Extensao_ARINTER_IFSP_1.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

²⁶ Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/prestacao-de-contas/128-acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/137-relatorio-de-gestao>. Acesso em: 31 ago. 2024.

De acordo com Bardin (1977), se consideramos que os textos são uma manifestação – uma forma de comunicação – e que o processo de análise os fará ‘comunicar’, a referenciação dos índices é uma forma de preparar e organizar o texto para obter as informações relevantes de acordo com os objetivos e as perguntas de pesquisa.

Dessa forma, nesta investigação, consideramos como indicador para a análise do *corpus* o Quadro 4 apresentado a seguir, adaptado de Stefani e Gregolin (2022) para os interesses desta pesquisa.

Quadro 4 - Indicadores de busca para o *corpus* em análise

Indicadores de busca no documento	Dados do documento	Observações
Tipo de documento		
Nível de acesso		
Data de publicação		
Vigência (previsão de revisão do documento)		
Concepções de internacionalização (internacionalização)		
Perspectivas Linguísticas (língua, idiomas)		
Perspectivas Culturais (cultura, interculturalidade)		
Público-alvo das ações de internacionalização (internacionalização)		
Verticalização		
Ações de internacionalização (Internacionalização)		

Fonte: Adaptado de Stefani e Gregolin (2022).

e) Preparação do material

De acordo com Bardin (1977), antes da análise do *corpus*, o material a ser analisado deve ser preparado. Nesse sentido, realizamos uma leitura prévia dos documentos que constituem o *corpus* deste trabalho considerando os indicadores propostos (Quadro 4) e os organizamos e apresentamos em forma de quadros-resumo no APÊNDICE A.

A segunda e terceira etapas de pesquisa proposta por Bardin (1977), que correspondem à exploração, categorização, inferência e triangulação dos dados, serão apresentadas na seção de análise e discussão dos dados.

Ressaltamos que, embora esta pesquisa não tenha sido submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que a análise realizada não envolve diretamente seres humanos, mas se

concentra em documentos institucionais de acesso aberto, todo o processo de coleta de dados, bem como sua organização, codificação e análise, respeitou as normas éticas de pesquisa e de conduta do pesquisador previstas na Resolução nº 196, de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, posteriormente atualizada pela Resolução nº 466, de 2012.

Realizadas as ponderações acerca da natureza da pesquisa, do método e dos procedimentos adotados, bem como das etapas de coleta e análise do *corpus* selecionado, apresentamos, a seguir, o contexto no qual se insere esta pesquisa.

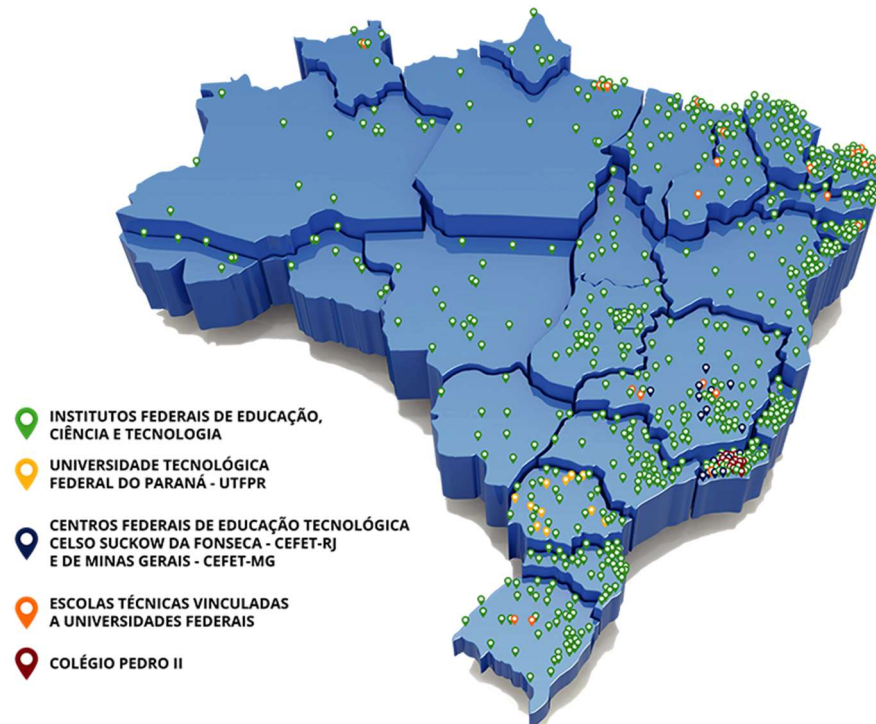
2.4 Contexto de pesquisa: Instituto Federal de São Paulo (IFSP)

Apresentamos como contexto de coleta de dados desta pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica implementada pela lei 11.892, de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Em 2025, a Rede Federal está composta por 686 unidades, sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II²⁷.

²⁷ BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept/rede-federal>>. Acesso em: 7 jan. 2026.

Figura 5 - Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: Ministério da Educação (2019, s.p).

Oriundos da escola de aprendizes artífices, fundada em 1909 pelo Presidente da República, Nilo Procópio Peçanha, e criados a partir de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Vinculadas às Universidades Federais, o MEC apresenta os Institutos Federais como um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, com potencial para alcançar as necessidades educacionais e socioeconômicas do Brasil, cuja arquitetura tem como função principal a intervenção na realidade para um país soberano e inclusivo (Brasil, 2010). Segundo o Ministério da Educação:

O papel que está previsto para os Institutos Federais é garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (Brasil, 2010, p. 21).

Como forma de gerir seu compromisso social, os Institutos Federais validam seu princípio da verticalização do ensino e ofertam escolarização em diferentes níveis e modalidades, conforme previsto pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008:

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada do trabalhador e dos futuros trabalhadores (Brasil, 2010, p. 26).

Stefani e Gregolin (2022) chamam atenção para o fato de que, nessa estrutura, a porcentagem de vagas deve ser distribuída em modelo padrão para todos os IFs: 50% para cursos técnicos, 20% para licenciaturas e 30% para cursos de graduação tecnológicas, especializações, mestrados profissionais e doutorados, segundo as autoras, “voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica” (Stefani; Gregolin, 2022, p. 165).

Além disso, frisamos como ponto importante que, pese sua estrutura verticalizada, no que diz respeito à regulação, avaliação e supervisão, os Institutos Federais são equiparados às Universidades Federais. Desse modo, são caracterizados como instituições de ensino, pesquisa e extensão, “de natureza jurídica de autarquia, detentoras da autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar” (Brasil, 2010, p. 36).

No tocante a esse ponto, confere-se-lhes uma autonomia que se constitui prerrogativa de autogoverno e autoformação, vinculada aos fins e aos interesses dessa institucionalidade de ensino, pesquisa e extensão que se define como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas (Brasil, 2010, p. 37).

No que se refere especificamente ao IFSP, de acordo com dados disponibilizados na Plataforma Nilo Peçanha (2025)²⁸, o órgão é o maior da Rede Federal. São 41 unidades²⁹, 4 delas em processo de implementação; 660 cursos de oferta regular (cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação); 67.859 matrículas e 146.724 inscritos em processos seletivos.

28

Disponível

em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWw1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYyU4LTgyYjJhMTUzNDZiZi9&pageName=ReportSection69f9e658ce2c370e0e6c>. Acesso em: 22 maio 2024.

²⁹ É importante frisar que, na data de publicação desta tese, encontra-se em curso o projeto de expansão da Rede Federal, tendo sido anunciada pelo Governo Federal a criação de 12 novos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

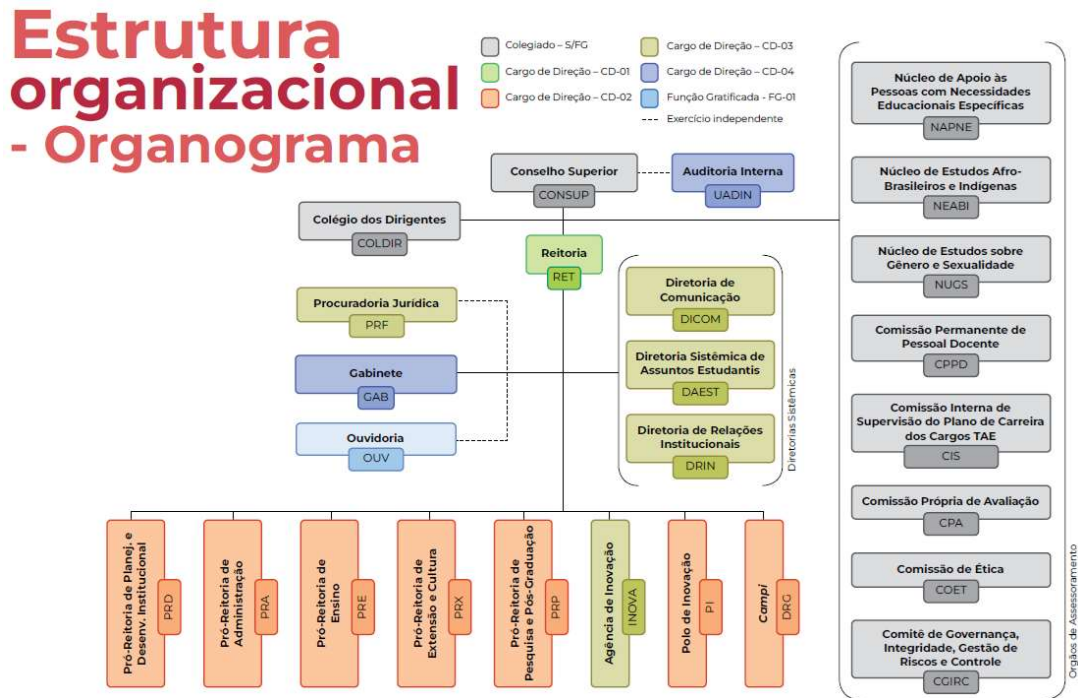
Figura 6 - Mapa do Instituto Federal de São Paulo (atualizado em 2023)



Fonte: Brasil (2024a, s.p).

Estruturalmente, o IFSP é constituído por sua reitoria, subordinada ao Conselho Superior (ao qual se subordina a auditoria interna) e ao conselho de dirigentes. A Reitoria é vinculada, por um lado, aos núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS), à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), à Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos TAE, à Comissão Própria de Avaliação, à Comissão de Ética e ao comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controle. Por outro lado, está relacionada à Procuradoria Jurídica Federal, ao gabinete e à ouvidoria, à Diretoria de Comunicação, à Diretoria Sistêmica de Assuntos Estudantis e à Diretoria de Relações Institucionais. Ademais das Pró-Reitorias de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Administração, Ensino, Extensão e Cultura e Pesquisa e Pós-Graduação, além da Agência de Inovação, do Polo de Inovação e dos 41 *campi* distribuídos pela capital e pelo interior de São Paulo, como vemos na Figura 7, a seguir.

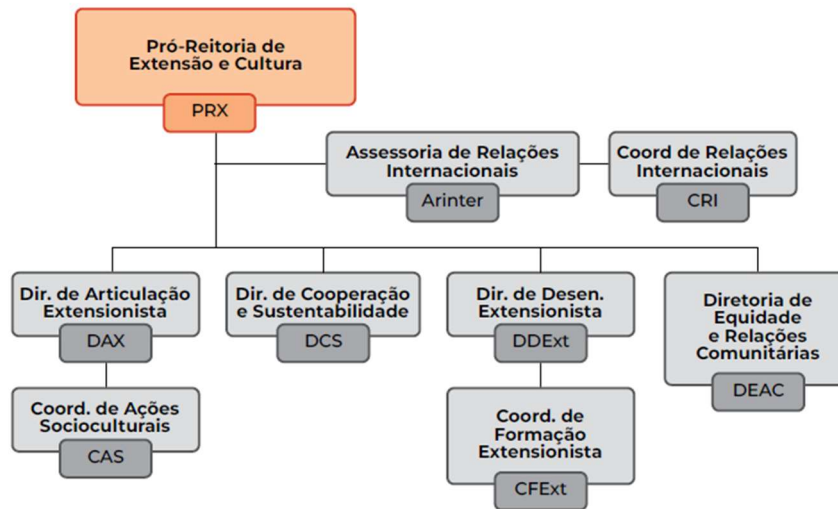
Figura 7 - Organograma Instituto Federal de São Paulo (IFSP)



Fonte: Brasil (2024a, p. 18).

Destacamos, da organização anteriormente apresentada, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura à qual, desde 2023, está vinculada a Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) do IFSP. Na Figura 8, apresentamos o organograma dessa Pró-Reitoria e o posicionamento da ARINTER no referido setor:

Figura 8 - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - setor de alocação da ARINTER



Fonte: Brasil (2024a, p. 80).

Considerando a necessidade de inserir o IFSP no cenário internacional, foi constituída por meio da Portaria nº 1151, de 07 de abril de 2016, a Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) do IFSP, cujas atribuições são:

- I - Propor e/ou articular contatos, intermediando o estabelecimento de Acordos de Cooperação e Convênios com instituições internacionais, incentivando seus professores, pesquisadores, servidores e alunos a obter experiência acadêmica internacional, por meio de troca de experiência com instituições conveniadas.
- II - Gerenciar as atividades de Cooperação Internacional, sempre incentivando o ensino, a pesquisa, a extensão e a internacionalização.
- III - Criar e coordenar os Centros de Línguas do IFSP como estratégia de internacionalização, propondo e gerenciando ações que promovam a aprendizagem de línguas estrangeiras (inglês, espanhol, francês, entre outras) e português para estrangeiros, bem como outras ações afins à internacionalização (Brasil, 2016, n.p.).

Estruturalmente, segundo sua portaria de criação, a equipe ARINTER é composta por um assessor de Relações Internacionais (nomeado por portaria da Reitoria), um representante de cada *campus* para promover e coordenar as ações da ARINTER e do Centro de Línguas nos *campi*, um Representante da Comissão de Relações Internacionais e um Representante da Comissão dos Centros de Línguas (Brasil, 2016). Segundo o site de internacionalização do IFSP, a equipe ARINTER está organizada por uma pessoa responsável pela:

- Coordenação de Relações Internacionais;
- Gestão de Políticas Linguísticas;
- Gestão de projetos internacionais;
- Gestão de acompanhamento de mobilidade estudantil;
- Gestão de desenvolvimento de exames de proficiência;

- Gestão dos centros de línguas na modalidade presencial;
- Gestão dos centros de línguas na modalidade virtual;
- Atividade técnico-administrativa; e
- Por um representante de relações internacionais em cada *campus*.

A Figura 9, extraída do site institucional, apresenta de forma ilustrativa as funções da ARINTER no IFSP:

Figura 9 - Funções da ARINTER no IFSP



Fonte: IFSP (s.d)³⁰.

Apesar de a portaria de implementação da ARINTER datar de 2016, é importante mencionar que, oficialmente, “o processo de internacionalização dos IFs inicia-se em 2009, com a criação do Fórum de Relações Internacionais (FORINTER)” (Stefani; Gregolin, 2022, p. 166), organizado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), por meio do qual já se objetivava “construir uma unidade em torno das ações estratégicas de Relações Internacionais, otimizando todo o potencial que existe no relacionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com as Instituições de outros países” (FORINTER, 2009, p. 2).

Posteriormente à criação da ARINTER e vinculados a esse setor, foram publicados os seguintes documentos: a Portaria de Criação dos Centros de Línguas (junho/2016), a Portaria

³⁰ Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/pro-reitoria-de-desenvolvimento-institucional/gestao-de-pessoas/qualidade-de-vida-do-servidor/167-arinter/arinter-destaques/2152-a-arinter>. Acesso em: 27 out. 2025.

de Internacionalização (dezembro/2019) e a Portaria de Políticas Linguísticas do IFSP (dezembro/2019). Dada a relevância de tais documentos para o registro sobre o processo de internacionalização do IFSP, serão eles que comporão, ao lado de outros documentos, nosso *corpus* de análise, conforme foi explicitado anteriormente.

Vale destacar, portanto, que o caminho empreendido pelo IFSP e sua ARINTER na sistematização e oficialização do seu processo de internacionalização é recente e, conforme nos lembra Coelho (2018, p. 12), “diversas são as ações, as problemáticas e os desafios que permeiam o fenômeno da internacionalização”. Assim, cabe seguir com as discussões, observando as particularidades do contexto em que elas acontecem, bem como os sujeitos que nelas estão imbricados.

Diante da exposição teórica e metodológica apresentada, passamos, na próxima seção, à sistematização das análises, em que buscamos evidenciar as articulações entre os pressupostos discutidos e os dados identificados nos documentos institucionais do IFSP.

3. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO IFSP DE ACORDO COM DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Nesta seção, apresentamos a sistematização das análises e retomamos e respondemos as perguntas de pesquisa.

3.1 Uma leitura qualitativa e interpretativista de documentos institucionais do IFSP que se vinculam à internacionalização

Após a fase de pré-análise (APÊNDICE A), apresentamos, nesta seção, a exploração do material e a análise do *corpus* da pesquisa. Compõem nosso *corpus* os seguintes documentos de acesso público do IFSP:

- i) A Portaria de Política de Internacionalização (PI) (Quadro 27);
- ii) A Portaria de Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão (PLEPE) (Quadro 28);
- iii) O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 (Quadro 29) e;
- iv) Os Relatórios de Gestão (RG) (2020, 2021, 2022, 2023) (Quadros 31,32,33,34).

A discussão empreendida na análise deste *corpus* teve como objetivo responder, à luz da abordagem qualitativa (Chizzotti, 2000, 2014) e interpretativista (Moita Lopes, 1994), às seguintes perguntas que orientam a investigação:

- 1) Quais concepções e práticas de internacionalização estão presentes nos documentos institucionais do IFSP?
- 2) De que forma o princípio da verticalização é considerado no processo de internacionalização da instituição?
- 3) Quais demandas linguísticas e culturais referentes à internacionalização são identificadas nos documentos institucionais?

Para discutir a pergunta “*Quais concepções e práticas de internacionalização estão presentes nos documentos institucionais do IFSP?*”, utilizamos como indicador de busca nos

documentos analisados o termo *internacionalização*. Esse indicador foi utilizado como chave de leitura em todos os documentos.

Os termos centrais da primeira pergunta proposta são *concepções e práticas*. De acordo com o dicionário Houaiss Online, *concepção* tem pelo menos 6 (seis) possíveis definições, das quais duas estão relacionadas à forma como abordaremos o termo neste trabalho:

Definição 1: faculdade ou ato de apreender uma ideia ou questão, ou de compreender algo; compreensão, percepção.

Definição 2. modo de ver ou sentir, ponto de vista; entendimento, noção.

Por sua vez, *práticas* tem 13 (treze) definições, entre as quais também nos basearemos em duas, como listado a seguir:

Definição 1: ato ou efeito de fazer (algo); ação, execução, realização, exercício

Definição 2: execução de alguma coisa que se planejou

Ponderemos, contudo, que observamos as práticas segundo descritas, previstas e apresentadas nos documentos institucionais analisados, não abrangendo a análise de sua implementação empírica no contexto institucional.

Partindo dessas definições, analisaremos, a seguir, as concepções e as práticas de internacionalização nos documentos apresentados como *corpus* desta análise.

No que diz respeito à concepção de internacionalização nos documentos selecionados, depreendemos que existe uma concepção mais explicitamente definida na PI, na PLEPE e no PDI, como apresentado no Quadro 5, mas não há uma definição explícita da concepção de internacionalização nos RGs, podendo essa ser inferida. Apresentamos, no Quadro 5, as concepções de internacionalização explicitamente identificadas nos documentos:

Quadro 5 - Concepções de internacionalização: PI, PEPLE e PDI

Concepção de internacionalização PI	Concepção de internacionalização PLEPE	Concepção de internacionalização PDI
A internacionalização [é] um processo que integra atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, procedimentos e iniciativas que visem à inovação tecnológica, à transferência de tecnologia e ao empreendedorismo, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país e desenvolvimento de aspectos curriculares e dupla diplomação que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior;	A internacionalização de conhecimentos é uma das maiores intensões das Instituições de Ensino Superior atualmente, pois poderá contribuir para um posicionamento estratégico internacional do país mais perfilado com um cenário global de inovação tecnológica focando, prioritariamente, na promoção da melhoria da qualidade de vida em nosso país;	A internacionalização é considerada por IES do mundo inteiro como um processo necessário para elevar os índices de excelência em educação e pesquisa e proporcionar uma formação ampla para os alunos transitarem num mundo cada vez mais globalizado. É através dela que as IES se tornam <i>Universidades de Classe Mundial</i> , termo cunhado pelo Banco Mundial, baseado em Salmi (2009) que explora os desafios para se construir essas IES de excelência. São universidades que apresentam resultados superiores às demais, como alta demanda por seus alunos, liderança em pesquisa e transferência de tecnologia.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2019a, 2019b, 2022b, grifos nossos).

No que tange às concepções de internacionalização presentes na PI, na PLEPE e no PDI, observamos que na PI e no PDI a internacionalização é compreendida como processo, o que dialoga diretamente com a proposição de Knight (2020), para quem internacionalizar não é um estado nem uma ideologia, mas um movimento contínuo e dinâmico. Já na PLEPE, a internacionalização aparece mais como uma intenção institucional, o que revela certa oscilação entre compreender o fenômeno como prática processual ou como meta a ser alcançada.

Depreendemos, ainda, que a justificativa para internacionalizar é proposta de forma diferente nos três documentos. Na PI, internacionalizar pode impactar na prática pedagógica no Brasil e no exterior; na PLEPE, contribui para um posicionamento estratégico internacional e foca na melhoria da qualidade de vida em nosso país; no PDI, é uma forma de elevar os índices de excelência da instituição, bem como proporcionar que os alunos transitem por um mundo globalizado. Essas justificativas refletem diferentes racionalidades da internacionalização – pedagógica, estratégica e performativa – que coexistem e, por vezes, se tensionam na narrativa institucional.

No que se refere à concepção de internacionalização nos RGs, destacamos a relação entre internacionalização e mobilidade, uma vez que, nos quatro relatórios (2020, 2021, 2022 e

2023), sugere-se verificar o índice de internacionalização institucional por meio do número de intercâmbios, sendo o IFSP origem ou destino (Figura 10). Esse dado nos leva a inferir, como apontado por Luce, Fagundes e González Mediel (2016), uma face predominante da mobilidade em detrimento de outras formas de internacionalização.

Figura 10 - Índice de Internacionalização IFSP

3.3 Índice de Internacionalização (IndI) % – Polaridade: Maior melhor					
Fórmula do indicador					
$\text{IndI} = \left(\frac{\text{Intercâmbios internacionais enviados e recebidos (a)}}{\text{Intercâmbios internacionais enviados e recebidos (a-1)}} - 1 \right) \times 100$					
2018	2019	2020	2021	2022	2023
46,2	447,4	-96,6 ¹	150,0 ¹	400,0	-12,00

* Valor retificado em razão de falha identificada na metodologia de apuração.

Fonte: Brasil (2024a, p. 53)

Partindo do pressuposto de que as práticas são o efeito de fazer algo – ou seja, a ação, execução e realização de um planejamento, observamos, a seguir, as práticas de internacionalização previstas nos documentos do IFSP, apresentadas nos Quadros 6 e 7. No primeiro, destacam-se as ações de internacionalização dos documentos de diretrizes (PI, PLEPE e PDI), enquanto no segundo, reunimos as ações descritas nos documentos de saída (Relatórios de Gestão 2020, 2021, 2022 e 2023).

Vejamos as ações de internacionalização na PI, na PLEPE e PDI no Quadro 6.

Quadro 6 - Ações de internacionalização PI, PLEPE e PDI

Ações de internacionalização PI	Ações de internacionalização PLEPE	Ações de internacionalização PDI
Estabelece-se que as ações de internacionalização devem ser desenvolvidas por cada campus a partir da definição de um cronograma de ações de internacionalização considerando seu estágio de implantação, contexto e possibilidades, bem como adequando-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP.	Proposição de que se efetue ações linguísticas voltadas à melhoria da proficiência em diferentes idiomas, ampliando o acesso a línguas adicionais e suas culturas, nas diversas variantes, por parte de servidores e discentes.	Destaca-se como ações de internacionalização no documento: planejamento estratégico para internacionalização, criação de uma política de internacionalização, criação de uma política linguística.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2019a, 2019b, 2022b, grifos nossos).

No que se refere às ações de internacionalização da PI, PLEPE e PDI (Quadro 6), notamos que nas portarias da PI e da PLEPE há poucas ações explicitamente enunciadas, o que pode ser compreendido como uma característica do gênero *portaria* – voltado mais à definição de diretrizes e orientações gerais do que propriamente à proposição de ações operacionais. No PDI, por sua vez, as ações de internacionalização também aparecem de modo incipiente, o que chama atenção, considerando que se trata de um documento de caráter estratégico, no qual se esperaria encontrar proposições mais concretas e abrangentes relativas às ações institucionais – incluindo as ações e metas de internacionalização.

Na PI, a ação de internacionalização mais claramente formulada é a proposição de um cronograma de ações a ser elaborado por cada *campus*, conforme o estágio de implementação, o contexto e as possibilidades locais, devendo ainda estar articulado ao PDI do IFSP. Essas ações devem considerar os objetivos e diretrizes da PI (Quadro 7), fundamentados na proposta do Conselho Americano de Educação (ACE), para uma internacionalização baseada em visão estratégica, currículo e aprendizagem, estrutura organizacional, apoio docente, mobilidade estudantil, colaboração e parcerias. A seguir, apresentamos o Quadro 7, no qual constam os objetivos da PI:

Quadro 7 - Objetivos de Internacionalização Portaria Política de Internacionalização (PI)

Objetivo 1. Sensibilizar a comunidade acadêmica para os benefícios da internacionalização no processo educacional;
Objetivo 2. Aumentar a visibilidade nacional e internacional do IFSP;
Objetivo 3. Estabelecer áreas prioritárias para busca de parcerias internacionais;
Objetivo 4. Ampliar os processos de cooperação, aumentando o número de projetos de ensino, pesquisa e extensão em colaboração internacional;
Objetivo 5. Aumentar a produção científica em periódicos de circulação internacional e em colaboração internacional;
Objetivo 6. Incrementar programas de mobilidade internacional;
Objetivo 7. Aumentar a atração de alunos, docentes e pesquisadores estrangeiros;
Objetivo 8. Incentivar o estabelecimento de acordos de dupla diplomação;
Objetivo 9. Promover a internacionalização do currículo;
Objetivo 10. Oferecer disciplinas em inglês na graduação e pós-graduação;
Objetivo 11. Proporcionar formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente em inglês, e em língua portuguesa para estrangeiros.
Objetivo 12. Estimular atividades de relações internacionais sintonizadas como princípio da educação como um bem público, garantido pela Constituição, que estabelece educação pública, gratuita e de qualidade;
Objetivo 13. Institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal no âmbito do IFSP de maneira que as discussões permeiem, além da cooperação e mobilidade, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, extensão e gestão administrativa.
Objetivo 14. Realizar cursos e oficinas para a qualificação das equipes que integram o sistema de relações internacionais do IFSP;
Objetivo 15. Fomentar os ecossistemas de empreendedorismo e inovação.

Fonte: Brasil (2019a, s.p.).

No caso da PLEPE, explicita-se que, considerando a Política de Internacionalização, são necessárias ações linguísticas voltadas à melhoria da proficiência em diferentes idiomas, ampliando o acesso a línguas adicionais e suas culturas, nas diversas variantes, por parte de servidores e discentes. Tal diretriz reforça o papel das línguas estrangeiras como elemento constitutivo da internacionalização, conforme discutido nesta pesquisa (Azevedo; Silva Júnior; Catani, 2015), e evidencia a relevância da ampliação do acesso a esse capital cultural simbólico (Bourdieu, 2013) como dimensão da democratização do conhecimento.

No PDI, destacam-se como ações de internacionalização, o planejamento estratégico de ações, a criação de uma política de internacionalização e a criação de uma política linguística, que, assim como proposto na PI, devem alinhar-se aos indicadores do ACE: visão estratégica, currículo e aprendizagem, estrutura organizacional, apoio docente, mobilidade, colaboração e parceria.

Em relação às ações de internacionalização registradas nos Relatórios de Gestão (Quadro 8), observamos que, nos anos de 2020 (Brasil, 2021) e 2021 (Brasil, 2022c), as ações são apresentadas de forma menos detalhada se comparadas às dos relatórios de 2022 (Brasil, 2023) e 2023 (Brasil, 2024a). Tal diferença pode ser atribuída ao contexto da pandemia da COVID-19, que redirecionou a força de trabalho institucional para outras demandas urgentes, como o ensino remoto e a reorganização das atividades administrativas e pedagógicas. Nos Relatórios de 2022 e 2023, contudo, notamos um olhar mais atento e diversificado para o processo de internacionalização institucional, conforme é possível identificar a seguir:

Quadro 8 - Ações de internacionalização RG 2020, 2021, 2022 e 2023

Ações de internacionalização RG 2020	Aprimorar a internacionalização do IFSP.
Ações de internacionalização RG 2021	Aprimorar a internacionalização do IFSP.
Ações de internacionalização RG 2022	Contratação de professor visitante para atuar nos programas de pós-graduação do IFSP, tradução de página dos programas para o inglês, incentivo às ações de internacionalização nos programas de pós-graduação, promoção da cooperação técnica e científica internacional, ampliação das atividades de internacionalização em articulação com as demandas acadêmicas da pós-graduação, incentivo à produção e publicação de pesquisas em revistas internacionais, implementação de estratégias para integrar-se mais intensamente as redes internacionais de pesquisa, apresentação de informações aos gestores dos programas quanto a importância da internacionalização dos programas stricto sensu, divulgação de chamadas CAPES para participação em editais de bolsa pesquisador estrangeiro, discussão sobre internacionalização e extensão em eventos do IFSP, Intercambio de servidores a Toronto e Montreal, oportunidades de competições internacionais para alunos do Ensino Médio, curso de Português como Língua de Acolhimento.
Ações de internacionalização RG 2023	Mobilidade (in e out), trânsito de professor visitantes, oferta de cursos de idiomas via plataforma online, centros de línguas e intercâmbios virtuais, captação de recursos para internacionalização, participação em competições acadêmicas e tecnológicas internacionais e acordos internacionais.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2021, 2022c, 2023,2024a).

No RG 2022, são destacadas ações como a contratação de professor visitante para a pós-graduação, a tradução de sites de programas para o inglês, a ampliação das atividades de internacionalização vinculadas à pós-graduação, além de ações de extensão, intercâmbios para servidores, competições internacionais para alunos do ensino médio e oferta de cursos de português como língua de acolhimento e língua adicional. É possível notar uma ênfase de ações voltadas para a pós-graduação, mas também há ações para alunos do ensino médio e para servidores.

Já o RG 2023, embora apresente visualmente menos ações, traz iniciativas mais articuladas à realidade institucional, refletindo um acesso mais amplo e equilibrado à internacionalização, menos concentrado em um único segmento. Entre as ações, destacam-se: mobilidade (*in e out*), trânsito de professores visitantes, oferta de cursos de idiomas em plataformas *online*, criação de centros de línguas e intercâmbios virtuais, captação de recursos para internacionalização, participação em competições acadêmicas e tecnológicas internacionais e acordos de cooperação internacional.

Na linha do tempo apresentada a seguir (Figura 11), sintetizamos a forma como compreendemos as ações de internacionalização nos Relatórios de Gestão:

Figura 11 - Linha do tempo: ações de internacionalização

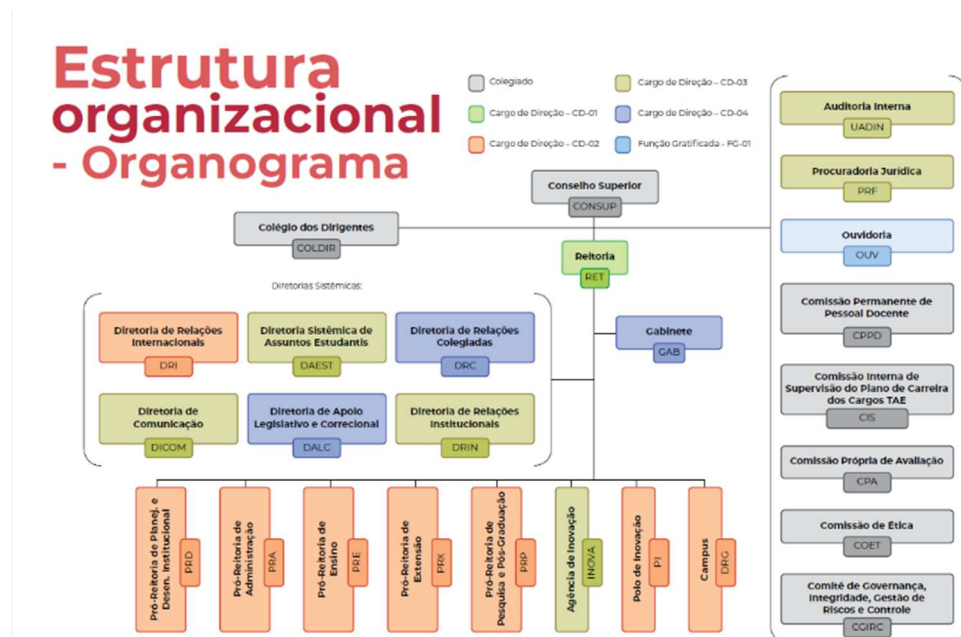
Fonte: Elaboração própria.

Ainda em relação ao Relatório de Gestão de 2023, destacamos a vinculação da Coordenadoria de Relações Internacionais (ARINTER) do IFSP à Pró-Reitoria de Extensão, que passa a ser denominada Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. O relatório apresenta dados estatísticos sobre essa realocação, evidenciando que o número de intercâmbios aumentou 528,5% e o de contratos firmados 100%, além de registrar o Programa de Ensino de Idiomas, que alcançou cerca de 3.500 interessados, entre estudantes e servidores.

Esse movimento revela não apenas um maior espaço e visibilidade para a dimensão cultural, mas também um olhar ampliado para a diversidade linguística, a mobilidade de estudantes e servidores, e a acolhida de migrantes e refugiados. Em conjunto, esses elementos indicam uma compreensão mais democrática e situada da internacionalização, voltada à valorização da pluralidade e à inserção social da instituição.

Entendemos, assim, a justificativa institucional de aproximar a internacionalização da extensão como uma tentativa estratégica de conciliar o local e o global, tanto no âmbito da comunidade interna quanto da comunidade externa. No entanto, essa realocação pode gerar desequilíbrio na articulação entre internacionalização, ensino e pesquisa, além de reduzir a abrangência do escritório responsável pela coordenação das ações internacionais. Na Figura 12, apresentamos a alocação da ARINTER antes de passar para o setor de extensão.

Figura 12 - Organograma Instituto Federal de São Paulo (IFSP)



Fonte: Brasil (2023, p. 15).

Diante do exposto, compreendemos que há concepções de internacionalização em curso no IFSP e que existem pontos de contato entre elas. Contudo, não observamos uma orientação conceitual articulada – ao menos quando considerados, em conjunto, os documentos analisados – que seja capaz de orientar de forma mais institucionalizada o processo de internacionalização.

Embora, assim como Buckner e Stein (2020), reconheçamos que não exista uma única ou *melhor* abordagem de internacionalização, é necessário empreender esforços coletivos e criticamente informados para compreender o fenômeno em sua complexidade, de modo a promover formas de agir mais contextualizadas e coerentes com a missão institucional do IFSP.

Considerando as abordagens de internacionalização mais difundidas na literatura e discutidas nesta pesquisa, podemos identificar, ao menos, quatro perspectivas principais:

i) A proposta de Knight (2004, 2020), que compreende a internacionalização como um processo de integração das dimensões internacional, intercultural e global à educação (particularmente no contexto do ensino superior);

ii) A proposta de Hudzik (2011), que conceitua a internacionalização abrangente como um compromisso institucional, confirmado pela ação de infundir perspectivas internacionais e comparativas em todo o ensino, a pesquisa e a extensão;

iii) A proposta de Beelen e Jones (2015), que discute a internacionalização em casa, voltada à incorporação de dimensões internacionais nos currículos formais e informais; e

iv) A proposta de internacionalização transfronteiriça, entendida como aquela que envolve o cruzamento de fronteiras nacionais, amplamente debatida por diferentes autores como: Knight (2004,2020) e Luce, Fagundes e González Mediel (2016).

Dentre essas perspectivas, a que mais se destaca nos documentos do IFSP é a de *internacionalização abrangente*, proposta por Hudzik (2011) e utilizada pelo *American Council on Education* (ACE). Essa ênfase pode estar relacionada à ampla difusão dessa concepção em associações de referência na área, como a NAFSA.

Por outro lado, a perspectiva de *internacionalização em casa*, que poderia contribuir para ampliar o envolvimento de diferentes atores institucionais no processo de internacionalização – mostrando-se particularmente relevante para o contexto do IFSP – aparece de forma muito incipiente ou praticamente ausente nos documentos analisados. Já a *internacionalização transfronteiriça* ganha destaque entre as demais formas de internacionalizar, configurando-se, segundo os registros analisados, como o principal critério utilizado para medir a internacionalização no IFSP.

O conceito de *internacionalização abrangente* utilizado pelo ACE, em sua atuação de assessoria a instituições de ensino superior, aparece de forma explícita na Política de Internacionalização (PI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) do IFSP. Para o ACE (s.d., p. 1):

Internacionalização abrangente [é] uma estrutura estratégica e coordenada que integra políticas, programas, iniciativas e indivíduos para tornar as faculdades e universidades mais orientadas globalmente e conectadas internacionalmente. A fim de promover um envolvimento global sustentável e justo, o modelo de internacionalização abrangente abraça uma mentalidade de crescimento organizacional. Enquadra a internacionalização como um processo contínuo, e não como um objetivo estático. Para esse fim, reconhece que todos os constituintes de uma faculdade ou universidade - estudantes, professores e funcionários - são aprendizes e são fundamentais para a transformação equitativa e intercultural da instituição.

Essa concepção teórica aparece, em maior ou menor grau, nos documentos analisados, mas não se evidencia de modo consistente como um propósito institucional. Ademais, ao adotar a concepção de internacionalização abrangente proposta pelo ACE, é fundamental que a instituição vá além da superficialidade discursiva e aprofunde o debate, reinterpretando tal concepção à luz de sua própria realidade histórica, política e social.

Reafirmamos, assim, que o IFSP possui uma orientação conceitual que direciona esforços e recursos para ações de internacionalização institucional, geralmente associadas à mobilidade acadêmica, à transferência de tecnologia, ao empreendedorismo, às parcerias internacionais, à dupla diplomação, às missões institucionais, à troca de conhecimentos e ao

posicionamento estratégico global. Contudo, os registros dessas ações ainda se revelam fragmentados e pouco sistematizados, o que as torna menos evidentes e menos integradas nos documentos institucionais.

É importante considerar que, para além da internacionalização como visão estratégica, curricular ou organizacional – envolvendo estrutura institucional, apoio docente, mobilidade e parcerias, a proposta de internacionalização abrangente do ACE enfatiza uma internacionalização para todos, articulando o local e o global e promovendo uma formação orientada pela diversidade, pela equidade e pela justiça social. O *American Council on Education* (ACE) defende que:

Reconhece-se a grande importância da internacionalização no país – todos os estudantes merecem ter acesso a uma educação global que os prepare para uma força de trabalho contemporânea e diversificada. Cultiva-se, assim, uma internacionalização anticolonial, antirracista e inclusiva, tanto global quanto localmente (ACE, s.d., p. 2).

Diante disso, é pertinente nos perguntarmos, como propõem Beck e Ilieva (2019 *apud* Souza, 2022, p. 14): “Quais são os valores educacionais que moldam as práticas de internacionalização e que ideologias e discursos influenciam nossas razões para internacionalizar?”

Os documentos analisados apontam para a apropriação de discursos dominantes sobre internacionalização, que tendem a reproduzir formas despolitizadas e deshistoricizadas de concebê-la. De acordo com Buckner e Stein (2020, p. 2, tradução nossa³¹):

O principal efeito dessa abordagem é que a internacionalização é enquadrada como apolítica e amplamente dissociada de discussões mais amplas sobre desigualdades históricas ou geopolíticas, responsabilidades éticas e possibilidades alternativas de engajamento com e através da diferença.

Assim, para além das definições teóricas, aspectos práticos relacionados à estrutura institucional – como a localização do escritório de internacionalização, o planejamento de suas ações e os critérios utilizados para definir e medir o que conta como internacionalização – precisam ser repensados, pois refletem como o processo é concebido e priorizado na instituição. É essencial que essas escolhas estejam alinhadas ao projeto político-pedagógico e aos princípios que orientam a missão social do IFSP.

³¹ The major effect of this approach is that internationalization is framed as apolitical and largely divorced from broader discussions of historical or geopolitical inequalities, ethical responsibilities, and alternative possibilities for engaging with and across difference (Buckner; Stein, 2020, p. 2).

À luz da Linguística Aplicada Crítica, entendida como um campo comprometido em compreender e intervir nas práticas sociais situadas (Moita Lopes, 2006), propomos o desenvolvimento de uma reflexão coletiva, cooperativa e contextualizada, que permita ao IFSP construir uma definição própria e compartilhada do que se entende por internacionalização. A partir dessa concepção, é preciso pensar na sistematização das informações relacionadas ao tema, de modo que cada documento institucional apresente uma seção ou subseção dedicada à internacionalização.

Essa medida pode contribuir para alinhar e tornar coerentes as diretrizes e ações previstas, configurando uma proposta de revisão documental que fortaleça a consolidação e a promoção da internacionalização institucional – não apenas para aqueles diretamente envolvidos com o tema, mas para toda a comunidade do IFSP.

No que se refere à segunda pergunta de pesquisa: *De que forma o princípio da verticalização é considerado no processo de internacionalização da instituição?*, utilizamos como indicadores de leitura dos documentos que compõem o *corpus* deste trabalho os termos *internacionalização* e *verticalização*.

Ressaltamos que, nesta pesquisa, o princípio da verticalização não é compreendido em seu sentido mais comumente difundido, isto é, como algo que expressa uma hierarquia vertical – de baixo para cima ou de cima para baixo –, nem como mero oposto de horizontalidade. Ao contrário, reconhecemos o princípio como um conceito complexo e multifacetado, e não pretendemos esgotar todas as suas possíveis interpretações no contexto dos Institutos Federais. Delimitamos, portanto, nossa análise à sua manifestação na oferta de ensino, pesquisa e extensão em diferentes níveis de escolaridade – da educação básica à superior, constituindo-se como uma parte da identidade do IF/IFSP.

Constatamos que o termo *verticalização* aparece de modo pouco recorrente nos documentos analisados e, em nenhuma das ocorrências, está diretamente associado à internacionalização. No entanto, é possível inferir a presença desse princípio a partir de outros elementos, como o público-alvo, as intenções e as proposições das ações de internacionalização apresentadas nos textos institucionais – seja por meio dos objetivos apresentados, das concepções de internacionalização formuladas ou das ações descritas.

Na Política de Internacionalização (PI), por exemplo, são explicitados objetivos de internacionalização (Quadro 9), voltados para alunos da graduação, da pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos, havendo ainda menções genéricas a alunos/discentes, sem especificação de nível. Observamos, portanto, que, embora o foco explícito recaia sobre o público do ensino superior, outros segmentos institucionais também são contemplados, tanto

da comunidade interna quanto da comunidade externa do IFSP. Além disso, os eixos de ensino, pesquisa e extensão aparecem mencionados no documento, o que reforça a presença, ainda que implícita, do princípio da verticalização na concepção de internacionalização delineada, como é possível observar nos destaques do Quadro 9:

Quadro 9 - Objetivos de Internacionalização Portaria de Internacionalização (PI) (destaque público-alvo)

Objetivo 1. Sensibilizar a comunidade acadêmica para os benefícios da internacionalização no processo educacional;
Objetivo 2. Aumentar a visibilidade nacional e internacional do IFSP;
Objetivo 3. Estabelecer áreas prioritárias para busca de parcerias internacionais;
Objetivo 4. Ampliar os processos de cooperação, aumentando o número de projetos de ensino, pesquisa e extensão em colaboração internacional;
Objetivo 5. Aumentar a produção científica em periódicos de circulação internacional e em colaboração internacional;
Objetivo 6. Incrementar programas de mobilidade internacional;
Objetivo 7. Aumentar a atração de alunos, docentes e pesquisadores estrangeiros;
Objetivo 8. Incentivar o estabelecimento de acordos de dupla diplomação;
Objetivo 9. Promover a internacionalização do currículo;
Objetivo 10. Oferecer disciplinas em inglês na graduação e pós-graduação;
Objetivo 11. Proporcionar formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente em inglês, e em língua portuguesa para estrangeiros.
Objetivo 12. Estimular atividades de relações internacionais sintonizadas como princípio da educação como um bem público, garantido pela Constituição, que estabelece educação pública, gratuita e de qualidade;
Objetivo 13. Institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal no âmbito do IFSP de maneira que as discussões permeiem, além da cooperação e mobilidade, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação, extensão e gestão administrativa.
Objetivo 14. Realizar cursos e oficinas para a qualificação das equipes que integram o sistema de relações internacionais do IFSP;
Objetivo 15. Fomentar os ecossistemas de empreendedorismo e inovação.

Fonte: Brasil (2019a, s.p., grifos nossos).

Na PLEPE, estabelece-se uma relação direta entre internacionalização e ensino superior. Alunos, de modo geral, e servidores são mencionados como público-alvo de ações linguísticas, embora não apareçam vinculados diretamente às ações de internacionalização. Quando o documento menciona a promoção da aprendizagem de línguas estrangeiras com foco na internacionalização, não explicita o público-alvo dessas ações, como ilustramos nos exemplos apresentados a seguir (destaque no Quadro 10):

Quadro 10 - Exemplos PLEPE

Exemplo 1: internacionalização de conhecimentos é uma das maiores intenções das Instituições de Ensino Superior atualmente.
Exemplo 2: a necessidade de ações e políticas linguísticas visando à melhoria da proficiência em diferentes idiomas, ampliando o acesso a idiomas adicionais e suas culturas nas suas diversas variantes para servidores e discentes.
Exemplo 3: promoção da aprendizagem de línguas estrangeiras como uma ferramenta indispensável ao bom desenvolvimento de programas de mobilidade e internacionalização do IFSP.

Fonte: Brasil (2019b, s.p., grifos nossos).

Também notamos a presença da dimensão da verticalização vinculada à tríade ensino, pesquisa e extensão, como lemos no exemplo a seguir (destaque Quadro 11):

Quadro 11 - Exemplo PLEPE

Exemplo 1: A Política Linguísticas de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) é um documento norteador, que estabelece princípios e diretrizes relacionados ao planejamento, desenvolvimento e implementação de ações de ensino, pesquisa e extensão para a área de línguas, compreendidos de forma indissociável, contribuindo para o seu fortalecimento, para o cumprimento da missão institucional e para a efetivação do processo de internacionalização do IFSP.
--

Fonte: Brasil (2019b, s.p., grifos nossos).

No PDI, apesar da menção a alunos, professores e técnicos administrativos relacionados a ações de internacionalização, destacamos o discurso de internacionalização na/para a educação pós-secundária. Notamos, ainda, como o IFSP se reconhece, nesse documento, como uma Instituição de Ensino Superior, como vemos no exemplo a seguir (destaque Quadro 12):

Quadro 12 - Exemplo PDI

Exemplo 1: É nesse contexto que se torna premente a Internacionalização do IFSP, pois uma IES não se torna de classe mundial por desejo próprio.
--

Fonte: Brasil (2022b, p. 222, grifos nossos).

O termo *verticalização*, por sua vez, aparece algumas vezes no documento de forma geral, ora considerando os diferentes níveis de ensino, ora considerando a tríade ensino, pesquisa e extensão. No entanto, não aparece diretamente na seção do documento dedicada à internacionalização.

Nos RGs, no caso de 2020 e 2021, não se explicita público-alvo das ações de internacionalização. O termo verticalização aparece uma única vez no documento, de forma genérica e voltado apenas ao ensino, porém não aparece relacionado à internacionalização.

No caso do RG 2022, faz-se menção explícita a alunos da pós-graduação, do ensino médio e servidores, mas com ênfase em alunos da pós-graduação (destaque Quadro 13):

Quadro 13 - Ações de internacionalização RG 2020, 2021, 2022 e 2023 (destaque público-alvo)

Ações de internacionalização RG 2020	Aprimorar a internacionalização do IFSP.
Ações de internacionalização RG 2021	Aprimorar a internacionalização do IFSP.
Ações de internacionalização RG 2022	Contratação de professor visitante para atuar nos programas de pós-graduação do IFSP, tradução de página dos programas para o inglês, incentivo às ações de internacionalização nos programas de pós-graduação, promoção da cooperação técnica e científica internacional, ampliação das atividades de internacionalização em articulação com as demandas acadêmicas da pós-graduação, incentivo à produção e publicação de pesquisas em revistas internacionais, implementação de estratégias para integrar-se mais intensamente as redes internacionais de pesquisa, apresentação de informações aos gestores dos programas quanto a importância da internacionalização dos programas <i>stricto sensu</i> , divulgação de chamadas CAPES para participação em editais de bolsa pesquisador estrangeiro, discussão sobre internacionalização e extensão em eventos do IFSP, Intercambio de servidores a Toronto e Montreal, oportunidades de competições internacionais para alunos do Ensino Médio, curso de Português como Língua de Acolhimento.
Ações de internacionalização RG 2023	Mobilidade (in e out), trânsito de professor visitantes, oferta de cursos de idiomas via plataforma online, centros de línguas e intercâmbios virtuais, captação de recursos para internacionalização, participação em competições acadêmicas e tecnológicas internacionais e acordos internacionais.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2021, 2022c, 2023, 2024a, grifos nossos).

O termo verticalização é explicitado uma única vez no documento, demarcando a verticalização como uma característica da instituição, mas ainda sem aprofundamento e sem relação com o processo de internacionalização.

Podemos, no entanto, inferir uma relação entre o princípio da verticalização institucional e o processo de internacionalização da instituição. Por um lado, por considerar o público das ações de internacionalização tanto alunos da educação básica, quanto do ensino superior – ainda que com foco na pós-graduação – e, por outro, pela menção à tríade ensino-pesquisa-extensão – ainda que com maior ênfase na pesquisa (destaque Quadro 13).

No RG 2023, assim como no RG 2022, mencionam-se alunos do ensino médio, superior e servidores como público-alvo das ações de internacionalização, no entanto, com menos ênfase em determinado público. No que diz respeito ao termo verticalização, ele aparece duas vezes no documento, novamente, sem aprofundamento e sem relação direta com internacionalização. Inferimos, contudo, o princípio da verticalização relacionado a ações que consideramos como público-alvo diferentes níveis de ensino.

Compreendemos, dessa forma, que o princípio da verticalização relacionado à internacionalização nos documentos que compõem o *corpus* da pesquisa aparece de maneira

implícita e inconstante, podendo, majoritariamente, ser apenas inferido e não confirmado. Em certa medida, a ausência de reconhecimento do princípio de verticalização no processo de internacionalização pode indicar uma crise identitária que leva, por vezes, o IFSP a identificar-se apenas como uma IES, como notamos no Quadro 10, exemplo 1.

Considerando os documentos analisados, é possível identificar que o discurso de internacionalização no IFSP está muito vinculado à educação pós-secundária, pois, ainda que haja mobilizações para ações de internacionalização a alunos de outros níveis de ensino, há um predomínio discursivo de ações para a graduação e pós-graduação. Alunos dos cursos profissionais sequer são mencionados nos documentos analisados.

Nesse sentido, cabe salientar que os IFs, em geral, e o IFSP, em particular, não são/é apenas uma instituição de ensino pós-secundária, mas uma instituição de ensino pensada e construída para a oferta de educação básica, profissional e superior, com vista à democratização do conhecimento e transformação social.

Assim, se é intenção do IFSP basear-se na proposta de internacionalização abrangente, é preciso que o faça com a responsabilidade e a profundidade que a instituição e a institucionalização da internacionalização requerem, garantindo o reconhecimento dos IFs e do IFSP como um modelo de educação único no país (Pacheco, 2010), e não o igualando, sem as reflexões necessárias, às instituições de ensino superior. Assim, alicerçando-nos em Buckner e Stein (2020) enfatizamos a necessidade de o IFSP reconhecer suas especificidades, repensando a reprodução de discursos dominantes e esvaziados de vida institucional.

É preciso, nesse sentido, olhar para a missão e a identidade dos Institutos Federais e do IFSP que, construídos a partir do princípio da verticalização, prezam pela democratização do conhecimento e pela transformação social da comunidade local, considerando sua inserção nos contextos regional, nacional e global. Nessa perspectiva, concordamos com Pacheco (2010, p. 26), cuja reflexão, já apresentada anteriormente, é retomada a seguir, dada sua relevância para o desenvolvimento deste trabalho:

Os Institutos Federais, com uma proposta singular de organização e gestão, no diálogo com as realidades regional e local e em sintonia com o global, costuram o tecido de uma rede social capaz de gerar, em resposta às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, arranjos e tecnologias educacionais próprios. Vislumbra-se que se constituam um marco nas políticas educacionais no Brasil, pois desvelam um projeto de nação que se pretende social e economicamente mais justa. Na esquina do tempo, essas instituições podem representar o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento.

Dessa forma, entendemos que pensar a internacionalização a partir do princípio da verticalização implica reconhecer a singularidade epistemológica e política dos Institutos Federais e, ao mesmo tempo, revisitar os sentidos de internacionalização produzidos no âmbito da educação superior.

Se consideramos internacionalização a partir da perspectiva abrangente (Hudzik, 2011), como um processo de integração da dimensão internacional, intercultural e global (Knight, 2004, 2020), como internacionalização *em casa* ou como internacionalização transfronteiriça (Beelen, Jones, 2015; Knight, 2004, 2020), no âmbito do IFSP, essa internacionalização precisa ser verticalizada, envolvendo alunos da educação básica, profissional e superior – além de técnicos administrativos e docentes – por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Essa escolha pode demonstrar a maturidade do IFSP frente a discursos dominantes relacionados a realidades completamente diferentes da encontrada nos IFs.

Portanto, enfatizamos a importância e o simbolismo de se olhar para os IFs, em geral, e para o IFSP, em particular, considerando as possibilidades que sua singularidade pode representar no curso da história da instituição e do país.

Vale lembrar, ainda, que compreendemos que os ideais de internacionalização voltados a justiça social, equidade, compartilhamento de conhecimento em escala local e global, bem como os ideais dos IFs, não são excludentes, pelo contrário, complementam-se. Nesse sentido, é preciso apenas um olhar crítico e responsável no empenho de alinhamento de propósitos que devem transparecer nas materialidades de seus documentos.

Realizadas as considerações acerca da primeira e da segunda perguntas que orientam este trabalho, passamos às reflexões relativas à terceira questão de pesquisa, a saber: *Quais demandas linguísticas e culturais referentes à internacionalização são identificadas nos documentos institucionais?* Para respondê-la, adotamos como indicadores de busca os termos *língua/idioma* e *cultura/interculturalidade*.

Os conceitos centrais dessa terceira questão – língua e cultura – são compreendidos, nesta pesquisa, como dimensões indissociáveis (Paiva, 2018), que se manifestam como práticas sociais e discursivas capazes de promover experiências de interculturalidade (Guimarães; Silva, 2020).

No que diz respeito à PI, para além do português como língua estrangeira, menciona-se explicitamente apenas a língua inglesa, deixando em aberto o espaço para outras línguas, mas não as mencionando. Notamos, nesse sentido, a valorização do inglês em detrimento de quaisquer outras línguas, como já observado por Stefani e Gregolin (2022). No Quadro 14, a seguir, apresentamos alguns excertos que exemplificam a afirmação:

Quadro 14 - Exemplos PI

Exemplo 1: Proporcionar formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente em inglês, e em língua portuguesa para estrangeiros.
Exemplo 2: Desenvolver e manter um sítio eletrônico e material de divulgação em inglês (se possível também em outras línguas) para auxiliar na atração de parceiros internacionais
Exemplo 3: Oferecer disciplinas em inglês (e em outra língua estrangeira se for o caso) na graduação e na pós-graduação através das coordenações de cursos para permitir que alunos estrangeiros não falantes de português estudem no IFSP e, dessa forma, contribuir para a criação de um ambiente internacional e intercultural nos próprios campi (conhecido como internacionalização em casa);
Exemplo 4: Traduzir os conteúdos das disciplinas, inclusive as suas ementas, para o inglês (e em outra língua estrangeira se for o caso).
Exemplo 5: Expandir os cursos de idiomas para a comunidade acadêmica incrementando o número de alunos, os níveis e a variedade de idiomas (com prioridade para o inglês).

Fonte: Brasil (2019a, s.p. grifos nossos).

A única menção que se faz a partir do termo língua/idioma sem relação explícita com o inglês é quando se propõe a criação de um centro de línguas, como apresentamos no exemplo a seguir (Quadro 15):

Quadro 15 - Exemplo PI

Exemplo 1: Implantar o Centro de Línguas com espaço físico específico e suporte de servidores técnico-administrativos, bem como de bolsistas.

Fonte: Brasil (2019a, s.p.).

No que tange à perspectiva cultural no documento, a única menção que se faz do termo é a apresentada no Quadro 14, exemplo 3, que relaciona interculturalidade à projeção de uma disciplina ofertada em inglês, com a presença de alunos estrangeiros, não falantes de português, no *campus*, propiciando, assim, segundo o documento, um ambiente intercultural. Destacamos, ainda, que a isso chamam *internacionalização em casa*.

Notamos, assim, que nesse documento prevalece uma visão monolíngue, em que o inglês é a língua dominante, o que, conseqüentemente, favorece uma visão restrita de cultura/interculturalidade, seja em relação ao local, regional, nacional ou global.

Por outro lado, na PLEPE, vinculando língua ao conceito de internacionalização, considera-se a importância de Políticas Linguísticas atreladas ao ensino, à pesquisa e à extensão, a partir de uma perspectiva que se aproxima do plurilinguismo, ainda que não faça menção explícita a línguas não coloniais.

Nesse documento, a língua é vista como instrumento de empoderamento dos sujeitos e inserção social. Enfatiza-se a diversidade linguística, a pluralidade das línguas (maternas e não maternas) e demarca-se o espaço da língua portuguesa, da Libras, do espanhol e do inglês no

currículo. Demonstra-se, também, atenção à proficiência linguística e a testes de proficiência, conforme exposto no Quadro 16:

Quadro 16 - Exemplos PLEPE

Exemplo 1: A Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) é um documento norteador, que estabelece princípios e diretrizes relacionados ao planejamento, desenvolvimento e implementação de ações de ensino, pesquisa e extensão para a área de línguas, compreendidos de forma indissociável, contribuindo para o seu fortalecimento, para o cumprimento da missão institucional e para a efetivação do processo de internacionalização do IFSP.
Exemplo 2: Esta Política considera a heterogeneidade da língua, o contexto social do aluno e sua sócio historicidade, a multiplicidade de saberes e valores implicados no ensino e aprendizagem de línguas, a interdisciplinaridade e o multilinguismo, promovendo a diversidade que caracteriza os institutos federais, bem como o respeito à singularidade de cada sujeito e de cada comunidade linguística.
Exemplo 3: contribuir com o cumprimento da missão institucional, o que pressupõe a compreensão da língua como instrumento de empoderamento dos sujeitos e de inclusão social;
Exemplo 4: Assumir o compromisso com a diversidade linguística, tanto no que tange ao plurilinguismo constitutivo de cada língua em particular, quanto no que se refere à pluralidade das línguas (maternas e não maternas) que compõem a nossa oferta formativa, de forma a demarcar pelo menos o espaço da língua português, da Libras, do espanhol e do inglês nos currículos;
Exemplo 5: A importância do ensino e da aprendizagem de língua materna e não materna como instrumento de empoderamento do sujeito, que lhe possibilita transitar por diferentes esferas sociais e viabiliza o acesso a diversas culturas;
Exemplo 6: A pertinência de uma abordagem inter/trans/multidisciplinar da língua atrelada aos seus contextos de uso.

Fonte: Brasil (2019b, s.p., grifos nossos).

No que se refere à perspectiva cultural no documento, menciona-se a relação entre línguas e culturas, sendo a língua uma forma de acesso a diferentes culturas (Quadro 16, exemplo 5). Além disso, faz-se um apelo à valorização intercultural (Quadro 17):

Quadro 17 - Exemplo PLEPE

Exemplo 1: Busca de valorização das relações interculturais, da inclusão social e do respeito à diversidade sociolinguística.

Fonte: Brasil (2019b, s.p.).

No PDI, por sua vez, na seção dedicada à internacionalização, menciona-se apenas a criação de uma Política Linguística, mas não se faz nenhuma menção explícita a perspectivas de língua ou ao ensino de línguas. No documento, em sua integridade, há menção a centros de línguas, cursos de extensão com foco em línguas e curso regulares de línguas (licenciaturas) ou disciplinas de línguas na grade curricular do ensino médio, mas, de modo geral, são ações mais pontuais relacionadas a cada *campus*, não como um propósito de internacionalização institucional.

Contudo, chama a atenção no documento, ainda que enfatizando a Política de EaD, o curso e-Tec Idiomas Sem Fronteiras, caracterizado como um curso de extensão híbrido com atividades presenciais e *online*, voltado ao ensino de idiomas para a comunidade interna e externa do IFSP, presente em 11 *campi*. No documento, não há mais detalhes do programa e da oferta além das informações aqui apresentadas.

Sobre a perspectiva cultural, no documento, especificamente na seção de internacionalização, menciona-se a importância do diálogo entre culturas e da compreensão das diferenças, mas principalmente considerando a relação internacional entre países (Quadro 18):

Quadro 18 - Exemplo PDI

Exemplo 1: Pois torna-se essencial conhecer experiências de outros países, buscando o diálogo entre culturas, permitindo a compreensão das diferenças, a troca de conhecimentos e o estímulo à solidariedade e à cultura da paz.

Fonte: Brasil (2022b, p. 222, grifos nossos).

No RG 2020, não depreendemos nenhuma perspectiva linguística no documento, seja considerando-o integralmente ou apenas no que diz respeito à internacionalização. No que se refere a perspectivas culturais, há apenas informações sobre eventos culturais, ou projetos de incentivo à cultura, mas nada relacionado à internacionalização.

No RG 2021, no que diz respeito às perspectivas linguísticas, ainda que não relacionado diretamente à internacionalização (ou à ARINTER), menciona-se um curso de Inteligência Artificial (IA) ministrado em inglês por professores do IFSP (Brasil) e do *Santa Fe College* (Estados Unidos) a alunos das duas instituições. No que tange a perspectivas culturais, não há informações relacionadas à internacionalização; o que consta no documento são informações, majoritariamente, sobre eventos culturais ou projetos de incentivo à cultura.

No RG 2022, no que se refere às perspectivas linguísticas relacionadas à internacionalização, mencionam-se, explicitamente, um curso de imersão linguística em língua inglesa e francesa para servidores no Canadá; um curso virtual autoinstrucional de inglês e espanhol para estudantes de graduação, ofertados por meio da plataforma *Altíssia*; ações de divulgação da língua portuguesa e apoio a refugiados e hispano falantes, realizadas por meio da oferta de cursos online de língua portuguesa, além de exames de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros, refugiados e migrantes que tenham realizado os cursos online.

No que diz respeito às perspectivas culturais, a única menção explícita relacionada à internacionalização refere-se ao período de intercâmbio de servidores no Canadá, em que se frisa que, além das aulas diárias, os servidores puderam participar de atividades culturais em

diferentes locais da cidade. Para além disso, no documento em geral, mencionam-se atividades culturais realizadas pelos *campi*, como mostras culturais.

No RG 2023, sobre as perspectivas linguísticas, consta a continuidade dos exames de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros, refugiados e migrantes; aparecem também, acompanhadas de números, a oferta de cursos de línguas pela plataforma *Altíssia*, que alcançou 1500 estudantes, a oferta de línguas pelos Centros de Línguas, que alcançou 700 estudantes, e os intercâmbios virtuais, que contaram com 300 estudantes. Nesse documento, diferentemente dos demais, há uma seção para *idiomas*, na qual constam as informações acima. No entanto, não há dados do nível de escolaridade dos alunos participantes das ações, tampouco quantos Centros de Línguas estiveram envolvidos na oferta ou ainda quais línguas foram ofertadas.

No que tange às perspectivas culturais, podemos inferir uma ênfase na relação entre extensão e cultura a partir da incorporação do termo *cultura* à *Pró-Reitoria de Extensão*, que passa a ser denominada *Pró-Reitoria de Extensão e Cultura*, à qual a ARINTER passa a integrar. Nesse âmbito, enfatiza-se a importância da cultura para o país, para o povo e para sua emancipação; ademais, relacionam-se acordos internacionais à ampliação do repertório cultural, conforme é possível observar no seguinte excerto:

O início de 2023 trouxe consigo mudanças significativas na Pró-Reitoria de Extensão (PRX), entre elas a inclusão do termo “Cultura” na nomenclatura do setor, que agora é chamado de Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Essa escolha não só reflete a importância política da Cultura para o país, para o povo e para sua emancipação, mas também reconhece a necessidade de um espaço dedicado especificamente a esse tema, com responsabilidade de promovê-lo. Acredita-se que não é possível haver Educação sem Cultura. Além disso, a mudança no nome da Pró-Reitoria também foi motivada pela inclusão da Assessoria de Relações Internacionais (Arinter), visando valorizar a diversidade linguística, a mobilidade de estudantes e servidores, assim como a acolhida de imigrantes e refugiados (Brasil, 2024a, p. 80).

Ainda que não componha o recorte de documentos propostos nesta pesquisa, julgamos pertinente citar a Resolução que regulamenta os centros de línguas, uma vez que se trata de um documento mencionado por outros documentos como sendo estratégico para a internacionalização institucional. Nesse sentido, enfatizamos que esse documento foi criado antes da portaria de internacionalização e da portaria linguística, em 2016, o que nos faz pensar que língua sempre ocupou um lugar de centralidade para se pensar internacionalização na instituição, embora, dentre os 41 *campi* do IFSP, ainda sejam poucos os que contam com centros de línguas institucionalizados.

No que se refere especificamente à Resolução, não observamos, nesse documento, concepções de língua ou cultura, tampouco se faz menção explícita ao ensino de uma ou outra

língua. Ainda assim, podemos constatar, nas entrelinhas, que, no documento, se pressupõe uma relação entre língua, cultura e aspectos sociais, conforme é possível identificar no Quadro 19:

Quadro 19 - Resolução CeLin

Exemplo 1: incentivar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão ligados à temática das línguas estrangeiras e maternas, bem como dos aspectos culturais e sociais intrínsecos às línguas.

Fonte: Brasil (2017, p. 4, grifos nossos).

A ausência de concepções explícitas de língua e cultura na Resolução do CeLin pode, por um lado, representar uma tentativa de neutralidade em relação às diversas posturas teórico-práticas, o que nos impossibilita de refletir, a partir desse documento, sobre perspectivas hegemônicas, não-hegemônicas e contra-hegemônicas (Oregioni, 2017), mas, por outro, pode representar uma tentativa de ampliar as possibilidades de ofertas de línguas de acordo com diferentes contextos.

Ao observar os documentos de maneira conjunta e analítica, é possível identificar dissonâncias significativas quanto ao lugar ocupado pela língua e cultura/interculturalidade na perspectiva institucional de internacionalização. O exemplo mais evidente é a relação – ou a ausência dela – entre a PI e a PLEPE, documentos que deveriam, necessariamente, dialogar entre si, mas que em pouco ou nada se articulam, como já apontado por Stefani e Gregolin (2022).

Enquanto a PI apresenta uma visão monolíngue, centrada no inglês como língua de prestígio, a PLEPE propõe uma abordagem relativamente mais plurilíngue, ainda que restrita às línguas coloniais. Essa discrepância revela, à luz de Bourdieu (1996; 2013), a persistência de uma lógica de dominação linguística, em que determinadas línguas – especialmente o inglês – funcionam como capital simbólico valorizado e legitimador das práticas de internacionalização.

A mesma assimetria se observa na abordagem da cultura/interculturalidade. Na PI, a noção de interculturalidade é limitada, associada apenas à oferta de disciplinas em inglês para alunos estrangeiros. Já na PLEPE, a cultura surge em diálogo com o contexto social e histórico dos sujeitos, evocando o respeito à singularidade e o reconhecimento da língua como meio de acesso a outras formas de conhecimento.

Nessa diferença, identificamos as tensões descritas por Rodrigues e Silvestre (2020) e Walsh (2009 *apud* Rodrigues e Silvestre, 2020) entre uma interculturalidade funcional, que se

faz esvaziada e apenas acomoda o outro, e uma interculturalidade crítica, comprometida com o questionamento das hierarquias e com a valorização das diferenças.

Considerando que esses documentos são direcionadores institucionais e, portanto, configuram concepções e práticas de internacionalização, torna-se imprescindível revê-los, como apontam Stefani e Gregolin (2022). Tal revisão, em consonância com Paiva e Viana (2017), implica buscar um equilíbrio entre a apropriação e o questionamento das línguas-culturas dominantes, de modo que a internacionalização deixe de reproduzir desigualdades simbólicas e passe a promover acesso equitativo ao conhecimento.

Assim, PI e PLEPE devem ser complementares e coerentes com os ideais institucionais de democratização do conhecimento e transformação social, “adequando o conceito de internacionalização para o contexto brasileiro [...] especialmente no que se refere às questões de inclusão, decolonialidade, solidariedade, plurilinguismo e políticas integradoras” (Stefani; Gregolin, 2022, p. 175).

No que se refere ao PDI e aos Relatórios de Gestão, nota-se o reconhecimento gradual do lugar da língua e da cultura no processo de internacionalização. Contudo, essa presença ainda se manifesta de forma difusa e descontínua, sem configurar uma política institucional integrada e alinhada.

Observamos, de forma geral, que o discurso institucional oscila entre tendências hegemônicas, marcadas por uma visão instrumental e globalizante da língua e da cultura, e movimentos contra-hegemônicos, nos quais se delineiam práticas mais plurilíngues, inclusivas e sensíveis ao contexto, conforme Guimarães e Silva (2022) e Oregioni (2017).

Dessa forma, assim como no contexto geral dos IFs, o IFSP ainda é marcado por perspectivas linguísticas e culturais hegemônicas, centradas em tendências dominantes, como evidencia-se mais objetivamente na PI; não-hegêmônicas, marcadas por uma relação de reconhecimento regional e trabalho cooperativo, como vê-se na PLEPE; e contra-hegemônicas, quando se encontram elementos diferentes das tendências dominantes, como também se evidencia na PLEPE. “Em outros termos, as PLI estão associadas à perspectiva crítica encapsulada no pensamento moderno/colonial/capitalista” (Guimarães; Silva, 2022, p. 51).

Nesse sentido, entendemos como demandas linguísticas e culturais do IFSP:

- i) a revisão dos documentos de diretrizes, PI e PLEPE, que devem ser atualizados no que diz respeito à concepção de língua e cultura com vista a perspectivas decoloniais e não-hegemônicas;

- ii) práticas linguísticas que considerem o princípio da verticalização do IFSP, de modo a aproveitar essa singularidade institucional para potencializar o acesso à aprendizagem significativa de línguas;
- iii) o mapeamento linguístico dos atores sociais do IFSP, a fim de compreender, com maior exatidão, as demandas linguísticas e culturais inerentes ao contexto da coleta e, assim, oferecer cursos mais constantes e direcionados a essas demandas; e
- iv) o mapeamento das ofertas de cursos de línguas, a fim de que se possa relacionar oferta e demanda linguística e cultural no âmbito da instituição, com intenção de fortalecer essa relação.

Nesse caminho, vislumbramos a ampliação de práticas linguísticas e culturais democráticas que fortaleçam a interculturalidade crítica (Walsh, 2009 *apud* Rodrigues e Silvestre, 2020) e a inclusão, e minimizem a exclusão de grupos historicamente marginalizados.

O IFSP pode representar, nesse sentido, um espaço de democratização do capital linguístico e cultural, oferecendo novas oportunidades de inserção social mediadas pelo acesso a línguas estrangeiras e à pluralidade cultural como práticas sociais.

Dessa forma, reafirmamos que língua e cultura são dimensões estruturantes do processo de internacionalização e, sob a ótica da Linguística Aplicada Crítica (Moita Lopes, 2006), pensar suas funções implica reconhecer as práticas linguísticas como práticas sociais situadas, permeadas por ideologias, relações de poder e disputas por legitimidade. Olhar para os atores institucionais do IFSP e reconhecer suas fortalezas e fragilidades linguísticas e culturais é compreender como a internacionalização pode se converter em instrumento de inclusão e justiça social, reafirmando o compromisso ético-político da educação pública com a transformação da vida em sociedade.

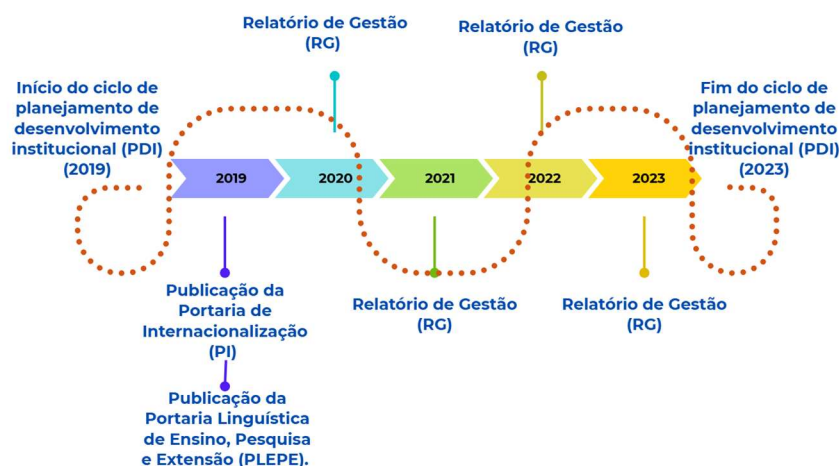
A partir das discussões empreendidas por meio das perguntas de pesquisa, enfatizamos a seguir nossa interpretação sobre o conjunto do *corpus*.

3.2 Uma leitura panorâmica de documentos institucionais do IFSP que se vinculam à internacionalização

Enquanto na seção anterior tratamos, de forma isolada, a leitura e interpretação dos documentos institucionais do IFSP relacionados à internacionalização, nesta seção, propomos a realizar uma discussão conjunta e panorâmica desses documentos, no sentido de

compartilhar a forma como compreendemos os registros de internacionalização no âmbito do IFSP, englobando, então: a Política de Internacionalização, a Política Linguística, o Plano de Desenvolvimento Institucional e os Relatórios de Gestão, que compreendem o ciclo institucional (2019-2023), como indica a linha do tempo a seguir:

Figura 13 - Linha do tempo: recorte temporal dos documentos selecionados para a pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

No que se refere à concepção de internacionalização presente nos documentos e institucionalmente apresentada pelo IFSP, considerando não apenas a definição explicitada, mas também a interpretação do conjunto de documentos analisados, compreendemos que a internacionalização na instituição se encontra em processo de construção. Nesse movimento, observamos que a narrativa institucional, em certa medida, aproxima-se de discursos hegemônicos e assimilativos difundidos por associações de referência na área, como a NAFSA (Buckner; Stein, 2020). Tal aproximação tende a atenuar as dimensões histórica e política do processo de internacionalização do IFSP, cuja configuração apresenta especificidades que não podem ser plenamente compreendidas a partir de referenciais oriundos do Norte global.

A aproximação com associações internacionais *per se* não representa um problema, tampouco compartilhar concepções de internacionalização por elas enfatizadas, como a de internacionalização abrangente (Hudzik, 2011; ACE, s.d.). O problema, contudo, recai sobre a assimilação, por vezes, descontextualizada dessas concepções. Olhar para o Brasil e para os Institutos Federais, em especial o IFSP, requer falar de múltiplas realidades e desigualdades, que se desconsideradas podem gerar maiores assimetrias sociais – distanciando-se da missão institucional de democratização do acesso ao conhecimento e à transformação social. Nesse sentido, é urgente reconhecer, a partir, ou independentemente, da perspectiva de

internacionalização em que se baseie o IFSP, os contornos que moldam essa instituição, partindo sempre do pressuposto de que internacionalização é uma forma de conhecimento e, portanto, uma forma simbólica de poder.

Nesse sentido, enfatizamos a relevância de se olhar para o IFSP como uma instituição verticalizada, que oferta ensino, pesquisa e extensão em diferentes níveis de escolaridade, da educação básica à superior, o que requer ainda mais responsabilidade por parte da gestão institucional de não reproduzir – como foi feito em alguns documentos analisados – discursos vinculados à educação superior, uma vez que as principais reflexões sobre o tema nascem, se desenvolvem e preponderam-se nesse contexto (Beelen; Jones, 2015; Hudzik, 2011; Knight, 2004, 2020). Daí a proposta de adaptação da definição de Knight (2004, 2020) nesta pesquisa como “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação” (Knight, 2004, *apud* Knight, 2020, p. 24), abarcando a educação de modo geral e não apenas a educação superior. Essa é apenas uma das adaptações possíveis, não se configurando nem como a mais correta, nem como a melhor (Buckner; Stein, 2020), podendo outras concepções serem (re)contextualizadas, situadas, considerando-se a dimensão sócio-histórico-política do IFSP.

Essa (re)contextualização também deve perpassar aspectos linguísticos e culturais para que fortaleçam tanto a concepção de internacionalização do IFSP, quanto sua identidade verticalizada, realinhando o que se entende por língua e cultura no âmbito da instituição. Isso porque, por ora, o que vemos são tensões conceituais que atravessam todos os documentos, seja por meio de orientações conceituais ou de práticas de internacionalização que apontam tanto para uma internacionalização hegemônica, quanto contra-hegemônica (Oregioni, 2017); que tanto favorecem propostas de internacionalização intercultural funcional, esvaziadas, deshistoricizadas e despolitizadas, como abrem margem para uma internacionalização intercultural crítica que considera as relações com o outro e com as diferenças, reconhecendo as relações de poder que nos circunscrevem (Walsh, 2009 *apud* Rodrigues e Silvestre, 2020).

Diante, por vezes, da ausência de diálogo e de alinhamento teórico, conceitual e identitário entre os documentos analisados, reconhecemos que eles se configuram, em alguma medida, como produções de caráter formal e administrativo, ainda que não possamos generalizar tal leitura para a totalidade dos textos. Essa tendência dá sinais de mudanças – principalmente nos documentos do final do ciclo (2023), que contemplam mais atores institucionais e práticas mais situadas.

Nesse sentido, enfatizamos que o que vemos, panoramicamente, é uma internacionalização em construção, mas ainda fragmentada e, em alguns momentos,

descontextualizada conceitual e identitariamente, o que aponta para a necessidade de revisão dos documentos da instituição frente a sua proposta de internacionalização, de modo a repensar não só o que conta como internacionalização (Buckner; Stein, 2020), mas o que significa propor internacionalização no âmbito do IFSP.

Tendo em vista o exposto, abrimos espaço, na seção a seguir, para a discussão dos efeitos teórico-práticos propostos em um movimento de gestão engajada e comprometida com o processo de internacionalização do IFSP. Além disso, compartilhamos dados já publicados de documentos do novo ciclo institucional (2024-2028).

4. DA TEORIA À PRÁTICA: MOVIMENTOS DE UMA GESTÃO ENGAJADA E COMPROMETIDA

Desde o início deste trabalho, nos propusemos a olhar para o processo de internacionalização no IFSP a partir de seus documentos institucionais, buscando compreender e problematizar as concepções e práticas institucionais à luz de teorias contemporâneas com vista a contribuir, futuramente, para suas revisões.

Contudo, essas revisões aconteceram ainda durante a escrita desta tese, em um movimento estratégico da gestão da internacionalização do IFSP, que se engajou na revisão de documentos institucionais, repensando, entre outros aspectos, a concepção de internacionalização institucional, o princípio da verticalização e o lugar das línguas e da cultura no IFSP, temas caros a nossa pesquisa e à realidade contextual da instituição.

A mobilização do coordenador geral de internacionalização do IFSP se deu a partir da proposição de uma comissão para revisão e atualização de documentos relacionados à internacionalização do IFSP, o que pôde viabilizar soluções para dissonâncias apontadas em documentos que compõe o *corpus* desta tese, a saber: revisão da Política de Internacionalização, da Política Linguística de Ensino Pesquisa e Extensão e da Resolução que regulamenta os Centros Línguas.

Nesse movimento, foram convidados membros da ARINTER do grupo de gestão, dos representantes de cada *campus* e eu também pude participar, por estar desenvolvendo pesquisa sobre o tema. A revisão dos documentos foi realizada de forma cooperativa, por gestores de internacionalização, docentes e técnicos administrativos interessados em refletir sobre o processo de internacionalização do IFSP. Cada membro da equipe, a partir dos documentos em vigor e de suas experiências e perspectivas, pôde fazer contribuições diretas na redação da proposta do novo documento que, posteriormente, era lido e compartilhado com o grupo para discussões, ajustes e aprimoramentos, em reuniões semanais síncronas, de aproximadamente 2 horas de duração. Em exercício de ação e reflexão teórico-prática colaborativo e intenso, esse grupo de trabalho permaneceu em exercício durante, aproximadamente, 12 semanas. Após esses encontros, os documentos foram novamente revisados pelos gestores de internacionalização e levados à outras instâncias para aprovação e, posteriormente, para publicação. A portaria de nomeação do grupo de trabalho está disponível no ANEXO A.

Apesar de os documentos ainda não terem sido aprovados em todas as instâncias, retomamos o cerne das perguntas de pesquisa deste trabalho para apontar algumas atualizações propostas na revisão dos documentos.

No que diz respeito à concepção de internacionalização³², a revisão do documento apresenta a internacionalização do IFSP como:

Um movimento de democratização do conhecimento em nível local, regional, nacional e internacional desde a educação básica até a educação superior, considerando o diálogo entre a comunidade acadêmica e não acadêmica, a partir de ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, englobando ações locais com perspectivas internacionais, ações de internacionalização em casa e de internacionalização transfronteiriça, orientadas pelo respeito e pela solidariedade intercultural e plurilinguística com vista à justiça social e à sustentabilidade global (Brasil, em tramitação, grifos nossos).³³

A nova proposta de definição de internacionalização do IFSP demarca a responsabilidade crítica de compreender a identidade da instituição, englobando demandas contextuais de uma internacionalização que se pretende abrangente, justa e sustentável, social, cultural e linguisticamente, tanto local, quanto globalmente. Buscou-se, a partir de diferentes abordagens de internacionalização, o estabelecimento de diálogo contextualmente situado e coerente entre os documentos revisados.

No que tange à verticalização, a nova versão dos documentos deixa clara a identidade do IFSP como uma instituição que oferta educação básica (ensino médio integrado e ensino profissionalizante) e superior (graduação e pós-graduação), e enfatiza a importância de ensino, pesquisa e extensão em todos esses níveis de escolaridade, como transparece na proposta de definição de internacionalização da instituição e em outros espaços do documento, afastando-se do discurso errôneo que outrora circulava e apresentava o IFSP apenas como uma IES.

Assim, enfatizamos:

A organização pedagógica verticalizada, [que oferta ensino, pesquisa e extensão] da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado (Pacheco, 2010, p. 13).

No que se refere aos aspectos linguísticos e culturais, a revisão dos documentos aponta para o alinhamento entre a Portaria de Internacionalização e a Portaria Linguística, considerando a necessidade de pensar em língua e cultura a partir da perspectiva intercultural,

³² Essa concepção de internacionalização integra a primeira versão do documento, a qual ainda se encontra em análise, estando, portanto, sujeita a modificações até sua publicação oficial.

³³ Definição de internacionalização proposta pelo grupo de trabalho que compõe a portaria de revisão da Portaria de Internacionalização do IFSP (ANEXO A).

plurilinguística e com vista à justiça social. Ponderamos que as dissonâncias entre a PI e a PLEPE, que apontamos nesta pesquisa, já haviam sido apontadas por Stefani e Gregolin (2022).

Essa nova forma situada de olhar para os aspectos linguísticos e culturais aproxima-se das perspectivas críticas, seja a partir de estudos no âmbito da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2006; Pennycook 2006; Rajagopalan, 2006) ou da interculturalidade (Walsh, 2001 *apud* Rodrigues; Silvestre, 2020), movimentos que compreendem que as práticas sociais são atravessadas por aspectos sócio-histórico-políticos que se constroem a partir de identidades, relações de poder e formas de participação.

Além desse movimento para revisão dos documentos supracitados, notamos ainda uma nova postura em documentos do atual ciclo institucional do IFSP, demarcado pelo PDI (2024-2028) (Brasil, 2024b), que inicialmente não fazia parte de nosso recorte temporal, mas merece ser mencionado neste trabalho pelas mudanças já apresentadas, principalmente no que diz respeito às ações de internacionalização.

No PDI 2024-2028, assim como no PDI 2019-2023, há uma seção destinada à internacionalização. Em ambos os documentos, aponta-se para uma tentativa de internacionalização alinhada à proposta teórica de internacionalização abrangente, no primeiro documento segundo às seis dimensões do *American Council on Education*, e, no segundo, a partir da perspectiva de Hudzik (2011).

Quadro 20 - Internacionalização abrangente PDI (2019-2023)

Exemplo 1: Visão Estratégica; currículo e Aprendizado; Estrutura Organizacional; Apoio ao Docente; Mobilidade; e, Colaboração e Parceria envolvendo estudantes, docentes e técnicos-administrativos.

Fonte: Brasil (2019c, p. 223).

Quadro 21- Internacionalização abrangente PDI (2024-2028)

Exemplo 2: Pensar em um modelo de internacionalização desde uma perspectiva abrangente, é também desenvolver formas de integração dos saberes e pessoas. É encontrar mecanismos para o envolvimento de sujeitos, de conectar ações às práticas institucionais, e de mensurar o impacto gerado pelo trabalho desenvolvido.

Fonte: Brasil (2024b, p. 169)

No entanto, no documento mais recente, é possível notar maior empenho em desenvolver e apresentar o que se entende por internacionalização abrangente, contribuindo para a compreensão de leitores não familiarizados com o tema e, conseqüentemente, oportunizando que façam parte desse processo. Notamos ênfase na expectativa de envolvimento dos sujeitos no processo de internacionalização, de conectar ações às práticas institucionais – de forma situada – e de mensurar os impactos gerados pelo trabalho desenvolvido.

Outro dado relevante é que, embora no PDI 2024-2028 não haja menção explícita ao princípio da verticalização, na seção de internacionalização, a atual versão do documento desvincula o IFSP da crise identitária de tratar a instituição como uma IES, como aparecia mais de uma vez no PDI 2019-2023, que apenas reforçava pressupostos dominantes de internacionalização, sem engajamento em transcender definições dominantes para adequá-las à realidade contextual (Buckner; Stein, 2020).

Por fim, a mudança mais emblemática apresentada no PDI 2024-2028 diz respeito às ações de internacionalização, quase ausentes no PDI 2019-2023. No novo documento apresentam-se como ações de internacionalização as listas apresentadas nos Quadros 22, 23, 24, 25 e 26.

Quadro 22 - Ações de internacionalização PDI (2024-2028)

Intercâmbio de conhecimento cultural

- Incremento de 100% em oportunidades de mobilidade estudantil para atividades nas instituições internacionais parceiras;
- Aumento de 50% no número de estudantes de outros países em atividades de mobilidade acadêmica nas dependências do IFSP;
- Incremento de 100% em mobilidade de servidores para atividades de formação, colaboração ou cooperação acadêmica no exterior;
- Aumento de 50% no número de pesquisadores internacional para desenvolvimento de atividades nas dependências do IFSP;
- Incremento de 100% no número de acordos de cooperação com instituições de outros países.

Fonte: Brasil (2024b, p. 170).

Quadro 23 - Ações de internacionalização PDI (2024-2028)

Incremento do ensino de línguas estrangeiras

- Implementação de Centros de Língua implantado no IFSP em, pelo menos, 10 campi do IFSP;
- Maior articulação entre as ações da ARINTER e dos Centros de Língua;
- Ampliar a diversidade de idiomas incrementados por campi por meio da articulação com o Programa de Qualificação Profissional e Cidadã;
- Aumento de 150% no número de pessoas atendidas, por ano, no IFSP;
- Realização de 15 testes de proficiência, por ano, dentro das dependências institucionais;
- Institucionalização efetiva dos Centros de Língua;
- Institucionalização de cursos de Extensão vinculados ao Ensino de Português como Língua Adicional (PLA);
- Institucionalização de certificação de proficiência de estrangeiros(as), imigrantes e refugiados(as);
- Criar políticas inclusivas que viabilizem o acolhimento, a formação e a integração de imigrantes e refugiados.

Fonte: Brasil (2024b, p. 170).

Quadro 24 - Ações de internacionalização PDI (2024-2028)

Estruturação organizacional e financeira

- Destinação de orçamento específico para as ações de internacionalização institucional;
- Captação de recursos externos.

Fonte: Brasil (2024b, p. 170-171).

Quadro 25 - Ações de internacionalização PDI (2024-2028)

<p>2.5.7.4 Participação em missões e eventos internacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação em 5 eventos de gestão da internacionalização no país (grupo Forinter, Faubai, Coimbra, AULP) por ano; • Participação em 4 eventos internacionais relacionados com a gestão da internacionalização (NAFSA, AIEE, Going Global) por ano; • Pelo menos 2 missões de prospecção e captação de parcerias internacionais.
--

Fonte: Brasil (2024b, p. 171).

Quadro 26 - Ações de internacionalização PDI (2024-2028)

<p>Promoção da internacionalização dentro da comunidade acadêmica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de encontros semestrais com membros da comunidade acadêmica para identificação de possibilidade de desenvolvimento de ações internacionais; • Desenvolvimento de 5 atividades colaborativas tais como pesquisas, atividades extensionistas e projetos de ensino com a participação de colaboradores internacionais por ano.
--

Fonte: Brasil (2024b, p. 171).

Sobre o Quadro 22, em que se lista as ações de intercâmbio e conhecimento cultural, observamos ênfase quantitativa, explicitada pelo aumento em porcentagem do número de mobilidades acadêmicas, sendo o IFSP origem ou destino, contemplando estudantes, servidores e pesquisadores internacionais. Por sua vez, o aspecto cultural fica subentendido nas relações de troca entre nações: Brasil → outros países; outros países → Brasil, como se viajar gerasse automaticamente aprendizagem intercultural (Buckner; Stein, 2020). Nesse ponto, é preciso retomar as discussões sobre interculturalidade, que não deve ser entendida na perspectiva funcional, ou seja, de forma plástica e retórica, mas em sua perspectiva crítica e situada (Walsh, 2001 *apud* Rodrigues; Silvestre, 2020).

No que se refere ao Quadro 23, no qual são apresentadas ações de ensino de línguas, destaca-se a institucionalização de 10 novos centros de línguas, a proposta de maior articulação entre a ARINTER e os centros de línguas, a oferta de 15 testes de proficiência (não se menciona o público, a língua e/ou o objetivo do teste), a institucionalização de cursos de extensão de português como língua adicional e a oferta de certificação de proficiência para migrantes e refugiados, além de políticas de acolhimento a esse público. Esses planos apontam para uma proposta de internacionalização que contempla tanto a comunidade acadêmica quanto a não acadêmica do IFSP.

No Quadro 24, propõem-se ações de organização financeira, com previsão de orçamento específico para internacionalização, sem detalhes, e captação de recursos externos. No Quadro 25, menciona-se a participação em eventos acadêmicos relevantes para a pasta da internacionalização. São mencionados eventos nacionais (Forinter, Faubai, Coimbra, AULP) e internacionais (NAFSA, AIEE, Going Global) – mas sem acenos para eventos mais locais,

inclusive que poderiam ser propostos pelo IFSP – além de missões para prospecção de parcerias internacionais.

Por fim, no Quadro 26, pontuam-se ações de internacionalização que englobam a comunidade acadêmica, tanto a partir de encontros semestrais para identificar possibilidades de ações internacionais, quanto para desenvolvimento de projetos internacionais colaborativos no eixo do ensino, da pesquisa e da extensão. Aspecto que merece ser destacado, pois demonstra uma compreensão de internacionalização que não está dada, mas que se constrói como prática social em movimento (Pennycook, 2006) e não como um dado estático.

Diante do exposto, reconhecemos, então, a importância do engajamento da gestão ao repensar o processo de internacionalização institucional observando tanto aspectos teóricos quanto contextuais da instituição, reforçando uma nova concepção de internacionalização, reconhecendo a instituição em sua singularidade e propondo práticas que contribuam para uma internacionalização mais justa e democrática, alinhada à missão da instituição de transformação social.

No entanto, apesar das novas práticas já implementadas no âmbito da internacionalização, é preciso problematizar o que o IFSP reconhece como tal. Ainda prevalece ênfase excessivamente técnica e quantitativa, expressa tanto nos números das propostas de ações de internacionalização para o novo ciclo institucional, quanto no índice de internacionalização da instituição, que – como demonstra o RG 2024 (Brasil, 2025) – continua sendo avaliado única e exclusivamente pelo número de intercâmbios internacionais.

Tal perspectiva soa quase como um contrassenso, já que o próprio relatório reconhece e aponta como ações de internacionalização realizadas pela instituição: mobilidade (*in e out*); oferta de cursos de idiomas via plataforma *online*; criação de centros de línguas e realização de intercâmbios virtuais; captação de recursos para internacionalização; participação em competições acadêmicas e tecnológicas internacionais; e celebração de acordos internacionais.

Nesse sentido, é preciso, talvez, distanciar-se de proposições já institucionalizadas e amplamente aceitas e difundidas – que não raras vezes reproduzem padrões de desigualdades locais e globais (Buckner; Stein, 2020) – e buscar diálogos com a realidade contextual, principalmente no caso do IFSP, cuja heterogeneidade decorre de sua própria natureza multicampi.

A possibilidade de analisar documentos e de participar de seu processo de revisão evidencia a potencialidade da relação entre teoria e prática. Embora não seja possível afirmar, sem margem a dúvidas, as contribuições desta tese para a revisão dos documentos, é possível

afirmar as contribuições de participar da equipe responsável por esse processo no âmbito desta pesquisa.

Nesse sentido, na próxima seção, a partir das leituras sobre internacionalização, das análises realizadas e dos resultados obtidos no decorrer desta pesquisa, apontamos algumas lacunas do trabalho, sugerimos algumas reflexões e alguns encaminhamentos que podem contribuir para a construção contínua que pode e deve ser o processo de internacionalização do IFSP.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS³⁴

Nesta seção, retomamos as perguntas que orientaram esta pesquisa, apresentando uma síntese das análises realizadas, suas limitações e os encaminhamentos propostos. Buscamos, assim, reafirmar a importância de compreender a internacionalização do IFSP como um processo em construção, socialmente situado e comprometido com a democratização do conhecimento e a transformação social

5.1 Síntese das reflexões da pesquisa

Este trabalho constituiu-se, a cada linha escrita, como um exercício de aprendizagem e, também, como um desafio. Por um lado, pela novidade do tema em minha trajetória como professora-pesquisadora; por outro, pela responsabilidade de discuti-lo teoricamente, metodologicamente e humanamente, sem perder de vista a singularidade da instituição que representa o contexto desta pesquisa e seu potencial de transformação social.

Nesse sentido, buscamos, por meio de uma pesquisa qualitativa (Chizzotti, 2000, 2014) e interpretativista (Moita Lopes, 1994) de base documental, demonstrar a importância de olhar para os documentos institucionais como práticas sociais, e não apenas como atos formais e administrativos.

A escolha da bibliografia que fundamenta esta tese também foi cuidadosamente pensada. Iniciar a discussão pela globalização, a partir de autores como Bauman (1999) e Santos (2000), permitiu compreendê-la como um processo inevitável e desigual, mas que pode assumir rumos distintos – sobre os quais é preciso refletir. Nesse percurso, optamos por discutir a internacionalização, entendida como fenômeno intrinsecamente relacionado à globalização, mas passível de ressignificação. Trabalhamos com Beelen e Jones (2015), Hudzik (2011), Knight (2004, 2020), entre outros autores, para abordar diferentes concepções de internacionalização e, ao fim, reconhecemos que, mais importante do que a definição *per se*, é a construção de uma concepção contextualmente situada (Buckner; Stein, 2020).

Propusemo-nos, assim, a pensar a identidade do IFSP a partir do princípio da verticalização, enfatizando que não se trata apenas de uma instituição de ensino superior, mas de uma proposta educacional singular no Brasil, que articula ensino, pesquisa e extensão em diferentes níveis de escolaridade – da educação básica ao ensino superior. Considerando que

³⁴ Algumas partes desta seção serão escritas em primeira pessoa – quando, como autora do trabalho, compartilho perspectivas mais pessoais.

línguas e culturas se relacionam de maneira indissociável (Paiva, 2018), discutimos sua essencialidade no processo de internacionalização e a necessidade de compreendê-las como capital cultural e simbólico (Bourdieu, 2013), capaz de representar tanto acesso quanto exclusão a determinados espaços. Destacamos, ainda, a relevância de abordá-las sob uma perspectiva intercultural e crítica (Walsh, 2001 *apud* Rodrigues; Silvestre, 2020), orientada por aspirações decoloniais.

Inserido nessas vertentes críticas, este trabalho situa-se no campo da Linguística Aplicada Crítica, que reconhece que estamos inseridos em práticas sociais permeadas por ideologias, relações de poder e disputas por legitimidade (Moita Lopes, 2006; Rajagopalan, 2003).

Nesse cenário teórico e metodológico, propusemo-nos a refletir sobre três perguntas orientadoras desta pesquisa:

1. Quais concepções e práticas de internacionalização estão presentes nos documentos institucionais do IFSP?
2. De que forma o princípio da verticalização é considerado no processo de internacionalização da instituição?
3. Quais demandas linguísticas e culturais referentes à internacionalização são identificadas nos documentos institucionais?

No que diz respeito à primeira pergunta, constatamos que há concepções de internacionalização que permeiam os documentos analisados; contudo, ainda apresentadas de forma fragmentada e pouco sistematizada. Por um lado, notamos tentativas de aproximação entre a perspectiva de internacionalização do IFSP e a noção de *internacionalização abrangente* (Hudzik, 2011), adotada pelo ACE; por outro, persiste uma visão fortemente vinculada ao discurso da mobilidade, evidenciada pela mensuração da internacionalização que se dá exclusivamente pelo número de intercâmbios realizados – sendo o IFSP origem ou destino.

Quanto às práticas, observamos que elas vêm se fortalecendo progressivamente nas ações institucionais. No entanto, continuam dispersas, sem regularidade ou continuidade entre os documentos. Faltam dados sistemáticos sobre as ações realizadas e, por vezes, elas são apresentadas sem serem nomeadas como *ações de internacionalização*.

Assim como Buckner e Stein (2020), reconhecemos que não há uma única ou melhor abordagem de internacionalização. Ainda assim, é imprescindível que o IFSP empreenda

esforços coletivos e criticamente informados para compreender esse processo em sua complexidade e alinhá-lo à sua missão institucional.

À luz da Linguística Aplicada Crítica, compreendida como um campo comprometido em compreender e intervir nas práticas sociais situadas (Moita Lopes, 2006), propomos o desenvolvimento de uma reflexão coletiva, cooperativa e contextualizada, que possibilite ao IFSP construir uma definição própria e compartilhada do que se entende por internacionalização.

Recomendamos, portanto, a criação de uma seção ou subseção específica de internacionalização nos documentos institucionais, na qual se explicita claramente a concepção que orienta as ações da instituição. Essa sistematização – organizada por recortes temporais, públicos-alvo, línguas envolvidas e parcerias estabelecidas – pode contribuir não apenas para a organização interna, mas também para o distanciamento de discursos hegemônicos (Buckner; Stein, 2020).

No que se refere à segunda pergunta, compreendemos que o princípio da verticalização, entendido como a integração entre ensino, pesquisa e extensão em diferentes níveis de escolaridade, tende a ser minimizado nos documentos analisados. A narrativa institucional de internacionalização, nesses documentos, ainda se vincula majoritariamente à educação pós-secundária, com predominância de ações voltadas à graduação e à pós-graduação.

Essa tendência evidencia uma crise de identidade institucional, em que o IFSP, muitas vezes, se apresenta apenas como uma IES. Ressaltamos, entretanto, que se trata de uma instituição de educação verticalizada, que articula diferentes níveis de ensino e, portanto, deve ser pensada em sua singularidade – característica que o constitui como um modelo único de educação no Brasil (Pacheco, 2010, 2015, 2020). É necessário, assim, que o IFSP assuma como responsabilidade institucional não reproduzir discursos dominantes centrados exclusivamente no ensino superior, mas afirmar-se em sua complexidade e missão social.

Em relação à terceira pergunta, observamos uma presença constante de ações linguísticas relacionadas ao processo de internacionalização institucional, mas com predomínio de uma abordagem quantitativa. As menções concentram-se no número de participantes das ofertas de cursos de línguas, sem detalhar quais línguas foram ofertadas, a quem se destinaram, qual foi a taxa de conclusão ou se atenderam às demandas do público.

Reconhecemos, portanto, a relevância das ações linguísticas e culturais realizadas, mas defendemos a urgência de um olhar qualitativo, crítico e decolonial (Walsh, 2001 *apud* Rodrigues; Silvestre, 2020; Moita Lopes, 2006; Rajagopalan, 2003), compreendendo as línguas como práticas sociais e políticas, e não apenas como instrumentos.

Assim como propõem Guimarães e Silva (2022) e Stefani e Gregolin (2022), sugerimos que os documentos institucionais sejam revisados periodicamente, orientados por uma lógica plurilíngue, decolonial e não-hegemônica, que reconheça o sujeito como ser sócio-histórico inserido em relações de poder. Tais perspectivas contribuem diretamente para a democratização do conhecimento e a transformação social.

Durante a escrita desta tese, averiguamos que alguns movimentos nesse sentido já vêm sendo propostos por meio de gestos engajados e comprometidos da gestão de internacionalização do IFSP – que vive, neste momento, um novo ciclo institucional, demarcado pelo PDI 2024-2028. Nesse contexto, a instituição passa a discutir, de forma cooperativa, a reorientação conceitual da internacionalização, a revisão da PI e da PLEPE e o reconhecimento identitário do IFSP como uma instituição verticalizada.

Esses movimentos podem representar deslocamentos em direção a uma internacionalização contra-hegemônica e decolonial, mais alinhada à missão institucional de democratização do conhecimento e transformação social. Por outro lado, ainda é possível identificar a permanência de discursos dominantes, que privilegiam abordagens técnicas e quantitativas em detrimento de perspectivas qualitativas – o que nos exige seguir refletindo, resistindo e insistindo, sem desconsiderar os avanços já alcançados.

Diante do exposto, na seção a seguir apresentamos as limitações e encaminhamentos desta pesquisa.

5.2 Limitações e sugestões de encaminhamentos

Reconhecemos que, para cada caminho trilhado em uma investigação, outros tantos permanecem por percorrer. Assim, assumimos as limitações desta pesquisa, considerando que, embora o registro documental seja uma fonte institucional relevante, a metodologia de base documental possui caráter estático, não captando a realidade à medida que novos acontecimentos surgem. As análises aqui apresentadas, portanto, configuram um recorte temporal e situado da realidade institucional.

Reconhecemos, ainda, que a escolha de outro *corpus* e período de análise poderia ter conduzido a resultados e interpretações diferentes.

Apesar dessas limitações, consideramos que as reflexões aqui empreendidas contribuem para o avanço de uma compreensão crítica e situada da internacionalização no IFSP. Essa discussão aproxima-se da perspectiva de Buckner e Stein (2020), que problematizam os

imperativos de internacionalização a partir de discursos dominantes, frequentemente despolitizados e deshistoricizadas, com pouca ênfase nas desigualdades e nas relações de poder.

Nesta tese, ao enfatizarmos a importância de olhar para o IFSP, buscamos problematizar questões convergentes. Nesse sentido, sem pretender definir o que conta como internacionalização, mas cientes de que há mudanças necessárias, engajamo-nos em uma reflexão humilde (Buckner; Stein, 2020) e contextualmente situada sobre pontos que consideramos fundamentais a serem revistos e aprimorados no processo de internacionalização do IFSP. Nesse sentido, sugerimos, a partir desta pesquisa, os seguintes encaminhamentos:

- Contextualizar a internacionalização – ancorar as ações em uma compreensão situada, que reconheça as especificidades do IFSP, suas desigualdades regionais e seus compromissos sociais. Internacionalizar, nesse sentido, não é adequar-se a padrões globais, mas projetar-se no mundo a partir da própria identidade, que deve ser (com)partilhada e reconhecida institucionalmente.
- Redimensionar o valor dos indicadores – passar de uma lógica centrada em resultados numéricos sobre mobilidades internacionais para outra que privilegie impactos humanos, formativos e comunitários. Os dados quantitativos podem apoiar o processo, mas não podem esgotar o sentido da internacionalização.
- Fortalecer o diálogo institucional – promover coerência entre os documentos institucionais (PI, PLEPE, PDI e Relatórios de Gestão), assegurando que expressem uma visão comum e contínua do processo de internacionalização, revisada coletivamente e sensível à diversidade dos *campi*.
- Reconhecer as línguas como capital cultural e político – compreender o ensino e a aprendizagem de línguas – hegemônicas e regionais – como práticas de acesso e participação social, e não apenas como requisitos instrumentais. Valorizar e apoiar experiências de internacionalização em casa e de intercâmbio virtual linguístico como ações legítimas de inserção global.
- Assumir a internacionalização como política pública de transformação – inserir o tema no centro das discussões sobre desenvolvimento humano, justiça social e democratização do conhecimento. Internacionalizar deve significar criar condições para que mais pessoas participem da produção e da circulação de saberes, não apenas atravessar fronteiras geográficas, mas ampliar fronteiras de possibilidades.

- Proporcionar maior visibilidade às ações de internacionalização desenvolvidas em cada *campus* e disponibilizar dados atualizados por meio de ferramenta interativa que qualquer cidadão possa consultar.

Os encaminhamentos propostos não encerram o debate – antes, reabrem perguntas: o que, então, contamos como internacionalização no IFSP?

5.3 Reflexões finais

O que eu defendi nesta tese? Como resultado das análises empreendidas, entendi que a internacionalização no IFSP (e suponho que nos IFs), pelo menos segundo os registros institucionais, ainda é uma internacionalização fragmentada e pouco sistematizada que, por vezes, flerta com discursos dominantes de internacionalização, desconsiderando a identidade de uma instituição verticalizada – em vez de exaltá-la pela sua singularidade tão significativa. Nesse sentido, repeti inúmeras vezes a importância da democratização do conhecimento com vista à transformação social.

Mas por quê? Porque, para mim, a internacionalização é uma prática social que constitui um conjunto de conhecimentos que não pode ser apropriado por poucos, mas deve chegar a muitos – ao maior número de pessoas possível. Não como uma campanha de marketing institucional, mas como um desejo de transformação social. Então, de novo: o que eu defendo? Defendo que a internacionalização seja uma forma de acesso ao conhecimento. E esse acesso só será possível, institucionalmente, se houver uma concepção de internacionalização voltada à identidade institucional. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto diz respeito ao acesso às línguas em uma perspectiva intercultural crítica.

Como linguísta aplicada e professora de espanhol (sempre em formação), sei – já há algum tempo – que aprender línguas é uma prática social permeada por relações de poder e, portanto, que exige criticidade durante todo o processo. Mas como, de fato, encontrar esse equilíbrio? Perguntei isso em um congresso, em uma sala com especialistas no tema, mas não senti que houve uma resposta assertiva – talvez porque as respostas sejam construídas na prática situada.

De toda forma, o que eu defendo? Defendo uma política linguística que dê conta das questões decoloniais e que veja a historicidade do país desigual em que vivemos – não apenas narrada por teóricos, mas vista nas esquinas que cruzamos, nas salas de aula que frequentamos.

Defendo que os atores da comunidade do IFSP, em suas diversas realidades, possam aprender línguas; que possam aprendê-las segundo seus interesses, suas necessidades – e também segundo as demandas globais – não para satisfazerem o mercado ou a lógica neoliberal, mas para que essa língua seja uma forma de contato com o mundo de possibilidades que é aprender uma língua; que foi aprender uma língua para mim. Seja pensando no exercício da alteridade, nos aspectos formativos, na valorização da interculturalidade ou na ascensão social – não pelo valor material do dinheiro, mas pela dignidade e pela qualidade de vida que não deveriam ser exceção, mas regra.

O que eu defendo é que os atores do IFSP tenham acesso a línguas estrangeiras por meio de uma perspectiva crítica, motivados a estar e agir no mundo, reconhecendo-o como um espaço comum de relações interpessoais atravessadas sócio-histórico e politicamente. Como fazer isso? Talvez um caminho – entre muitos possíveis – seja pensar em processos formativos sólidos e qualitativos. Vejo nos centros de línguas um enorme potencial para projetos que favoreçam esse lugar do conhecimento tanto da comunidade acadêmica como não acadêmica do IFSP.

O terceiro ponto que defendo é que os documentos institucionais sejam lidos, relidos e revisados. Que signifiquem planejamento, mas também movimento e mudança – e não apenas um ato *proforma*. É fundamental, assim, que os documentos sejam coerentes e representativos dos desejos e propósitos institucionais.

Por fim, que outros caminhos poderiam ter sido trilhados? Talvez uma pesquisa com seres humanos, que escutasse as vozes dos atores institucionais do IFSP – não apenas aqueles diretamente envolvidos com a internacionalização, mas também aqueles que gostariam de se envolver, ou mesmo os que pouco sabem sobre o tema, mas, ainda assim, expressam, de algum modo, o desejo de participar desse movimento. Afinal, vivemos em um mundo globalizado, e o desejo de acesso a esse cenário nasce do cotidiano, das brechas, das curiosidades, das vontades.

Nesse outro caminho, eu perguntaria: Você sabe o que é internacionalização? Você gostaria de aprender uma língua? Por que essa língua? Você já fala outras línguas? Você sabe o que é internacionalização em casa? E internacionalização transfronteiriça? Para que serve a internacionalização? Qual o seu propósito? Você gostaria de fazer parte desse processo? Como? Por quê? E, depois: Como fazer (ser) parte desse processo impactou a sua realidade pessoal? E o seu entorno?

Enfim, essas perguntas, mais do que o encerramento de uma pesquisa, são questões que me transbordam, provocam reflexão e reafirmam meu desejo de continuar pesquisando.

Acredito que, ainda que não na velocidade que desejaríamos, a pesquisa é também um projeto social – que muda o pesquisador, e que também (pode) muda(r) o mundo.

REFERÊNCIAS

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 6023-2002: Informação e documentação - Referências. *In*: SANTOS, Fernando Santiago dos. **ABNT 6023**. São Roque, SP: [S.d.]. Disponível em: <https://www.fernandosantiago.com.br/abnt6023.htm>. Acesso em: 31 ago. 2024.
- ACE - American Council on Education. **ACE Internationalization Laboratory**. Um Dupont Circle NW, Whshington, DC: ACE, [S. d.]. Disponível em: <https://www.acenet.edu/Research-Insights/Pages/Internationalization/CIGE-Model-for-Comprehensive-Internationalization.aspx>. Acesso em: 31 ago. 2024.
- AZEVEDO, Mario Luiz Neves de; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes. A internacionalização da educação superior em diálogos: circulação de ideias, bem público e imperialismo cultural. *In*: SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SOUSA, José Vieira de; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CHAVES, Vera Lúcia Jacob (org.). **Educação superior: internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.
- BALDINGER, Kurt. Língua e cultura. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 9, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3266>. Acesso em: 31 ago. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1977.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BAUMVOL, Laura. Advancing internationalization at home from different roles: an interview with Dr. Jos Beelen. **SFU Educational Review**, v. 13, n. 3, 2019. p. 48-53.
- BEELEN, Jos; JONES, Elspeth. Redefining internationalization at home. *In*: CURAJ, Adrian; MATEI, Liviu; PRICOPIE, Remus; SALMI, Jamil.; SCOTT, Peter (ed.). **The european higher education area: between critical reflections and future policies**. [S. l.]: SpringerOpen, 2015.
- BONFANTE, Roseli; SCHENCKEL, Cladecir Alberto. O Princípio da verticalização nos Institutos Federais: Possibilidades e desafios. **Metodologias e Aprendizado**, [S. l.], v. 1, p. 83–90, 2020. DOI: 10.21166/metapre.v1i0.1112. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1112>. Acesso em: 22 out. 2025.
- BOSCHINI, Fernanda Ferreira; FISCHER, Cynthia Regina; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. A internacionalização das instituições de educação profissional e tecnológica: o Instituto Federal de São Paulo. **RBEC: Revista Brasileira de Educação Comparada**, Campinas, SP, v. 3, n. 00, p. e21004, 2021. DOI: [10.20396/rbec.v3i00.14768](https://doi.org/10.20396/rbec.v3i00.14768). Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/rbec/article/view/14768>. Acesso em: 31 ago. 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo, SP: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **El oficio de científico: ciencia de la ciencia y reflexividad**. Barcelona: Anagrama, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Capital simbólico e classes sociais**. São Paulo, SP: Novos estudos CEBRAP, 2013. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/produto/educacao-96/#gsc.tab=0>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1 -30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília, DF: MEC/Setec, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. IFSP. **Portaria ARINTER**, nº 1151, de 07 de abril de 2016. Disponível em: https://enciclopedia.cursos-courses-online.edu.pl/blogs/244-significado/como-citar-portarias-abnt#google_vignette. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. IFSP. **Resolução n.º 61/2017**, de 04 de julho de 2017. Aprova o Regulamento do Centro de Línguas (CeLin) no âmbito do IFSP. São Paulo, 2017. Disponível em: https://vtp.ifsp.edu.br/images/IFSP_Resolucao_61_2017_Regulamento_CeLin.pdf. Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL. IFSP. **Portaria N° 4557**. Institui a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, SP: IFSP, 2019a. 5 p. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/arinter/docs/DEZ_PORT_4557_Poltica_de_internacionalizacao_IFSP_2019_Arinter_GAB_2.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. IFSP. **Portaria N° 4722**. Institui a Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, SP: IFSP, 2019b. 5 p. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/arinter/docs/DEZ_PORT_4722_Institui_Politica_Linguistica_de_Ensino_Pesquisa_e_Extensao_ARINTER_IFSP_1.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023**. São Paulo: IFSP, 2019c. 414 p. Aprovado pela Resolução Normativa nº 42/2024. Disponível em: <https://ifsp.edu.br>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRASIL. IFSP. **Relatório de Gestão 2020**. São Paulo, SP: IFSP, 2021. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/prestacao-de-contas/128-acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/137-relatorio-de-gestao>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2022a.

BRASIL. IFSP. **Resolução nº 11/2022**, de 08 de março de 2022. Aprova o Relatório final da comissão central do processo de revisão do PDI 2019-2023. São Paulo, SP: Conselho Superior do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 2022b, 75 p. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/GPiZPubKP5caCrI#pdfviewer>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. IFSP. **Relatório de Gestão 2021**. São Paulo, SP: IFSP, 2022c. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/prestacao-de-contas/128-acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/137-relatorio-de-gestao>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. IFSP. **Relatório de Gestão 2022**. São Paulo, SP: IFSP, 2023. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/prestacao-de-contas/128-acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/137-relatorio-de-gestao>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. IFSP. **Relatório de Gestão 2023**. São Paulo, SP: IFSP, 2024a. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/prestacao-de-contas/128-acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/137-relatorio-de-gestao>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028**. São Paulo: IFSP, 2024b. 300 p. Aprovado pela Resolução Normativa nº 42/2024. Disponível em: <https://ifsp.edu.br>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRASIL. IFSP. **Relatório de Gestão 2024**. São Paulo, SP: IFSP, 2025. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/prestacao-de-contas/128-acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/137-relatorio-de-gestao>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BUCKNER, Elizabeth; STEIN, Sharon. What Counts as Internationalization? Deconstructing the Internationalization Imperative. **Journal of Studies in International Education**, v.2 4, n. 2, p. 151-166, 2020.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CELLARD, André. A análise documental. *In.*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIERE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. (orgs.). **A Pesquisa Qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CENEDES, Eliana; LUCENA, José Ivaldo Araújo de; SANTOS, Vanilde Gonçalves dos. Experiências de Escolas Básicas Internacionais em Brasília: análise crítica, avanços e desafios. *In.*: BRITO, Renato de Oliveira (org.). **Internacionalização Da Educação Básica e Superior**: desafios, perspectivas e experiências. Brasília, DF: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade, 2020. p. 93-109.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo, SP: Cortez Ed., 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

COELHO, Iandra Maria Weirich da Silva. **A Internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: fundamentos, ações e perspectivas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

COELHO, Gabriel de Vargas; BEHNCK, Vítor Pluceno; VELASQUES, Matheus Trindade. Institutos Federais Internacionalização e políticas linguísticas: caminhos para um ensino de línguas intercultural e democrático. **7º SICT-Sul - Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense**. Araranguá, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://eventoscientificos.ifsc.edu.br/index.php/sictsul/7-sict-sul/paper/view/2602>. Acesso em: 31 ago. 2024.

CONIF. **Internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - PANORAMA 2019**. Brasília: Conif, 2019.

COSTA, Roberta Rafaela Sotero. **POLÍTICAS E IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ: um olhar autoetnográfico**. 2021. 289 f. Tese (Doutorado em LETRAS) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Paraná, 2021.

DE WIT, Hans (ed.). **An introduction to higher education internationalisation**. Milão: Vita e Pensiero, 2013.

DE WIT, Hans; HUNTER, Fiona; EGRON-POLAK, Eva; HOWARD, Laura (eds.). **Internationalization of higher education: A study**. Bruxelas: European Parliament, 2015.

DO ESPÍRITO SANTO, Eniel; SANTOS, Adilson Gomes dos; ALMEIDA, José Raimundo Paim de; SANTOS, Adson Diogo Ataíde dos. Inovação Formativa no Espaço do Ensino Superior Luso-Brasileiro. *In*: BARROS, Daniela Melaré Vieira. **Estilos pedagógicos de internacionalização no digital: da alfabetização ao ensino superior**. Coimbra: Universidade Aberta Ed., 2023. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/15168>. Acesso em: 31 ago. 2024.

ECHEVERRÍA-KING, Luisa; HERNANDEZ-PINA, Fuensanta; VERGARA, Diana Lago de. La internacionalización curricular en las licenciaturas en Educación Infantil en el Caribe Colombiano: una perspectiva docente. **Revista Electrónica Calidad en la Educación Superior**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 51–79, 2020. DOI: 10.22458/caes.v11i2.2831. Disponível em: <https://revistas.uned.ac.cr/index.php/revistacalidad/article/view/2831>. Acesso em: 31 ago. 2024.

FORINTER. **Política de relações internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, DF: Instituto Federal Fluminense, 2009. Disponível em: <http://portall.iff.edu.br/pesquisa-e-inovacao/escritorio-de-cooperacao-internacional/documentos-norteadores/politica-de-relacoes-internacionais-do-if.pdf/view>. Acesso em: 31 ago. 2024.

GAZZONI, Fernando. **O avanço da internacionalização abrangente sob diferentes pontos de análise**: um estudo com instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul. 2021. 207 p. Tese (Doutorado em Administração) – Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24578>. Acesso em: 31 ago. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Editora Atlas SA, 2002.

GRUBBA, Leilane Serratine; RODRIGUES, Horácio Wanderlei; FABRIS, Myrtha Wandersleben Ferracini. Caminhos para uma cidadania planetária e ambiental. **Revista de direito internacional**, v. 9, n. 3, p. 1-14, 2012. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/download/1776/pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste. Defesa da Glotopolítica. In: SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva; LAGARES, Xóan Carlos (orgs.). **Glotopolítica e práticas de linguagem**. Niterói: Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2021. p. 11-49.

GUIMARÃES, Renata Mourão. **PRAXIOLOGIAS FRONTEIRIÇAS EM POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO CRÍTICO A PARTIR DOS INSTITUTOS FEDERAIS**. 2023. 309 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

GUIMARÃES, Renata Mourão; SILVA, Kleber Aparecido da. A. Políticas linguísticas para a internacionalização da educação: um olhar decolonial a partir dos institutos federais. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 33–56, 2022. DOI: 10.46230/2674-8266-14-8529. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/8529>. Acesso em: 31 ago. 2024.

GUIRAU, Marcelo Cizaurre; MARTINS, Teresa Helena Buscato Martins. A adaptação de um curso de inglês do formato EAD para o formato semipresencial: relato de uma experiência com o curso e-Tec Idiomas de língua inglesa. **Linguatéc**, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, v. 5, n. 2, p. 296-309, nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/4468>. Acesso em: 02 nov. 2025.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed., 2001.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello (Coord.). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** [em linha]. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia / Banco de Dados da Língua Portuguesa, 2001-. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/. Acesso em: 04 nov. 2025.

HUDZIK, John K. **Comprehensive Internationalization: From concept to action**. Washington, DC: NAFSA, Association of International Educators, 2011.

HUDZIK, John K. **Comprehensive internationalization**: Institutional pathways to success. Abingdon: Routledge, 2015.

HUDZIK, John K.; MCCARTHY, Joanne S. **Leading comprehensive internationalization**: Strategy and tactics for action. Washington, DC: NAFSA, Association of International Educators, 2012.

IFSP. Instituto Federal de São Paulo, [S.d.]. A Arinter. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/pro-reitoria-de-desenvolvimento-institucional/gestao-de-pessoas/qualidade-de-vida-do-servidor/167-arinter/arinter-destaques/2152-a-arinter>. Acesso em: 27 out. 2025.

JOYE, Cassandra Ribeiro; MOREIRA, Marília Maia; ROCHA, Sinara Socorro Duarte. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, São Paulo, v. 9, n. 7, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299/3757>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: Definition, approaches, and rationales. **Journal of studies in international education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1028315303260832>. Acesso em: 31 ago. 2024.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior**: conceitos, tendências e desafios. E-book. São Leopoldo, RS: Oikos Editora, 2020. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Internacionalizacao%20da%20educ%20superior%20-%20JANE%20KNIGHT%20-%20e-book.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2024.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. *Investigação Qualitativa em Educação*. **Atas CIAIQ**, v. 2, p. 243-247, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280924900_Pesquisa_Documental_consideracoes_sobre_conceitos_e_caracteristicas_na_Pesquisa_Qualitativa_Documentary_Research_consideration_of_concepts_and_features_on_Qualitative_Research. Acesso em: 31 ago. 2024.

LAGARES, Xóan Carlos; GALLI, Joice Armani. Perspectiva glotopolítica e letramento em línguas: um diálogo convergente para a pesquisa em política linguística. **The ESpecialist**, v. 45, n. 4, p. 11-37, 2024. Disponível em: [file:///C:/Users/ssouz/Downloads/65129-Article%20Text-222649-1-10-20240828%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ssouz/Downloads/65129-Article%20Text-222649-1-10-20240828%20(1).pdf). Acesso em: 26 ago. 2025.

LUCE, Maria Beatriz; FAGUNDES, Caterine Vila; GONZÁLEZ MEDIEL, Olga. **Internacionalização da educação superior**: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 317-339, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000200002>. Acesso em: 31 ago. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marlis E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: EPU, 1986.

LUNA, José Marcelo Freitas de. Internacionalização do currículo e educação intercultural: aproximações à luz da sociologia das ausências e da sociologia das emergências. *In*: LUNA, José Marcelo Freitas de (org.). **Internacionalização do currículo**: educação, interculturalidade, cidadania global. Campinas, SP: Pontes, 2016.

LUNA, José Marcelo Freitas de; STALLIVIERI, Luciane. Princípios e práticas da internacionalização na Educação Básica. **Revista Iberoamericana de Educación (Version impresa)**, v. 93, n. 1, 2023.

MACHADO, Antonio. **Antologia Poética**. Lisboa: Editorial Cotovia, 1999.

MARTINS, Tânia. Barbosa.; BATISTA, Sueli. Soares. Santos. A política de internacionalização da educação em institutos politécnicos de Portugal e as parcerias com instituições brasileiras de educação profissional e tecnológica. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022028, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v8i00.8661804. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8661804>. Acesso em: 02 nov. 2025.

MCKINLEY, Jim. Introduction – Theorizing research methods in the ‘golden age’ of applied linguistics research. *In*: MCKINLEY, Jim; ROSE, Heath (eds.). **The Routledge Handbook of Research Methods in Applied Linguistics**. New York: Routledge, 2020, p. 1-12. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337916526_Introduction_Theorizing_research_methods_in_the_'golden_age'_of_applied_linguistics_research. Acesso em: 22.out.2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições da Rede Federal**. 2019. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em 19 de set. 2025.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Pesquisa interpretativista em Lingüística Aplicada: a linguagem como condição e solução. **DELTA: Documentação e estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 10, n. 2, 1994.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo, SP: Parábola, 2006

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual**: discursiva. São Paulo, SP: Editora Unijuí, 2016.

OREGIONI, María Soledad. La internacionalización universitaria desde una perspectiva situada: tensiones y desafíos para la región Latinoamericana. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 114–133, 2017. DOI: [10.22348/riesup.v3i1.7667](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650578). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650578>. Acesso em: 31 ago. 2024.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia – IFETS. **RETTA**, v. 1, n.1, p. 89-108, jan./jun. 2010.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal, RN: IFRN Ed., 2010. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1274>. Acesso em: 31 ago. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal, RN: IFRN Ed., 2015. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1324>. Acesso em: 31 ago. 2024.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 4–22, 2020. DOI: 10.36524/profept.v4i1.575. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575>. Acesso em: 31 ago. 2024.

PACHECO, Eliezer; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO, Moisés Domingos. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 16, n. 30, p. 71–88, 2010. DOI: 10.26512/lc.v16i30.3568. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568>. Acesso em: 31 ago. 2024.

PAIVA, Aline Fraiha. **A interculturalidade no ensino de línguas estrangeiras: problematizando o termo competência comunicativa intercultural**. 2018. 152f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2018.

PAIVA, Aline Fraiha; VIANA, Nelson. A interculturalidade no ensino de línguas estrangeiras: reflexões acerca da competência (comunicativa) intercultural. **Portuguese Language Journal**, [S. l.], v. 11, 2017. Disponível em: <https://portugueselanguagejournal.com/index.php/home/article/view/17/11>. Acesso em: 31 ago. 2024.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67–84.

PICCIN, Gabriela Freire Oliveira. **O IFES NA PRODUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS DO SUL**. 2021. 299 f. Tese (Doutorado em LINGÜÍSTICA) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Espírito Santo, 2021.

PIZZI, Maria Claudia Bontempi; PISANELLI, Felipe Augusto. Tradução de ementas e histórico escolar para o inglês: contribuição para participação de discentes do curso técnico em informática para internet integrado ao ensino médio em programas de mobilidade acadêmica / Translation of summary and school records into english: contribution to the participation of high school with associate technical degree on web development students in academic mobility programs. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 115197–115207, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n12-335. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/41050>. Acesso em: 02 nov. 2025.

QUEVEDO, Margarete de. Um olhar para o IFRS: concepções sobre a verticalização nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Anais da Reunião Científica Regional da Anped-Sul**, v. 24, 2016.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Repensar o papel da Linguística Aplicada. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 149-166.

RODRIGUES, Michael Douglas; SILVESTRE, Viviane Pires Viana. Interculturalidade crítica e educação linguística: problematizando (des)invenções. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 407-429, jul./set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/38340>. Acesso em: 03 nov. 2025.

RUMBLEY, Laura E. “Intelligent internationalization”: A 21st century imperative. **International Higher Education**, [S. l.], n. 80, p. 16–17, 2015. DOI: 10.6017/ihe.2015.80.6146. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/6146>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SÁ SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SÍVERES, Luiz. Internacionalização na Educação Básica – Tendências e Desafios. *In*: BRITO, Renato de Oliveira (org.). **Internacionalização Da Educação Básica E Superior: Desafios, Perspectivas E Experiências**. Brasília, DF: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade, 2020.

SOBRINHO, José Dias. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade?. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 164-173, abr. 2005. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 ago. 2024.

SOUZA, Rafaela Silva de. Demandas linguísticas, concepções e práticas de internacionalização no Instituto Federal de São Paulo: uma pesquisa documental. *In*: LEE, Diany Akiko (org.). **Anais de Congresso do I Congresso Línguas e Representações que nos unem**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 180-185. ISBN 978-65-265-1719-2. Disponível em: https://www.splin.ufscar.br/arquivos/anais-e-cadernos-de-resumos/ebook_anais-colir-2024.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

SOUZA, Valeska Virgínia Soares. **Conhecendo práticas inovadoras e educativas de ‘internacionalização em casa’ no contexto da Educação**. 2022. Relatório de Estágio (Pós-doutorado) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2022.

SOUZA, Valeska Virgínia Soares; FREIRE JUNIOR, José Celso. Internacionalização em casa como hub na educação superior: uma proposta de formação. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. e023037, 2022.

DOI: [10.20396/riesup.v9i00.8668387](https://doi.org/10.20396/riesup.v9i00.8668387). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8668387>. Acesso em: 31 ago. 2024.

STEFANI, Viviane Cristina Garcia de. Diversidade cultural da língua espanhola em ações de extensão na pandemia: contribuições para a internacionalização: Cultural Diversity of the Spanish Language in extension actions during the pandemic: contributions to internationalization. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, [S. l.], v. 51, n. 2, 2023. DOI: 10.21165/el.v51i2.3284. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/3284>. Acesso em: 02 nov. 2025.

STEFANI, Viviane Cristina Garcia de; GREGOLIN, Isadora Valencise. Internacionalização na Rede Federal Tecnológica: uma análise das ações previstas na política de internacionalização do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 158–178, 2022. DOI: 10.46230/2674-8266-14-8365. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/8365>. Acesso em: 31 ago. 2024.

TRUMP, Donald J. **Remarks at the 80th Session of the United Nations General Assembly**, 23 set. 2025. Disponível em: <https://www.rev.com/transcripts/trump-speaks-at-un>. Acesso em: 27 set. 2025.

UNESCO. **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI**. Brasília, DF: UNESCO, 2015.

VARELA, Lía. **Política lingüística: ¿qué está pasando en Argentina?** Indicadores Culturales, 2007. Disponível em: <https://www.untref.edu.ar/documentos/indicadores2007/Politica%20linguistica%20que%20es%20ta%20pasando%20en%20Argentina%20Lia%20Varela.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2024.

VARELA, Lía. Políticas de lenguas y movilidad académica internacional en Argentina. **Revista Digital de Políticas Lingüísticas**, Córdoba, n. 11, 2019. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RDPL/article/view/26699>. Acesso em: 26 jul. 2024.

VARELA, Lía; MONTOYA, Victor; VERDELLI, Ana; MÜLLER, Fabricio; RIVERA, Angélica. Internacionalización de la Educación Superior y lenguas: diagnóstico para el diseño de políticas. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto; ÁLVAREZ, Marisa; GARCÍA, Pablo (orgs.). **Estudios de política y administración de la educación V**. Caseros: EDUNTREF, 2022.

WOICOLESCO, Vanessa Gabrielle; HATSEK, David Jorge Rodrigues; ROSSO, Gabriela Paim. **Internacionalização na educação básica: um estado do conhecimento**. **Eventos Pedagógicos**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 70-90, 2023. DOI: [10.30681/rep.v14i1.10998](https://doi.org/10.30681/rep.v14i1.10998). Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10998>. Acesso em: 26 jul. 2024.

YONAHA, Tábata Quintana. A pesquisa documental como ferramenta metodológica na linguística aplicada. **DELTA**, [S.l.], v. 40, n. 1, p.1-21, 2024.

APÊNDICE A – Pré-análise do *corpus*

Quadro 27- Quadro base para análise da Portaria de Internacionalização (PI)

Indicadores de busca no documento	Dados do documento	Observações
Tipo de documento	Portaria	-
Nível de acesso	Público	-
Data de publicação	11 de dezembro de 2019	-
Vigência (previsão de revisão do documento)	Não menciona	Não há previsão de revisão do documento.
Concepções de internacionalização (internacionalização)	Compreende-se a internacionalização como um processo que integra atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, procedimentos e iniciativas que visem à inovação tecnológica, à transferência de tecnologia e ao empreendedorismo, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país e desenvolvimento de aspectos curriculares e dupla diplomação que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior.	
Perspectivas Linguísticas (língua, idiomas)	Menciona-se explicitamente a língua inglesa e o português como língua estrangeira. Deixa aberto o espaço para outras línguas, mas não as menciona explicitamente. Sugere-se a implantação de centros de línguas.	Nota-se a valorização explícita do inglês em detrimento de quaisquer outras línguas.
Perspectivas Culturais (cultura, interculturalidade)	Menciona-se o aspecto intercultural nos campi (na perspectiva de uma internacionalização em casa)	Não há ênfase no aspecto cultural/intercultural da relação entre povos.
Público-alvo das ações de internacionalização (internacionalização)	Menciona-se explicitamente ações voltadas para alunos da graduação, pós-graduação, docentes e técnicos administrativos e em alguns momentos menciona alunos/discentes de forma genérica.	Transparece uma política de internacionalização voltada para o ensino superior.
Verticalização	Não há menção explícita ao termo verticalização.	Não há menção explícita a ações de internacionalização para todos os níveis de ensino, mas há menção explícita a ações que considerem a tríade ensino, pesquisa e extensão.
Ações de internacionalização (verticalização)	Estabelece-se que as ações de internacionalização devem ser desenvolvidas por cada campus a partir da definição de um	As ações de internacionalização são direcionadas a cada campus a partir dos objetivos e diretrizes do documento, algumas ações

	cronograma de ações de internacionalização considerando seu estágio de implantação, contexto e possibilidades, bem como adequando-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP.	sugeridas: divulgação institucional, mobilidade, oferta de disciplinas internacionais, tradução de documentos, parcerias dentre outras.
--	---	---

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2019a).

Quadro 28 - Quadro base para análise da Portaria de Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão (PLEPE)

Indicadores de busca no documento	Dados do documento	Observações
Tipo de documento	Portaria	-
Nível de acesso	Público	-
Data de publicação	20 de dezembro de 2019	-
Vigência (previsão de revisão do documento)	Não menciona	Aparece como finalidade da política a constituição de uma comissão permanente de Políticas Linguísticas para discussões e revisão do documento, mas não há prazos.
Concepções de internacionalização (internacionalização)	Compreende-se internacionalização como uma missão institucional do Ensino Superior, com interesse na troca de conhecimentos internacionais, posicionamento internacional estratégico, perfilado com um cenário global de inovação tecnológica, focado na melhoria de qualidade de vida no país.	Fica claro no documento que o processo de internacionalização deve ser promovido segundo a vocação pela qual os IFs foram criados.
Perspectivas Linguísticas (língua, idiomas)	Considera-se a importância de Políticas Linguísticas atreladas ao ensino, à pesquisa e à extensão a partir de uma perspectiva multilíngue, em que língua é vista como instrumento de empoderamento dos sujeitos e inserção social. Enfatiza-se a diversidade linguística, a pluralidade das línguas (maternas e não maternas) e demarcam o espaço da língua portuguesa, da Libras, do espanhol e do inglês no currículo. Demonstra-se também atenção a proficiência linguística e a testes de proficiência.	Nota-se a ênfase no multilinguismo e na relação da língua em contexto social. Além disso, vincula-se língua ao discurso de internacionalização.
Perspectivas Culturais (cultura, interculturalidade)	Menciona-se a relação entre línguas e culturas, sendo a língua uma forma de acesso a diferentes culturas; além disso, faz-se um apelo à valorização intercultural.	Cultura (ou interculturalidade) são mencionadas poucas vezes, mas sempre com vista ao respeito à diversidade.

Público-alvo das ações de internacionalização (internacionalização)	Menciona-se explicitamente a relação entre internacionalização e ensino superior.	Alunos, no geral, e servidores são mencionados na PLEPE como público de ações linguísticas, mas não diretamente relacionados à internacionalização.
Verticalização	Não há menção explícita ao termo verticalização	Nota-se que a verticalização das ações linguísticas é pensada com ênfase na tríade ensino, pesquisa e extensão, mas não é explicitada com ênfase na verticalização de diferentes níveis de ensino.
Ações de internacionalização (verticalização)	Não menciona	Não são mencionadas explicitamente ações de internacionalização, depreende-se, contudo, a intenção da internacionalização do currículo e mobilidade.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2019b).

Quadro 29 - Quadro base para análise de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023

Indicadores de busca no documento	Dados do documento	Observações
Tipo de documento	Relatório	-
Nível de acesso	Público	-
Data de publicação	08 de março de 2022	-
Vigência (previsão de revisão do documento)	Vigência 2019-2023 (Revisado em 2021)	-
Concepções de internacionalização (internacionalização)	Processo necessário para elevar os índices de excelência em educação e pesquisa e proporcionar uma formação ampla para os alunos transitarem num mundo cada vez mais globalizado.	Apesar de no documento ser mencionada explicitamente a essencialidade da troca de conhecimentos, diálogo entre culturas e estímulo à solidariedade, nota-se uma concepção de internacionalização bastante voltada para resultados de sucesso. Vê-se também uma internacionalização pensada, principalmente, para o ensino superior e na qual a pesquisa se destaca em detrimento do ensino e da extensão.
Perspectivas Linguísticas (língua, idiomas)	Menciona apenas a criação de uma Política Linguística.	Na seção dedicada à internacionalização menciona-se a criação de uma política linguística, mas não há nenhuma menção explícita ao ensino de língua. No documento geral há menção a centros de línguas, cursos de extensão com foco em línguas e curso regulares de línguas (licenciaturas) ou disciplinas de línguas na grade curricular do ensino médio. Além disso, menciona-se a oferta do curso de extensão e-Tec Idiomas Sem Fronteiras.

Perspectivas Culturais (cultura, interculturalidade)	Menciona-se a importância do diálogo entre culturas e da compreensão das diferenças.	Menciona-se o diálogo entre culturas, mas principalmente na perspectiva internacional (entre países). No documento geral menciona-se o “Programa de Arte, Cultura e Lazer”, no qual se apresenta uma visão de cultura institucional.
Público-alvo das ações de internacionalização (internacionalização)	Menciona-se alunos, professores e técnicos administrativos.	Apesar da menção realizada, destaca-se o discurso da internacionalização no ensino superior.
Verticalização	O termo não é mencionado na seção de internacionalização.	Na seção de internacionalização, o princípio da verticalização aparece prejudicado uma vez que o foco é a educação superior, em detrimento de outros níveis de ensino, assim como a pesquisa aparece em detrimento do ensino e da extensão. No relatório, de modo geral, o termo verticalização aparece ora considerando os diferentes níveis de ensino, ora considerando a tríade ensino, pesquisa e extensão, ora considerando os dois aspectos.
Ações de internacionalização (verticalização)	Destaca-se como ações de internacionalização no documento: planejamento estratégico para internacionalização, criação de uma política de internacionalização, criação de uma política linguística.	Segundo o documento, as ações de internacionalização, devem estar de acordo com o índice criado pelo Conselho Americano de Educação (ACE): visão estratégica, currículo e aprendizado, estrutura organizacional, apoio ao docente, mobilidade e colaboração e parceria.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2022b).

Quadro 30 - Quadro base para análise de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2028)

Indicadores de busca no documento	Dados do documento	Observações
Tipo de documento	Relatório	-
Nível de acesso	Público	-
Data de publicação	08 de março de 2022	-
Vigência (previsão de revisão do documento)	Vigência 2024-2028 (Revisão 2025 e 2027)	A versão utilizada ainda não foi revisada.
Concepções de internacionalização (internacionalização)	Menciona a proposta de internacionalização abrangente de Hudzik (2011).	Menciona-se a busca por mecanismos para envolvimento dos sujeitos, bem como formas para conectar ações institucionais e mensurar o impacto dos resultados gerados. Na seção sobre internacionalização há menção a discentes e servidores, assim como ao ensino, à pesquisa e à extensão.
Perspectivas Linguísticas (língua, idiomas)	Menciona-se ofertas de cursos de línguas em mais línguas estrangeiras, além da oferta de Português como Língua de acolhimento.	Não há menção a quais línguas.

Perspectivas Culturais (cultura, interculturalidade)	Não menciona.	Cultura aparece muitas vezes no documento, mas não vinculada a internacionalização.
Público-alvo das ações de internacionalização (internacionalização)	Discentes, servidores, pesquisadores internacionais e migrantes.	Na seção de internacionalização não há menção ao nível de escolaridade. No tópico da pós-graduação há menção a promoção da internacionalização para docentes e discentes.
Verticalização	O termo não é mencionado na seção de internacionalização.	No documento geral o termo aparece algumas vezes, em uma delas pontua a verticalização como a oferta de ensino básico, profissional e superior.
Ações de internacionalização (verticalização)	Menciona-se mobilidade estudantil e de servidores <i>in e out</i> , acordos de cooperação internacional, implementação do Centro de Línguas em mais 10 campi do IFSP, maior articulação entre a ARINTER e o CeLin, incremento de novos idiomas por campi, realização de testes de proficiência, oferta de cursos de Português para migrantes e certificação de português para migrantes, criação de política para acolhimento de refugiados, destinação de orçamento para internacionalização, captação de recursos externos, participação em eventos nacionais e internacionais sobre internacionalização, prospecção de parcerias internacionais, realização de encontros com a comunidade acadêmica para identificação de possibilidades de ações internacionais.	Os itens aqui listados estão separados por tópicos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2024b).

Quadro 31 - Quadro base para análise do Relatório de Gestão (RG) 2020

Indicadores de busca no documento	Dados do documento	Observações
Tipo de documento	Relatório	-
Nível de acesso	Público	-
Data de publicação	Abril de 2021	Exercício 2020
Vigência (previsão de revisão do documento)	Não menciona	Entendemos que o documento já foi revisado.
Concepções de internacionalização (internacionalização)	Não menciona	Neste documento, não se discute concepção de internacionalização. O termo aparece apenas no item “objetivos estratégicos”, no qual se menciona o aprimoramento da internacionalização que deve ser

		medida pelos números de intercambio (sendo o IFSP origem ou destino); e no item “principais iniciativas e resultados na área de TI”, em que se menciona a adoção de uma ferramenta para tradução dos sites como um apoio à internacionalização.
Perspectivas Linguísticas (língua, idiomas)	Não menciona perspectivas linguísticas vinculadas à internacionalização.	Não há informações sobre perspectivas linguísticas (de língua) no documento.
Perspectivas Culturais (cultura, interculturalidade)	Não menciona perspectivas culturais vinculadas à internacionalização.	Não há informações sobre perspectivas culturais (interculturais) relacionadas à internacionalização no documento, há informações, majoritariamente, sobre eventos culturais, ou projetos de incentivo à cultura.
Público-alvo das ações de internacionalização (internacionalização)	Não menciona	Não menciona
Verticalização	O termo aparece uma vez.	Sem relação direta com internacionalização.
Ações de internacionalização (internacionalização)	Aprimorar a internacionalização do IFSP.	A única ação mencionada no relatório é aprimorar a internacionalização considerando o número de intercâmbios.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2021).

Quadro 32 - Quadro base para análise do Relatório de Gestão (RG) 2021

Indicadores de busca no documento	Dados do documento	Observações
Tipo de documento	Relatório	-
Nível de acesso	Público	-
Data de publicação	Abril de 2022	Exercício 2021
Vigência (previsão de revisão do documento)	Não menciona	Entendemos que o documento já foi revisado.
Concepções de internacionalização (internacionalização)	Não menciona	Neste documento, não se discute concepção de internacionalização. O termo aparece apenas no início do documento indicando que a internacionalização na instituição avançou, viabilizando intercambio de servidores e projetos para o próximo ano. Novamente consta no item “objetivos estratégicos”, no qual se menciona o aprimoramento da internacionalização que deve ser medida pelos números de intercambio (sendo o IFSP origem ou destino); e no item “principais iniciativas e resultados na área de TI”, em que se menciona a

		contratação de uma ferramenta para tradução dos sites como um apoio à internacionalização.
Perspectivas Linguísticas (língua, idiomas)	Não menciona perspectivas linguísticas vinculadas à internacionalização.	Ainda que não relacionado diretamente à internacionalização (ou à ARINTER), menciona-se um curso de IA ministrado em inglês por professores IFSP (Brasil) e do Santa Fe College (Estados Unidos) a alunos das duas instituições.
Perspectivas Culturais (cultura, interculturalidade)	Não menciona perspectivas culturais vinculadas à internacionalização.	Não há informações sobre perspectivas culturais (interculturais) relacionadas à internacionalização no documento, há informações, majoritariamente, sobre eventos de culturais, ou projetos de incentivo à cultura.
Público-alvo das ações de internacionalização (internacionalização)	Não menciona	Não menciona
Verticalização	O termo aparece uma vez.	Sem relação direta com internacionalização.
Ações de internacionalização (internacionalização)	Aprimorar a internacionalização do IFSP.	A única ação mencionada no relatório é aprimorar a internacionalização considerando o número de intercâmbios.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2022c).

Quadro 33 - Quadro base para análise do Relatório de Gestão (RG) 2022

Indicadores de busca no documento	Dados do documento	Observações
Tipo de documento	Relatório	-
Nível de acesso	Público	-
Data de publicação	Março de 2023	Exercício 2022
Vigência (previsão de revisão do documento)	Não menciona	Entendemos que o documento já foi revisado.
Concepções de internacionalização (internacionalização)	Não menciona	O termo aparece principalmente vinculado às ações de internacionalização realizadas e, novamente, consta no item “objetivos estratégicos”, no qual se menciona o aprimoramento da internacionalização que deve ser medida pelos números de intercâmbio (sendo o IFSP origem ou destino); e no item “principais iniciativas e resultados na área de TI”, em que se menciona a adoção de uma ferramenta para tradução dos sites como um apoio à internacionalização.

<p>Perspectivas Linguísticas (língua, idiomas)</p>	<p>Mencionam-se algumas ações linguísticas que se pode relacionar à internacionalização.</p>	<p>Realização de atividades de divulgação da língua portuguesa (como não materna) para refugiados e hispano-falantes. Mencionam-se português como língua de acolhimento para fins específicos e aplicação de exames de proficiência em parceria com outros IFs. Intercambio linguístico com foco no aprendizado de inglês e francês em contexto de imersão para servidores.</p>
<p>Perspectivas Culturais (cultura, interculturalidade)</p>	<p>Menciona-se a imersão linguística e cultural de servidores no Canadá.</p>	<p>A única perspectiva que acena para o cultural no documento é um intercambio a Toronto e a Montreal realizado pelos servidores que tiveram a oportunidade de conhecer a cultura local. Além disso, mencionam-se atividades culturais realizadas nos campi (por exemplo, mostras culturais).</p>
<p>Público-alvo das ações de internacionalização (internacionalização)</p>	<p>Alunos da pós-graduação, servidores e alunos do Ensino Médio.</p>	<p>Apesar do público-alvo mencionado, destaca-se o maior número de ações para alunos da Pós-Graduação.</p>
<p>Verticalização</p>	<p>O termo aparece uma única vez demarcando a verticalização como uma característica da instituição.</p>	<p>Pode-se, no entanto, observar uma relação entre o princípio da verticalização institucional e o processo de internacionalização da instituição. Por um lado, por considerar o público das ações tanto alunos do ensino médio quanto do ensino superior (ainda que com foco na pós-graduação) e, por outro, pela menção à tríade ensino-pesquisa-extensão (ainda que com maior ênfase na pesquisa).</p>
<p>Ações de internacionalização (internacionalização)</p>	<p>Contratação de professor visitante para atuar nos programas de pós-graduação do IFSP; tradução de página dos programas para o inglês; incentivo às ações de internacionalização nos programas; promoção da cooperação técnica e científica internacional; ampliação das atividades de internacionalização em articulação</p>	<p>É o primeiro relatório de gestão em que constam explicitamente ações de internacionalização.</p>

	<p>com as demandas acadêmicas da pós-graduação; incentivo à produção e publicação de pesquisas em revistas internacionais; implementação de estratégias para integrar-se mais intensamente as redes internacionais de pesquisa; apresentação de informações aos gestores dos programas quanto a importância da internacionalização dos programas stricto sensu; divulgação de chamadas CAPES para participação em editais de bolsa pesquisador estrangeiro; discussão sobre internacionalização e extensão em eventos do IFSP; intercâmbio de servidores a Toronto e Montreal; oportunidades de competições internacionais para alunos do ensino médio; curso de português como língua de acolhimento.</p>	
--	--	--

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2023).

Quadro 34 - Quadro base para análise do Relatório de Gestão (RG) 2023

Indicadores de busca no documento	Dados do documento	Observações
Tipo de documento	Relatório	-
Nível de acesso	Público	-
Data de publicação	Março de 2024	Exercício 2023
Vigência (previsão de revisão do documento)	Não menciona	Entendemos que o documento já foi revisado.
Concepções de internacionalização (internacionalização)	Não menciona.	O termo aparece relacionado à extensão das políticas de ações afirmativa à internacionalização e, novamente, no item “objetivos estratégicos”, no qual se menciona o aprimoramento da internacionalização que deve ser medida pelos números de intercâmbio (sendo o IFSP origem ou destino).
Perspectivas Linguísticas (língua, idiomas)	Mencionam-se ações linguísticas voltadas a estudantes do IFSP, a estrangeiros, refugiados e imigrantes.	Há um maior número de ações voltadas para ensino de línguas: exames de proficiência, plataformas online, ofertas via centro de línguas.
Perspectivas Culturais (cultura, interculturalidade)	Menciona-se a importância da cultura para emancipação dos povos e da relação estrita entre educação e cultura.	Adiciona-se o termo cultura à Pró-reitora de Extensão que passa a ser denominada “Pró-reitora de Extensão e Cultura”, à qual a ARINTER passa a estar vinculada.

		Menciona-se, explicitamente, a relação entre educação e cultura. Relaciona-se acordos internacionais à ampliação do repertório cultural. Mencionam-se atividades culturais realizadas nos campi (por exemplo, mostras culturais)
Público-alvo das ações de internacionalização (internacionalização)	Alunos (do ensino médio e do ensino superior) e servidores.	Focaliza-se menos um determinado público das ações de internacionalização.
Verticalização	O termo aparece duas vezes relacionando verticalização e o ingresso de alunos na pós-graduação.	Sem relação direta com internacionalização. Pode-se, no entanto, observar uma relação entre o princípio da verticalização institucional e o processo de internacionalização da instituição. Por um lado, por considerar o público das ações tanto alunos do ensino médio, quando do ensino superior e, por outro, pela menção à tríade ensino-pesquisa-extensão.
Ações de internacionalização (internacionalização)	Mobilidade (in e out); oferta de cursos de idiomas via plataforma online; centros de línguas e intercâmbios virtuais; captação de recursos para internacionalização; participação em competições acadêmicas e tecnológicas internacionais e acordos internacionais.	Enfatiza-se a vinculação da assessoria de relações Internacionais (ARINTER) do IFSP à Pró-reitora de Extensão e Cultura.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2024a).

Quadro 35 - Quadro base para análise do Relatório de Gestão (RG) 2024

Indicadores de busca no documento	Dados do documento	Observações
Tipo de documento	Relatório	-
Nível de acesso	Público	-
Data de publicação	Março de 2025	Exercício 2024
Vigência (previsão de revisão do documento)	Não menciona	Entendemos que o documento já foi revisado.
Concepções de internacionalização (internacionalização)	Não menciona.	O termo aparece algumas vezes no documento relacionado: à mobilidade estudantil e de servidores, a um dos critérios no ranking no qual o IFSP figura, ao item “objetivos estratégicos”, em que se menciona o aprimoramento da internacionalização que deve ser medida pelos números de intercâmbio (sendo o IFSP origem ou destino), ao ensino de idiomas, à aplicação de avaliação de Língua Portuguesa para migrantes e refugiados.

Perspectivas Linguísticas (língua, idiomas)	Relacionado à internacionalização, menciona-se o ensino de idiomas e a avaliação de Língua Portuguesa para migrantes e refugiados.	Não há menção há centros aos centros de línguas ou a plataforma de ensino de línguas.
Perspectivas Culturais (cultura, interculturalidade)	Menciona-se cultura diversas vezes, mas apenas uma diretamente relacionada a internacionalização, quando se incentiva intercâmbios de conhecimento cultural.	No entanto, é objetivo do setor no qual a ARINTER está inserida, a promoção da formação integral e da valorização da diversidade cultural.
Público-alvo das ações de internacionalização (internacionalização)	Menciona-se estudantes, de modo geral, alunos do integrado, servidores e migrantes.	Notamos assim ações que contemplam o público interno e externo do IFSP.
Verticalização	O termo é mencionado uma vez no documento para reforçar a necessidade de verticalizar a extensão abrangendo diferentes públicos.	-
Ações de internacionalização (internacionalização)	Mobilidade estudantil, oferta de cursos de idiomas e oferta de exame de proficiência para migrantes.	Dados mais enxutos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2025).

Quadro 36 - Quadro base para análise da Resolução que regulamenta os Centros de Línguas (Celin)

Indicadores de busca no documento	Dados do documento	Observações
Tipo de documento	Resolução	-
Nível de acesso	Público	-
Data de publicação	13 de julho de 2017	-
Vigência (previsão de revisão do documento)	Não menciona	Não há previsão de revisão do documento.
Concepções de internacionalização (internacionalização)	Não menciona.	O termo aparece relacionado ao Celin como uma forma de integrar esforços para promover a internacionalização.
Perspectivas Linguísticas (língua, idiomas)	Menciona-se a oferta de cursos de línguas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, tanto para comunidade interna, quanto externa do IFSP, além de exames de proficiência e formação linguística com foco em internacionalização para mobilidade acadêmica e cooperação internacional.	O documento não apresentação uma concepção de língua, tampouco menciona línguas a serem ensinadas.
Perspectivas Culturais (cultura, interculturalidade)	Menciona-se aspectos culturais e sociais como inerentes a línguas estrangeiras, bem como propostas de organização de eventos culturais.	A menção ao aspecto cultura aparece de maneira incipiente.
Público-alvo das ações de internacionalização (internacionalização)	Comunidade interna e externa do IFSP, de diferentes níveis. Há menção explícita há alunos e servidores.	Não há menção explícita a níveis de escolaridade dos atores do IFSP.
Verticalização	Não menciona.	Contudo, inferimos que há verticalização na oferta de ensino,

		pesquisa e extensão para diferentes níveis de ensino.
Ações de internacionalização (internacionalização)	Menciona-se alinhamento do CeLin com políticas públicas, oferta de cursos de línguas, exames de proficiência e atividades acadêmicas e culturais relacionadas ao ensino-aprendizagem de línguas.	-

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2017).

ANEXO A – Comissão para Reformulação dos documentos norteadores das ações de Internacionalização do IFSP, sendo eles a Política de Internacionalização (PI), Política Linguística (PL) e Regulamento do Centro de Línguas do IFSP (CeLin)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Reitoria

PORTARIA Nº 6886/IFSP, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024

O **REITOR** DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto de 5 de abril de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 6 de abril de 2021, seção 2, página 1 e o que consta no Processo nº 23305.023549.2024-29,

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão para Reformulação dos documentos norteadores das ações de Internacionalização do IFSP, sendo eles a Política de Internacionalização (PI), Política Linguística (PL) e Regulamento do Centro de Línguas do IFSP (CeLin), sob a coordenação do primeiro:

Grupo de trabalho (GT) para reformulação da Política de Internacionalização:

SERVIDOR	FUNÇÃO	CAMPUS	SIAPE	DEDICAÇÃO
Wagner Eduardo Rodrigues Belo	Coordenador de Relações Internacionais	Jacareí	160****	2h
Viviane Cristina Garcia de Stefani	Coordenadora de Políticas Linguísticas	São Carlos	107****	2h
Fernanda Tonelli	Coordenadora de Acompanhamento de Mobilidade In e Out	Capivari	162****	2h
Teresa Helena Buscato Martins	Coordenadora de Desenvolvimento de Exames de Proficiência	Jundiá	227****	2h
Larissa Cristina Arruda de Oliveira Benedini	Coordenadora de Implementação e Gestão dos Centros de Línguas - modalidade virtual	Catanduva	127****	2h
Andreia Dias Ianuskiwitz	Coordenadora de Implementação e Gestão dos Centros de Línguas - modalidade presencial	Sertãozinho	187****	2h
Eliana Kobayashi	Representante Arinter - campus Suzano	Suzano	109****	2h
Rafaela Silva de Souza	Representante Arinter - campus Itaquaquecetuba	Itaquaquecetuba	234****	2h
Jaqueline Lopes	Representante Arinter - campus Caraguatatuba	Caraguatatuba	161****	2h

Grupo de trabalho (GT) para reformulação da Política Linguística:

SERVIDOR	FUNÇÃO	CAMPUS	SIAPE	DEDICAÇÃO
Wagner Eduardo Rodrigues Belo	Coordenador de Relações Internacionais	Jacaré	160****	2h
Viviane Cristina Garcia de Stefani	Coordenadora de Políticas Linguísticas	São Carlos	107****	2h
Larissa Cristina Arruda de Oliveira Benedini	Coordenadora de Implementação e Gestão dos Centros de Línguas - modalidade virtual	Catanduva	127****	2h
Andreia Dias Ianuskiewtz	Coordenadora de Implementação e Gestão dos Centros de Línguas - modalidade presencial	Sertãozinho	187****	2h
Fernanda Tonelli	Coordenadora de Acompanhamento de Mobilidade In e Out	Capivari	162****	2h
Rafaela Silva de Souza	Representante Arinter - campus Itaquaquecetuba	Itaquaquecetuba	234****	2h
Jaqueline Lopes	Representante Arinter - campus Caraguatatuba	Caraguatatuba	161****	2h

Grupo de trabalho (GT) para reformulação do Regulamento do Centro de Línguas (CeLin):

SERVIDOR	FUNÇÃO	CAMPUS	SIAPE	DEDICAÇÃO
Wagner Eduardo Rodrigues Belo	Coordenador de Relações Internacionais	Jacaré	160****	2h
Viviane Cristina Garcia de Stefani	Coordenadora de Políticas Linguísticas	São Carlos	107****	2h
Larissa Cristina Arruda de Oliveira Benedini	Coordenadora de Implementação e Gestão dos Centros de Línguas - modalidade virtual	Catanduva	127****	2h
Andreia Dias Ianuskiewtz	Coordenadora de Implementação e Gestão dos Centros de Línguas - modalidade presencial	Sertãozinho	187****	2h
Fernanda Tonelli	Coordenadora de Acompanhamento de Mobilidade In e Out	Capivari	162****	2h
Anita Luisa Fregonesi de Moraes	Representante Arinter- campus Presidente Epitácio	Presidente Epitácio	314****	2h
Eduardo César Catanozi	Representante Arinter- campus Votuporanga	Votuporanga	226****	2h
Paulo Alberto Silveira Wrege	Representante Arinter- campus Piracicaba	Piracicaba	215****	2h
Natália Helena Wiechmann	Representante Arinter - Campus Barretos	Barretos	231****	2h
Marilda Beijo Froes	Representante Arinter - Campus São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	191****	2h
Sabrina Espino Prata	Representante Arinter - Campus Capivari	Capivari	227****	2h
Érica Alves Rossi	Representante Arinter - Campus Birigui	Birigui	214****	2h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.